UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DE CONJUNTOS HABITACIONAIS A BAIRROS: A CONSTRUÇÃO E O DESMONTE DAS VILAS DE ITAIPU (1974-2012).

RENATO MUCHIUTI ARANHA

FLORIANÓPOLIS, SC
MARÇO DE 2013

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - DH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

RENATO MUCHIUTI ARANHA

DE CONJUNTOS HABITACIONAIS A BAIRROS: A CONSTRUÇÃO E O DESMONTE DAS VILAS DE ITAIPU (1974-2012)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Profº Dr. Emerson César de Campos.

FLORIANÓPOLIS/SC
2013

A662d Aranha, Renato Muchiuti
De conjuntos habitacionais a bairros : a construção e o desmonte das vilas de Itaipu (1974-2012) / Renato Muchiuti Aranha. – 2013.
113 p. : il. ; 00 cm

Bibliografia: p.108-113
Orientador: Emerson César de Campos.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado em História, Florianópolis, 2013.

1. Cidades e Vilas – Foz do Iguaçu – História. 2. Usinas hidrelétricas – Brasil. 3. Itaipu Binacional. 4.Memória. 5. Vilas de barragem. I. Campos, Emerson César de (Orientador). II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Mestrado em História. III. Título

CDD: 363.50981622 – CDD: 20.ed.

RENATO MUCHIUTI ARANHA

"DE CONJUNTOS HABITACIONAIS A BAIRROS: A CONSTRUÇÃO E O DESMONTE DAS VILAS DE ITAIPU (1974-2012)"

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca Examinadora:

Orientador: _____

Doutor Emerson César de Campos
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: _____

Doutor Marcos Montysuma
Universidade Federal de Santa Catarina

Membro: _____

Doutor Reinaldo Lindolfo Lohn
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: _____

Doutor Rafael Rosa Hagemayer
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 15 de março de 2013.

A todos que de uma forma ou de outra fizeram parte de minha vida durante essa trajetória. Em especial meus pais que sempre me apoiaram.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, José e Aurora, por terem me apoiado e confiado em mim, não apenas no decorrer do mestrado, mas por todos os pouco mais de vinte e seis anos de minha vida. À minha mãe também pelo auxílio na busca de fontes e pela comida que me fortaleceram nas idas a Foz do Iguaçu e à meu pai pelas partidas de videogame no final da tarde.

A minha irmã Estela pela companhia nestes cinco anos que moramos juntos.

A Emerson César de Campos pela orientação, que soube me guiar na discussão do trabalho nos momentos em que estive perdido nessa estrada tortuosa da escrita.

Aos professores Rafael Rosa Hagemeyer e Reinaldo Lindolfo Lohn pelas contribuições importantíssimas na banca de qualificação.

Ao Mauro e ao Maicon que estiveram presentes em toda minha trajetória desde o inicio da graduação. Também com eles em um dia de 2008 surgiu a ideia que originaria essa dissertação.

Aos amigos do mestrado Mayte, Jefferson, Jaque e Carol que nestes dois anos partilharam conversas, cervejas, angústias e momentos de descontração.

Aos amigos Fly, Thayse, Lesy, Felipe Kindermann, Bruno Consul, Paola, Eduardo, Karol, Danny e tantos outros que fizeram parte da minha vida, dentro e fora da acadêmia e que mostraram que por vezes se aprende mais em uma conversa do que em uma aula.

Aos funcionários de todos os arquivos e bibliotecas pesquisadas pela cordialidade e auxílio prestado, em especial aos da Biblioteca Pública Elfrida Engel Nunes Rios de Foz do Iguaçu e da Biblioteca Institucional de Itaipu.

As pessoas que me auxiliaram imensamente neste trabalho concedendo depoimentos orais: Alcides, Amaral, Emílio, Katia, Lourival, Lúcia, Newton, Walmir e um agradecimento

especial a Rose pela contribuição inestimável nas entrevistas das outras mulheres.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UDESC por tornar possível a execução da pesquisa.

“A forma de uma cidade pode mudar mais depressa que o coração dos homens.”
(Bernad Lepetit)

RESUMO

ARANHA, Renato Muchiuti. **DE CONJUNTOS HABITACIONAIS A BAIRROS:** A CONSTRUÇÃO E O DESMONTE DAS VILAS DE ITAIPU (1974-2012). Florianópolis, SC, 2013. 113 f. Dissertação (Mestrado em História – Área: História do Tempo Presente). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina.

A construção de grandes obras sempre movimentaram milhares de trabalhadores para que o objetivo fosse alcançado. O objetivo desta dissertação é discutir como funcionavam as relações de sociabilidades dentro do espaço das Vilas de Itaipu, buscando perceber em dois momentos distintos a composição e a relação para com a cidade de Foz do Iguaçu, município no qual se localiza a hidrelétrica. Estes dois momentos seriam primeiramente o processo de formação destes conjuntos habitacionais durante a década de 1970 e 1980 e o segundo momento é o processo de desmonte dessa estrutura, principalmente nas décadas de 1990 e 2000. Para tal a dissertação é fundamentada nos relatos orais de residentes dos três conjuntos habitacionais que viveram ao menos parcialmente os dois momentos. No caso especifico de usinas hidrelétricas surgiu uma categoria especializada na construção de barragens e na montagem do equipamento, chamados de barrageiros. Esse grupo é necessariamente itinerante já que o trabalho depende da duração das obras da usina, que não era superior a 10 anos na grande maioria dos casos. Assim sendo existia uma migração constante em busca de novos locais de trabalho.Dentre estes barrageiros, existiam os solteiros e os que possuíam família. Os que eram solteiros acabavam encontrando uma relação estável entre os moradores nativos das cidades das obras ou então entre os familiares de outros barrageiros. Essa população de trabalhadores era quase que majoritariamente masculina, com os serviços que envolviam a presença física no canteiro de obras exclusivamente reservado para homens. Essa divisão entre solteiros e casados tinha o propósito de definir o modelo de habitação dos trabalhadores: solteiros iriam residir nos alojamentos enquanto as mulheres e os casados residiriam nas casas de conjuntos habitacionais. Estes conjuntos residenciais eram baseados em vilas operárias, carregando um sentido de dominação das suas forças produtivas e era um atrativo e uma alternativa para a alocação dos trabalhadores.As pessoas nestas vilas eram divididas de acordo com seu nível empregatício, seja nos diversos modelos de casas presentes em um conjunto habitacional ou então em conjuntos diferentes. No caso específico de Itaipu Binacional foram construídas 3 vilas residenciais: uma temporária voltada para os trabalhadores casados com nível mais baixo, contratados pelas empreiteiras e duas vilas permanentes, que seriam utilizadas para operação da hidrelétrica e serviram para abrigar os funcionários contratados pela binacional e os cargos mais altos das empreiteiras. É sobre essas vilas e, principalmente, de seus moradores que a presente dissertação se debruça, pensando como eram as mesmas no momento de sua criação e no que se transformaram, trabalhando a percepção das pessoas sobre estes diferentes períodos e temas.

Palavras-chave: Memória. Itaipu. Vilas de barragem.

ABSTRACT

ARANHA, Renato Muchiuti. **FROM HOUSING COMPLEX TO NEIGHBORHOODS:** CONSTRUCTION AND THE DISMANTLE OF ITAIPU'S VILLAGES (1974-2012). Florianópolis, SC, 2013. 113 f. Dissertação (History masters – Area: Históry of the Present). Postgraduate Program in History, Santa Catarina State University.

Thousands of workers are required during the building process of huge works and that originated a proportionally big migratory wave. The objectives of this thesis is to discuss how social relations operated into the spaces of Itaipu Villages, trying to apprehends their composing during two different periods and also how was the relation between those Villages and Foz do Iguaçu city, where the hydroelectric plant was situated. The first of the two moments in which the thesis was divided is related to the process of creation of the housing during the 70's and 80's. The second moment is the dismantle of the structure that were not involved with the operation of the plant during the 90's and the 2000's. To achieve these objectives is fundamental the oral testimonials of the Villages dwellers. In the specific instance hydroeletric power plants emerged a specialized category of workers called "barrageiros", responsible for building the dam and installing the equipment. That group was mainly itinerant because the jobs depended on the duration of the work, that was not superior than ten years. So there was a constantly migration to new jobs. Among those "barrageiros" there were the singles and the ones that had family. The members of the first group eventually find a stable relationship in the middle of the natives of the city or among "barrageiro" families. Those workers were mostly men and the roles at the construction site were exclusively for masculine workers. This division between singles and married had the purpose of define where the workers would live: single men were led to lodgings while women and married men lived in residential complexes. Those residential complexes were based on working villages, carrying a strong sense of domination from the workers and were also a way to attract people to the dam at the same time that this housing was an alternative to allocate those workers. They were divided following their ranks at the construction of the dam in the several models of houses and villages. In the specific case of Itaipu Binational were built three villages: one was temporary directed for the low level workers hired by contractors and two permanents ones, directed to the operational staff and to the high positions at the contractors. The following thesis explores those villages, thinking about them during the construction of the dam and after the end of the hydroelectric power plant while trying to manage the perceptions of the dwellers about the different periods of time and issues.

Keywords: Memory. Itaipu. Dam Villages.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

CAPÍTULO 1 – MODERNIDADE NA TRÍPLICE FRONTEIRA..... 18

1.1 DISCURSOS DE DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO..... 22

1.2 FOZ DO IGUAÇU..... 28

1.3 ITAIPU..... 33

1.4 A CIDADE DIVIDIDA..... 45

CAPÍTULO 2 – A CRIAÇÃO E A VIVÊNCIA NAS VILAS DE ITAIPU..... 59

2.1 ALÉM DAS VILAS "A", "B" E "C"..... 64

2.2 AS VILAS E SUAS SOCIABILIDADES..... 72

CAPÍTULO 3 – O DESMONTE..... 83

3.1 O DESMONTE DAS VILAS "A", "B" E "C"..... 86

3.2 CONSEQUENCIAS DO DESMONTE..... 99

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 105

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 108

FONTES ONLINE..... 111

DOCUMENTOS ORAIS..... 112

OUTROS DOCUMENTOS..... 113

INTRODUÇÃO

Os trabalhos acadêmicos que problematizam Itaipu e/ou a cidade de Foz do Iguaçu pós-1974 (ano do início das obras da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional) geralmente focam em três temas principais: na estrutura da barragem e a parte técnica da hidrelétrica no caso das análises produzidas por engenheiros ou nas mudanças na cidade de Foz do Iguaçu e nos barrageiros residentes na Vila "C", no caso dos trabalhos produzidos por pesquisadores das áreas das ciências humanas. Neste contexto, os moradores das Vilas "A" e "B", composta por técnicos, engenheiros, médicos, dentistas, motoristas, zeladores, serventes e nos anos da construção da barragem e da instalação do maquinário, também por fiscais, supervisores e toda a chefia das empreiteiras, que no entendimento desta dissertação, acabam sendo negligenciados nos trabalhos citados.

Um trabalho foi feito nesse sentido, dando um enfoque aos técnicos e engenheiros de Itaipu que foi um texto da Revista Piauí intitulado *Há luz no fundo de Itaipu*[1] que dá um toque humano à empresa, mostrando que ela não é feita só de concreto e ferro, além de mostrar que os barrageiros não foram todos embora, muitos ainda podem ser encontrados no interior da obra (denominação utilizada até hoje para a área após a barreira de segurança da usina) e muitos ainda residem nos antigos conjuntos habitacionais de Itaipu ou nos bairros do entorno. Este é o enfoque que será apresentado no decorrer da presente dissertação: enfocado em uma humanização e que dê visibilidade aos moradores das Vilas de Itaipu.

O que se inicia como vilas operárias voltadas à mão de obra da construção da hidrelétrica de Itaipu no decorrer de seus quase 40 anos de trajetória, tornou-se bairros da cidade de Foz do Iguaçu. Esse processo da criação, vivência, desmonte e uma nova forma de vivência estimulam a pensar nas relações com a cidade de Foz do Iguaçu e a mudança em parte dos residentes deste local em um momento de inquietações.

Duas inquietações foram assim reunidas, partindo da nova configuração da Vila "A", agora não mais de Itaipu, e os seus moradores, pois um bairro não é feito apenas de casas e vias de acesso, mas composto dos sujeitos que lá residem, que possuíam particularidades com relação aos outros dois conjuntos habitacionais. O "B" era voltado para funcionários com curso superior em cargos de chefia e a Vila "C" para funcionários das empreiteiras casados em cargos mais baixos. A pesquisa caminhava com a intenção de fazer uma hibridização entre o local de memória na figura de seus moradores remanescentes da construção da barragem e

[1] Há luz no fundo de Itaipu. Piauí 46. Disponível em: http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-46/questoes-subterraneas/ha-luz-no-fundo-de-itaipu acesso em 27 de junho de 2012

pensar a nova organização e função da Vila "A", enquanto mais um bairro da cidade de Foz do Iguaçu.

Com o passar do tempo veio a percepção de que a construção do trabalhado focado nestes sujeitos seria impossível de ser realizado no prazo de vinte e quatro meses ao mesmo tempo em que entrava em contato com um número cada vez maior de fontes que ampliaram o modo de ver os objetos e aos poucos foram deslocando o próprio tema da pesquisa.

O lugar de origem do pesquisador possui importância bastante considerável na realização de um trabalho, pois são as inquietações e vontades de sanar as preocupações que cada um possui que principiam um processo exploratório. Dessa forma é possível conhecer cada vez mais o objeto que se pensava conhecer.

Uma maior aceleração do tempo, fruto da modernidade, faz com que um novo domínio Historiográfico seja criado, a História do Tempo Presente, que é a tomada do presente enquanto "um presente hipertrofiado"[2], isto é, ele é seu próprio passado e seu próprio futuro. Essa nova vertente de percepção do tempo trouxe consigo uma ânsia pela preservação da memória, do patrimônio, "de lugares antigos ou não tanto"[3].

A História do Tempo Presente apresenta um ponto fundamental em comum com outras áreas que também se debruçam sobre este tempo, como o jornalismo e a sociologia, sendo este "o impacto dos acontecimentos deste último século sobre os homens e sua vontade de 'reagir', isto é, de tentar explicar o presente"[4]. Como historiadores vivendo este momento próprio, que no exemplo francês seria no pós-Segunda Guerra Mundial, no qual existe uma preocupação maior em se estudar períodos de menor recuo temporal, muitos dos quais vivenciados por aqueles que realizam o trabalho e a discussão como nos exemplos dos pesquisadores citados anteriormente. Como fala Jean-François Sirinelli, este passado, longe de estar desconectado do presente, "está ligado por múltiplas fibras a seu tempo e à comunidade à qual pertence"[5].

Nascer em Foz do Iguaçu e viver até os dezoito anos na Vila "A" de Itaipu faz com que se tenha uma experiência sobre o que é uma hidrelétrica, quem são as pessoas que trabalham lá, as divisões sociais de trabalho e seu lugar específico no bairro, a relação entre os moradores e perceber um isolamento da região central da cidade quebrado aos poucos nas

---

[2] HARTOG, François. *Tempo, história e a escrita da história:* a ordem do tempo. Revista de História 148 (1º – 2003) 09-34. P. 27

[3] Idem. P. 29

[4] CHAVEAU, Agnès e TÉTARD, Philippe. *Questões para a história do presente. In: Questões para a história do presente. Bauru: Edusc, 1999.* P. 15

[5] SIRINELLI, Jean-François. *Ideologia, Tempo e História* In: Questões para a história do presente. Bauru: Edusc, 1999. P. 78

últimas duas décadas. Ao mesmo tempo fez o autor apreciar esse ambiente e locais similares, que estão em vias de desaparecimento, já que um processo de desmonte das estruturas de conjuntos habitacionais de empresas públicas ainda está ocorrendo. E além do fato de não serem feitas novas vilas residenciais para a habitação de funcionários em casos de obras públicas não existem sequer novas unidades voltadas à geração de energia que não sejam de economia mista, isto é, existe o investimento de capital privado juntamente com verbas do governo federal, sendo que pelo menos 51% deve ser privado, para que o Estado não detenha o controle da usina.

Com relação à documentação do arquivo de Itaipu, houve certa dificuldade para ter acesso à parte relativa aos funcionários, não obtendo sucesso com relação a este material, mas outros foram obtidos. Outro problema com relação a trabalhar com as pessoas e os bairros seria a falta de documentação, pois grande parte desta foi perdida, incluindo a maior parte produzida antes de 1981, com muito pouco se encontrando atualmente conservado na Binacional.

Ainda com relação ao material encontrado no Centro de Documentação e na Biblioteca de Itaipu é necessário fazer um adendo. Mesmo que uma boa parte da documentação não tenha sido acessível, a parte a qual pude ter contato era pequena, faltando muita documentação e, em alguns espaços longos de tempo na documentação, sem nada: um único documento.

Parte da responsabilidade desta falta de fontes para o trabalho, no que se refere ao período abordado e produzida por Itaipu, é da própria Binacional, que passou a ter uma preocupação arquivística tardia, com a criação da Biblioteca somente em 1993 segundo um funcionário que trabalhava lá, sendo que no Centro de Documentação, que deveria conter grande parte do material, muito pouco nele existe de documentos. O outro causador desta lacuna de fontes são os próprios pesquisadores que, muitas vezes através de contatos dentro da empresa, retiraram grandes quantidades de material para seus próprios trabalhos antes do ano de 2006, quando passou a ser mais burocrático o acesso a estas fontes. Conheci um pesquisador inclusive que possuía por volta de cinco pastas abarrotadas com documentos originais, incluindo esboços manuscritos feitos em reuniões da diretoria de Itaipu que havia sido guardado junto com o restante dos documentos.

No primeiro capítulo é feita uma reflexão sobre o projeto de modernização implantado no Brasil e no Estado do Paraná antes do golpe de 1964 e a continuação de um processo modernizador após a tomada do poder pelos militares tornando-se mais conservador. É buscado pensar o processo de modernização dentro deste novo panorama, até chegar ao

contexto local de Foz do Iguaçu e do Oeste do Paraná, focando nas relações políticas e de poder criadas pela presença de Itaipu durante os primeiros anos, que compreende 1974 a 1984.

O segundo capítulo contém uma discussão das Vilas de Itaipu propriamente ditas após o capítulo introdutório. Como o tempo abordado, se for tomado em consideração somente a idade do início das obras de Itaipu, seriam quase 40 anos, um recorte muito grande para um único capítulo. Dessa forma, para criar uma narrativa mais coerente, a discussão será dividida. Portanto o segundo capítulo terá como foco as relações de sociabilidade e de organização do dos conjuntos habitacionais de Itaipu.

Como principal forma de fazer esta discussão, será realizado um debate a partir do uso da história oral enquanto metodologia, seguindo a linha de Danièle Voldman, para o qual "se a história oral é entendida como um método, ela deve incluir-se na história do tempo presente"[6], no qual o documento escrito é apenas o utilizado para o trabalho, sendo a fonte original a gravação. Verena Alberti em seu *Manual de História Oral*[7] dita a metodologia e a forma como proceder desde o preparo para a entrevista até a forma como transcrever e organizar os arquivos de depoimentos que foram utilizados neste trabalho, assim como Alessandro Portelli[8], também discorrendo sobre como tratar a história oral, começando pela relação com o depoente. Para a confecção da narrativa será utilizado o Jornal Nosso Tempo, semanário local da cidade de Foz do Iguaçu, criado em 1980. Juntamente com estas fontes será utilizada a documentação de Itaipu, esta composta por relatórios anuais de 1974 a 2010. Um fato que precisa ser ressaltado é que durante a última década existiam somente três disponíveis na Binacional, dos relatórios de sustentabilidade, publicados desde 2002 até o ano de 2010.

O assunto tratado no terceiro capítulo apresenta a ideia inicial da pesquisa tomando forma na escrita, discutindo o processo de desmonte da estrutura de Itaipu. Mais especificamente é a relação entre as Vilas de Itaipu e a cidade de Foz do Iguaçu, tomada exatamente desta forma, que deixam de ser ambientes separados e bastante distintos e gradativamente ficam mais integrados, assim como os sujeitos que as habitam, já que as localidades não são compostas apenas por edificações, mas pelas pessoas que vivenciam aqueles espaços. Temporalmente situa-se entre o ano de 1991, quando as obras são concluídas, e estende-se até o momento atual, já que o processo de desmonte ainda não foi

---

[6] VOLDMAN, Denièle. *Definições e usos.* In: Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 8ª edição. P. 34

[7] ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. São Paulo: UFG, 2007. 3ª edição reimpressa

[8] PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho: a*lgumas reflexões sobre ética na história oral. In Proj. História, São Paulo, (15), abril. 1997

concluído.

Dentro deste terceiro capítulo, a história oral é novamente uma ferramenta metodológica fundamental. Uma citação de Alessandro Portelli apresenta o tom da discussão e a intenção deste trabalho, relativa à fala dos depoentes e o trabalho do historiador,

> o que fazemos é recolher essa voz, amplificá-la e levá-la ao espaço público do discurso e da palavra. Isso é um trabalho político, porque tem a ver não só com o direito à palavra, o direito básico de falar, mas com o direito de falar e de que se faça caso, de falar e ser ouvido, ser escutado, de ter um papel no discurso público e nas instituições políticas, na democracia.[9]

Assim é pensado para trabalhar e discutir as falas destes sujeitos negligenciados pela historiografia até então, no caso os moradores das Vilas "A" e "B".

Este ato de narrar a trajetória de Itaipu busca representar a mudança de momento histórico pensando o tempo e suas implicações, mas tomando não como centro das atenções a barragem, mas as pessoas que compõem esse período, que foram afetadas de uma forma ou de outra em algum dos momentos discutidos, já que a interpretação e visão para com a chegada da Usina de Itaipu varia de acordo com o modo como os indivíduos foram afetados.

Entre os depoentes sete são residentes atualmente na Vila "A", um nos arredores desta e outro residente em Belém/PA que, no momento da entrevista, se encontrava em Curitiba/PR. São eles Carlos Alberto Amaral Santos, operador de Itaipu desde 1983, Lourival Roman, desde 1975 em Foz, ex-funcionário do arquivo técnico, Emílio Ruiz Gomes, em Foz do Iguaçu desde 1977, ex-funcionário do planejamento de transporte, primeiramente da Unicon e posteriormente de Itaipu, Walmir José Zanette Zanoni, ex-técnico operacional de Itaipu desde 1976, Alcides Nardi, ex-fiscal de obras que se mudou para a cidade em 1975 pela construtora Dalloglio e entrando para o quadro de Itaipu em 1976, Newton Shuiti Narahara, único dos entrevistados que residiu na Vila "B", sendo ex-engenheiro eletricista de Itaipu, Lúcia Castelli de Luca, residente em Foz do Iguaçu desde 1960, mas natural do Rio Grande do Sul, Rosangela Aparecida Giovanelli Farias, natural de São José do Rio Pardo/SP e em Foz do Iguaçu desde 1977, filha de barrageiro e casada com outro barrageiro e Katia Regina Apolinário Chagas, iguaçuense nascida em 1976, filha de pai militar que se junta a obra de Itaipu em 1978.

A escolha por utilizar os nomes dos entrevistados ao invés de pseudônimos, com o devido consentimento por parte dos mesmos, tem por objetivo uma designação da voz destes

---

[9] Alessandro Portelli: dicembre 2010. Disponível em: http://alessandroportelli.blogspot.com.br/2010_12_01_archive.html acesso em 29 de junho de 2012

sujeitos, apresentando um tom mais pessoal dos mesmos com o lugar e as relações sociais que permeiam esse espaço.

A seleção de quem seria entrevistado para a pesquisa foi feita através de dois critérios: o primeiro deles é ter vivido em algum dos conjuntos habitacionais de Itaipu antes de 1984, ano em que a usina entra em operação, pois um dos objetivos era buscar apreender a vivência destas pessoas em diversos períodos da história destas Vilas. O segundo critério de seleção dos prováveis depoentes foi através da indicação e de pessoas com uma relação de proximidade, como foi no caso do Amaral Santos, Walmir Zanoni e Rosangela Farias, conhecidos da família do autor há vários anos.

Estas pessoas que no momento da entrevista possuíam idades entre 34 e 74 anos são oriundas dos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. São pertencentes a um grupo bastante heterogêneo. E justamente visando uma apreensão de uma visão heterogênea de memórias para a construção da história, foram entrevistados homens, mulheres e crianças à época da construção de Itaipu. Vale ressaltar novamente o fato de que as entrevistas foram feitas com conhecidos e através de indicações posteriores por parte dos que foram entrevistados anteriormente. Outro fato com relação às entrevistas que precisa ser ressaltado é de que ao fazer as transcrições foi buscado representar na escrita o mais próximo do possível o modo de falar dos sujeitos, passando para o papel erros gramaticais e vícios de linguagem, incluindo os do autor.

Uma das dificuldades do trabalho foi conseguir depoentes com vivência na Vila "B". Dentre as hipóteses do autor para tal é a de que os que ainda habitam o bairro ocupam cargos de chefia dentro da Binacional e aspiram cargos maiores dentro da empresa. Dessa forma ficaram receosas de que poderiam ser prejudicadas nesse sentido devido à publicação de alguma fala comprometedora. O mesmo ocorre com os que se aposentaram e estão residindo em outras cidades, já que se utilizam da rede de influências para conseguir trabalho mesmo após sua saída da Itaipu e temiam que esta fosse abalada pela publicação ou até mesmo distorção de suas falas.

Dessa forma a presente dissertação pretende em uma forma próxima da visão apresentada por Luisa Passerini[10], de que o tempo teria um espaço de lacuna temporal entre o passado e o futuro, sendo que este "não é um mero intervalo, mas um campo de forças gerado pelo esforço do homem para pensar" e que "à medida que a modernidade prossegue, a lacuna se torna uma experiência para todos, um fato político", e o trabalho do historiador do tempo

[10] PASSERINI, Luisa. *A "lacuna" do presente* In: Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 1998. 2ª edição. P. 214

presente seria o de expandir esse presente, essas lacunas, para a discussão e o debate. E essa é a intenção deste trabalho, que tem seu foco no período que se estende de 1974 a 2010, mas que cruza essa barreira de acordo com a vontade das fontes.

CAPÍTULO 1

MODERNIDADE NA TRÍPLICE FRONTEIRA

O homem chega, já desfaz a natureza
Tira gente põe represa, diz que tudo vai mudar
O São Francisco lá pra cima da Bahia
Diz que dia menos dia vai subir bem devagar[11]

No ano de 1977 a dupla brasileira de rock rural Sá e Guarabyra lançou o álbum *Pirão de peixe com pimenta.* Como primeira faixa do LP foi escolhida a música Sobradinho, de autoria dos dois músicos, que se tornou um dos maiores sucessos de sua carreira. Mas o que importa ressaltar no presente trabalho são os fatores que proporcionaram a criação desta faixa inaugural do lado A do disco.

Dizer que Guttemberg Guarabyra é baiano da cidade de Barra, no Vale do São Francisco, é uma primeira referência. Aliado a isso, existe o fato do rock rural ser um estilo que, apesar de criado em ambiente urbano, trata sobre o campo, sobre outra lógica temporal, tenta pensar nas mudanças embasadas em uma modernização conservadora que estava ocorrendo no país e nos problemas que trazia. A música Sobradinho tem por tema central a construção da barragem de Sobradinho, iniciada pela CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) em 1972 e concluída 1979.

No ano de 1977 um fato muito celebrado pela direção da usina e temido pelos moradores da região de Sobradinho desencadeará a ideia e a temática para os expoentes do rock rural: o fechamento das comportas para a formação do lago da barragem. Assim as cidades de Sobradinho, Remanso, Casa Nova, Sento-Sé e Pilão Arcado foram inundadas em meados de 1977, removendo centenas de pessoas, destruindo o local em que elas nasceram, cresceram e enterraram seus mortos para que uma hidrelétrica que abastece grande parte do estado da Bahia e Pernambuco fosse criada, ainda que nessas cidades inundadas muitos não tivessem acesso a energia elétrica. Uma das contradições do “progresso”.

Na entrada da Usina de Sobradinho encontra-se uma placa da CHESF mostrando orgulho por ser o maior lago artificial da América Latina (é o segundo maior do mundo) em uma usina com potência instalada de 1050MW. É uma usina que muito provavelmente não seria construída atualmente principalmente pela relação custo/benefício, mas também pelas alterações na modernidade. No decorrer do capítulo será feita essa discussão com maior

[11] Sé e Guarabyra – Sobradinho. Disponível em: http://letras.mus.br/sa-guarabyra/356676/. Acesso em 10 de agosto de 2012.

propriedade, mas no momento o objetivo é ressaltar que Sá e Guarabyra já cantavam a mudança na mentalidade de algumas pessoas antes que a mentalidade do governo brasileiro fosse alterada.

Esta breve apresentação inicial apresenta o panorama do princípio da discussão do presente capítulo, cujas pretensões principiam na configuração das relações temporais e políticas que possibilitaram obras como a Usina Hidrelétrica de Sobradinho, fazendo assim uma contextualização teórica do momento de criação de outra grande hidrelétrica, a de Itaipu, buscando ligar esses processos a uma determinada concepção da modernidade.

O ano de 1964 marcou no Brasil a ascensão ao poder, através de um golpe de Estado, de um governo militar no Brasil. Estava instalada no país uma ditadura que tinha como uma das suas metas políticas e propagandistas um ideal de progresso, desenvolvimento nacional, ideais que não eram exatamente uma novidade no país, que durante o governo de Getúlio Vargas havia investido em indústrias pesadas de base, sendo a siderúrgica e a extração de minérios e combustíveis fósseis criando empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce e a Petrobras. Logo após veio o governo de Juscelino Kubitschek, que estava alinhado à política estadunidense ao mesmo tempo em que buscava se afirmar enquanto uma liderança regional na América Latina, promovendo viagem aos Estados Unidos ainda enquanto presidente eleito e que nas palavras de Waldir Rampinelli possuía um "discurso nacionalista com um conteúdo ideológico conservador"[12] mas que nesse período vai se transformar na principal bandeira do regime militar.

Nas eleições de 1960 Jânio Quadros foi eleito presidente do Brasil, enquanto para o cargo de vice-presidente, tendo em vista que as eleições para presidente e vice-presidente no período eram feitas separadamente, venceu João Goulart, ou simplesmente Jango. Jânio Quadros fez uma política na contramão de seus antecessores, cortando o limite de remessas de empresas estrangeiras instaladas no Brasil e iniciou uma redução da dívida externa do país, além de buscar uma política externa independente, tendo inclusive condecorado o revolucionário argentino Ernesto "Che" Guevara, que participou da Revolução Cubana em 1959. Na condição de ministro da República Socialista de Cuba, recebeu a Grã Cruz da ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, em 1961, a maior condecoração dada pelo Estado brasileiro. Jânio Quadros renunciou à presidência no mesmo ano, cerca de sete meses após ter assumido o mandato.

---

[12] RAMPINELLI, Waldir José. *A política internacional de JK e suas relações perigosas com o colonialismo português.* Volume 17/18 - 1 º semestre 2007. Págs. 83-98. P. 88

No momento em que o presidente renunciou, o vice-presidente João Goulart estava fazendo visita à República Popular da China, que havia se tornado um país socialista após a revolução de Mao Tse-Tung liderando o Partido Comunista em 1949. Um impasse foi criado, pois uma grande parte dos políticos e dos militares que estavam no poder não desejavam ver um presidente que vinculado à esquerda do trabalhismo.

Através do apoio de Leonel Brizola (que por sua vez possuía apoio de parte das forças armadas) com a Campanha da Legalidade para o cumprimento da constituição brasileira, cujo Artigo 79 previa que "substitui o Presidente, em caso de impedimento, e sucede-lhe, no caso de vaga, o Vice-Presidente da República"[13], Jango consegue assumir a presidência. No entanto seu poder é bastante reduzido com a criação do cargo de primeiro-ministro através de uma emenda constitucional, transformando o Brasil em uma república parlamentarista. Após plebiscito, em seis de janeiro de 1963 o parlamentarismo foi derrubado e Jango voltou a governar o país.

Mesmo após a derrubada do parlamentarismo os setores mais conservadores da vida política no país continuaram articulados e, em 31 de março de 1964, os militares, comandados pelo General Humberto Castelo Branco, chefe do Estado Maior das Forças Armadas, depuseram o presidente João Goulart, que se exilou no Uruguai. Assim instalava-se a ditadura militar no Brasil, como em outros países como o Paraguai em 1954, a Bolívia, no mesmo ano de 1964, o Chile com a derrubada de Allende em 1973 e a Argentina, com a ascensão dos militares em 1976. Golpes apoiados tanto pelos membros de uma elite política e econômica conservadora quanto pelo governo dos Estados Unidos em nome de "segurança nacional"[14] e o medo da ameaça comunista ou então de governos de esquerda, como foram Jango e Allende, que buscavam fazer entre outras coisas a reforma agrária, coisa que o segundo iniciou.

Uma das principais características desse momento pós-1964 é o fato da modernização proposta pelos militares ter sido pautada em um amplo investimento do capital estrangeiro. Assim o novo regime no Brasil continua a reproduzir uma modernidade incompleta, prosseguindo nos trilhos dos governos de Vargas e de JK, já que a concentração de renda continuou sendo uma das características desse momento assim como os altos empréstimos internacionais feitos pelo governo em busca por um desenvolvimento nacional através de grandes obras que serviriam também de propaganda do regime ao mesmo tempo em que

---

[13] Livro: Constituição de 1946 – Do presidente e do vice-presidente da República. Disponível em: http://www.soleis.com.br/ebooks/Constituicoes4-13.htm acesso em 14 de julho de 2012

[14] PADRÓS, Henrique Serra. *O Paraguai de Stroessner no Cone Sul da Segurança Nacional*. IX Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História Seção Rio Grande do Sul – Anpuh-RS. 2008. P. 1

teriam um valor simbólico de desenvolvimento tecnológico e progresso. Como aponta Ridenti, “o desenvolvimentismo dos anos 1950 e principalmente o golpe de 1964 viriam a aprofundar o processo modernizador capitalista ocorrido no Brasil ao longo do século XX.”[15].

No decorrer dos vinte anos de governo militar no Brasil, quatro obras podem ser utilizadas como principais marcos do período, que seriam a Ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói), a Rodovia Transamazônica (BR-230), a Usina Nuclear de Angra 1 e a Usina Hidrelétrica de Itaipu. A ponte Rio-Niterói havia tido sua construção e seu projeto pensados anteriormente, visando a ligação entre as duas cidades, mas somente em 1963 foram tomadas as primeiras medidas reais para a realização da construção, sendo ainda dois anos mais tarde de fato iniciado o planejamento através da formação de uma comissão para o princípio das obras em 1968 e serem concluídas em 1974. Possui pouco mais de 13 quilômetros de extensão, sendo no momento de sua inauguração a 2ª maior ponte de mundo.

A Transamazônica, rodovia que liga o Norte ao Nordeste do Brasil foi pensada como uma forma de ligar a região norte do Brasil com o restante do país, indo de Cabedelo no litoral paraibano até Lábrea, na região sudoeste do Amazonas. Possui 4.223 quilômetros de extensão, visando com esta ligação, a construção e o desenvolvimento econômico de novas e antigas áreas urbanas. Seu lema era “integrar para não entregar”, pensando no caráter nacionalista que o regime militar esforçava-se para alcançar.

A Usina Nuclear de Angra 1 faz parte do programa brasileiro de desenvolvimento da utilização desse tipo de energia, não somente para a produção de energia átimo elétrica para consumo civil, mas para a utilização em navios e submarinos também. Construída em parceria com a Alemanha já tinha sido idealizada pelo governo de Café Filho, apontando assim uma continuidade no ideal de modernidade do país através dos governos progressistas de direita. Possui a capacidade de potência instalada de 657 MW.

A Usina Hidrelétrica de Itaipu era no momento de sua inauguração a maior hidrelétrica do mundo em potência instalada (14.000 MW) e se mantém no topo em produção de energia. Sua construção era estudada desde a primeira metade do século XX, mas somente em 1966 é assinado um acordo entre o Brasil e o Paraguai para a execução das obras, que se iniciaram em 1974 e já em 1984 a usina contou com uma cerimônia de inauguração, ainda que tivesse somente 4 das 20 turbinas instaladas naquele momento (das 20 turbinas apenas 18 funcionam simultaneamente, pois 2 delas estão sempre paradas para manutenção periódica).

---

[15] RIDENTI, Marcelo apud MATTIELLO, Catiane e QUELUZ, Gilson Leandro. *Representações de tecnologia em narrativas sobre a implantação da usina hidrelétrica de Itaipu.* Dimensões, volume 26, 2011, págs. 305-324. P. 308

Em comum estas quatro obras possuem a característica de serem grandiosas e de, além de visarem um desenvolvimento econômico, ostentarem de uma capacidade técnica e tecnológica para a construção de tais feitos. São elas descritas como a segunda maior ponte do mundo (Rio-Niterói), a maior hidrelétrica (Itaipu), a terceira maior rodovia do país (BR 230 - Transamazônica), perdendo apenas para as BRs 116 e 101, mas fazendo uma ligação entre o Nordeste e o Norte ao contrário das outras que ligam a região Nordeste ao Sul, representando assim o ideal de que deveria existir uma ocupação efetiva da região Norte assim como um maior desenvolvimento desta posteriormente, com um caráter nacionalista. E a usina de Angra 1, parte do Centro Nuclear Almirante Álvaro Alberto, que ao contrário das outras não era maior em nenhum sentido, mas o fato de ser o símbolo da entrada do Brasil na corrida nuclear, da possibilidade de utilização dessa forma de energia para outras finalidades como a bélica era interessante para o governo. O Almirante Álvaro Alberto que dá nome ao centro foi um dos maiores entusiastas do programa nuclear brasileiro. Químico e físico, militar de carreira, estudioso e incentivador da entrada do Brasil no campo da tecnologia nuclear já havia sido representante do Brasil na Comissão de Energia Atômica da Organização das Nações Unidas (ONU) durante o governo de Getúlio Vargas, mostrando que as pretensões do governo brasileiro em adquirir um programa nuclear não eram exclusividade dos militares, mas foram estes que o implantaram.

Assim, através de discursos tecnicistas baseados em ideais de progresso e em uma modernidade conservadora, foram construídos alguns dos símbolos do governo ditatorial militar brasileiro que subiu ao poder em 1964.

1.1 DISCURSOS DE DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO

No decorrer deste processo modernizador que estava acontecendo no plano nacional, dentro do Estado do Paraná o panorama não era muito diferente. Foi no governo de Moysés Lupion, em seus dois mandatos, o primeiro indo de 1947 a 1951 e o segundo de 1956 a 1961, que um processo de modernização do estado tomou forma. Seu governo foi pautado no ideal do governo federal, conduzido no momento do primeiro mandato por Gaspar Dutra, que estava dando continuidade ao projeto modernizador de Getúlio Vargas, pautado na criação de uma autossuficiência de recursos.

Uma das primeiras medidas tomadas por Lupion, ainda no início do seu mandato, foi a criação de um programa visando o abastecimento energético no estado utilizando as bacias hidrográficas, através do Plano Hidro-elétrico Paranaense Moysés Lupion, seguindo uma

linha direta dos planos do governo federal, pensando em uma forma de trazer o desenvolvimento econômico para país em uma lógica progressista.

Cesar Karpinski aponta que "O Plano Hidro-Elétrico Paranaense Moysés Lupion tinha mais semelhanças com o governo federal do que com o governador que o denomina."[16]. Esse projeto pensava em uma forma de aproveitar o potencial rico em recursos naturais do estado, já cantados por Manuel de Azevedo da Silveira Netto em sua obra *Do Guaíra aos Saltos do Iguaçu* de 1914, sendo o fator da água e de suas quedas sempre a chamar a atenção, seja por sua beleza no caso de Silveira Netto ou então pelo potencial energético no de Lupion.

Assim, o governo do Estado do Paraná em 1951, começa a construção da Usina Hidrelétrica de Caiacanga, na cidade de Porto Amazonas, localizada a 72 quilômetros da capital paranaense. Bento Munhoz da Rocha assume o governo do estado após o primeiro mandato de Lupion e, apesar de ser um oposicionista do Plano Hidro-Elétrico Paranaense e das obras do governo anterior e de seu projeto de eletrificação do estado, "não se notou modificação no padrão de atuação estatal no setor de geração de energia"[17] tendo sido criada inclusive em seu mandato a Companhia Paranaense de Energia, a COPEL.

As palavras de Silveira Netto, proferidas no início do século XX, segundo as quais "exportação da madeira e da erva mate para a República Argentina tem sido a poderosa e a única fonte de renda na Foz do Iguaçu"[18], podem ser tomadas como regra para toda a região Oeste do Paraná com a alteração do local para o qual iria a exportação dessas matérias-primas, já que companhias inglesas e uruguaias também se encontravam na região. Ao mesmo tempo, essa frase pode ser tomada como uma tentativa de ressaltar as fontes naturais da região e a possibilidade de se realizar um melhor aproveitamento desta.

Para enfatizar esse aspecto econômico da região levantado por Silveira Netto, Carla Andrea Schroeder e Maria das Graças de Lima apresentam, seguindo os trabalhos do historiador regional Valdir Gregory, que

> "trabalhadores comandados por **obrageros**, contrabandeavam a erva-mate nos portos clandestinos nas barrancas do Rio Paraná. No final do século XIX e início do século XX, o governo dava concessões de exploração e vendia terras a estrangeiros, constituindo as **obrages**"[19] (Grifos do autor)

---

[16] KARPINSKI, Cezar. *Navegação, Cataratas e Hidrelétricas:* Discursos e representações sobre o rio Iguaçu (Paraná, 1953-1969). Florianópolis/UFSC: Tese de Doutorado em História, 2011. P. 269

[17] KARPINSKI, idem. P. 283

[18] SILVEIRA NETTO, Manuel de Azevedo. *Dos Guaíra aos Saltos do Iguaçu.* Curitiba: Fundação Cultural, 1995. P. 51

[19] *SCHROEDER, Carla Andrea e LIMA, Maria das Graças de. II Encontro Estadual de Geografia e Ensino e a XX Semana de Geografia.* UEM: Maringá, 2011. Pág. 5

Obrageros: donos de grandes áreas de terras destinadas à exploração da erva-mate. Obrages: grandes extensões de terra concedidas pelo governo brasileiro às empresas estrangeiras (argentinas e inglesas) para a exploração de erva-mate e madeira no Oeste do Paraná.

Essas concessões de terras para estrangeiros iniciaram-se no final do século XIX e estenderam sua duração até o começo do século XX. Nesse princípio do século passado uma grande leva populacional desloca-se para a região, oriunda principalmente de São Paulo e Minas Gerais, elevando a população "de 126.977 para 685.711 habitantes"[20].

O Paraná foi um dos cenários da chamada "Marcha para o Oeste", iniciado na década de 1940 durante o governo de Vargas, que "buscava justificar-se pela necessidade de nacionalizar, civilizar, desenvolver, conquistar os sertões."[21] Para a realização desta empreitada, foi pensado em fazer a colonização da região a partir da agricultura, sendo pensado também nas formas de ligação desta localidade, sendo escolhida a construção de uma ferrovia como a melhor forma de interligar esse sertão que era o Oeste paranaense, como apresenta Valdir Gregory em seu texto *Representações de Natureza na Fronteira*. Pensada como a ligação com o restante do Paraná e do país, a ferrovia que estava sendo prevista desde o final do século XIX, quando se estudava ainda a colonização e a ligação dessa região, só irá ser construída de fato em 1988 com a Ferroeste, sendo preterida pelas estradas, sendo a primeira ligação entre Foz do Iguaçu e Curitiba aberta em 1920, chamada atualmente de Estrada Velha de Guarapuava, já que ligava estas duas cidades sendo a que denomina o terceiro planalto paranaense já possuía ligação com a capital do Estado. Em 1969 foi inaugurada a BR-277, que ligaria as duas extremidades do Paraná, indo da cidade da tríplice fronteira até Paranaguá.

No decorrer década de 1950 foi intensificado o processo de colonização e integração do Estado do Paraná, podendo ser visto como um reflexo dessa política expansionista da modernidade, que visava a urbanização da região e o plantio extensivo dessas áreas com um discurso de povoamento, desconsiderando os povos indígenas e os trabalhadores das companhias ervateiras e madeireiras que lá se encontravam estabelecidos, oriundos de outros Estados brasileiros, como foi apontado anteriormente, ou então paraguaios que cruzavam a fronteira em busca de oportunidades de trabalho.

Seguindo essa linha de modernização do Estado brasileiro, já iniciada anos antes com a industrialização, torna-se necessária a geração de energia de elétrica. Assim surge pela primeira vez o projeto de uma usina hidrelétrica abaixo dos Saltos de Sete Quedas localizados na cidade de Guaíra, a uma distância de 262 quilômetros de Foz do Iguaçu. Foi no governo de Juscelino Kubitschek, mais especificamente no ano de 1956, que se começou a estudar o

---

[20] Idem ibidem

[21] GREGORY, Valdir. *Representações de Natureza na Fronteira*. Anais do V Colóquio Internacional Cultura e Memória Social. Unioeste campus Foz do Iguaçu, 2011. P.1

potencial energético do rio Paraná feito pela Light, companhia canadense de eletricidade instalada em São Paulo e no Rio de Janeiro. Estes estudos avaliaram o potencial energético dos Saltos de Sete Quedas, porém nenhum projeto efetivo foi construído a partir desta avaliação. Como aproveitamento energético das quedas nesse período, havia somente uma pequena usina que utilizava um dos saltos das Sete Quedas, projetada pela 9º Região Militar estabelecida no Mato Grosso (lembrando que não existia Mato Grosso do Sul na época) para atender a 5ª Companhia de Fronteira e a cidade de Guaíra.

Durante os governos de Jânio Quadros e de João Goulart continuou-se a estudar a possibilidade de construir uma hidrelétrica no mesmo trecho do Rio Paraná, porém nos estudos realizados no governo dos dois presidentes, em projetos apresentados em 1961 e 1962, pensava-se em fazer uma usina brasileira apenas, construída acima de Sete Quedas. Ambos os projetos resultaram em tensões com o governo de Assunção, pois o Rio Paraná, sendo a área limítrofe das fronteiras nacionais pertencia aos dois países. Em caso de construção de uma hidrelétrica brasileira, seria utilizada parte paraguaia do rio, sendo que o Paraguai não ganharia nada em troca que não fosse a impossibilidade de construir sua própria usina.

Para acabar com estas tensões, Jango e Stroessner reuniram-se e assinaram um documento definindo que "qualquer utilização das águas fronteiriças só se daria mediante consentimento mútuo e cooperação entre os dois países"[22].

No ano de 1966, já sob o signo da ditadura militar, tanto do lado brasileiro quanto do lado paraguaio, um acordo envolvendo as duas partes chamada de Ata do Iguaçu é assinado, no qual os países comprometem-se a construir em parceria uma usina no Rio Paraná entre os saltos de Sete Quedas e a foz do Rio Iguaçu. Assim, em 1973 o Tratado de Itaipu é assinado e no final do ano seguinte são iniciadas as obras da barragem, com a construção do chamado acampamento pioneiro e da mobilização dos primeiros funcionários.

O título que Luiz Eduardo Catta deu à sua dissertação de mestrado em história é muito interessante para a discussão do tema, pois *O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade* busca representar o processo da modernização da cidade de Foz do Iguaçu, seguindo um ideal de progresso, desenvolvimento e integração com outros locais, principalmente na figura de Itaipu, focando na perda de uma tradição cultural local, no processo de chegada de uma grande quantidade de desempregados que povoariam não somente a região central da cidade, mas criariam favelas em seu entorno e a vida e rotina dos

[22] MAZZAROLLO, Juvêncio. *A Taipa da Injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu.* São Paulo: Loyola, 2003. 2ª edição revista e ampliada. P. 22

trabalhadores da Vila “C” de Itaipu, sendo esta a que concentrava os funcionários de níveis mais baixos.

Pautado pelo trabalho de Catta e olhando para os relatórios anuais da empresa Binacional, é possível ter uma percepção de como funcionava o ideal de modernidade trazido consigo para o extremo oeste do Paraná: um descaso com a população e com a história local, com os grupos que lá viviam e com o ecossistema existente. Descaso nesse sentido representado por uma retirada de autonomia política da cidade, utilização da máquina pública para o benefício do canteiro de obras de Itaipu e da sua área, ignorância para com a situação dos ex-empregados e da mão de obra de reserva da construção da barragem, alojados em favelas na cidade, destruição dos Saltos de Sete Quedas, principal fonte de atração turística e grande fonte de renda da cidade de Guaíra, além do prejuízo ambiental com a formação do lago.

O semanário Nosso Tempo, fundado em Foz do Iguaçu no ano de 1980 destaca-se pelo engajamento na divulgação da luta dos desapropriados pelas obras de Itaipu, em especial dos removidos para a formação do lago da barragem. Um dos sócios e editores do jornal, Juvêncio Mazzarollo, aliado à Pastoral da Terra, escreveu dois livros sobre os problemas gerados pela Binacional. O segundo e mais divulgado, *A Taipa da Injustiça*, em sua primeira edição de 1980, teve sua publicação através da Pastoral da Terra, da qual o Bispo de Foz do Iguaçu, Dom Olívio Fazza era uma das principais lideranças do movimento dos atingidos pela barragem de Itaipu ao lado do pastor luterano Werner Fuchs. Não tive acesso a essa primeira edição, apenas a um trecho publicado no Jornal Nosso Tempo[23] para divulgar o lançamento do livro. Nesse pequeno excerto encontramos um subtítulo do livro, Economia do desperdício, e o que seria o começo dessa parte do texto, discorrendo sobre as separações entre os diferentes níveis de funcionários da Binacional, a discrepância entre seus respectivos conjuntos habitacionais e as mordomias com as quais eram servidos tais funcionários, com exceção dos trabalhadores da Vila “C”.

Mazzarolo é natural da cidade de Ijuí, no Rio Grande do Sul, e mudou-se para Foz do Iguaçu posteriormente. Com uma postura política contrária à ditadura militar em vigência, aliou-se ao Bispo da cidade e a políticos da região que adotavam também um interesse por uma democracia, ainda que divididos em diferentes níveis. Em conjunto, assim foi criado o semanário que, entre outras coisas, buscava dar visibilidade aos problemas locais e regionais, assim como fazer uma crítica ao regime militar. Todos os sócios, com exceção de Mazzarolo,

[23] Jornal Nosso Tempo. Foz do Iguaçu. Ano 1, nº 3. De 17 a 24 de dezembro de 1980.

eram ou ocuparam cargos na câmara de vereadores da cidade ou se ligaram a secretarias municipais e/ou estaduais durante os últimos trinta anos.

Qual seria a justificativa para isso? O autor é levado a acreditar que o fato de não ser iguaçuense foi a principal causa para que ele não alcançasse o intuito de conseguir uma vaga como vereador, cargo ao qual concorreu pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), mas não foi eleito, baseado em conversas informais com sujeitos naturais da cidade, que apontavam o fato do Mazzarolo não falar pela cidade "pois ele era de fora". No entanto ele conseguiu o cargo de assessor de imprensa da Itaipu, cargo que ocupa no escritório de Curitiba/PR. Como o editor-chefe de um jornal que criticava a Binacional e escritor de dois livros contrários à empresa, conseguiu tal cargo, ainda mais pelo fato de não ser concursado, será apresentado mais à frente.

Para contextualizar o excerto do livro de Mazzarolo comentado anteriormente quanto às mordomias dos conjuntos habitacionais de Itaipu, que excluíam a Vila "C" do papel de "privilegiada", é necessário fazer uma descrição do que era essa Vila. Ela era um dos três conjuntos habitacionais de Itaipu construídos para abrigar os funcionários da obra, sendo esta uma vila temporária e voltada para os funcionários em cargos mais baixos, sendo então feita com uma estrutura mais simples. Residências multifamiliares feitas com um chão de concreto coberto de vermelhão, paredes de tijolos sustentadas por uma estrutura metálica e cobertura de telhas de zinco. Eram praticamente barracões no qual viviam de quatro a duas famílias. Seus residentes eram compostos pelos trabalhadores com maior rotatividade no decorrer da obra, já que era menor a qualificação cobrada pelo seu cargo e devido ao fato de que outras grandes barragens haviam terminado enquanto Itaipu estava no meio, atraindo assim uma grande leva de barrageiros com experiência para Foz do Iguaçu. Assim sendo, não faltava mão de obra de reserva, sempre presente para assustar os trabalhadores e facilitar o controle dos que estavam fichados.

Após apresentar uma pequena discussão acerca da modernidade e aspectos locais e nacionais da aplicação de projetos modernizadores, assim como ocorreu em Sobradinho, descontentamentos no campo do espaço local surgiram devido à falta de um diálogo mais aprofundado com o regional, sendo o valor de instalação de uma usina apenas no aspecto de um progresso desenvolvimentista, esquecendo ou ignorando principalmente o aspecto humano a ser afetado. Dentro desse mesmo contexto encontramos a Usina Hidrelétrica de Itaipu, a maior usina hidrelétrica do mundo que tem início na primeira metade da década de 1970, em um contexto temporal semelhante a Sobradinho, iniciada um ano antes apenas.

1.2 FOZ DO IGUAÇU

Primeiramente, a título de localização, é importante apresentar um mapa apontando a cidade e sua relação de proximidade com o Paraguai e a Argentina[24]. Foi escolhido propositalmente um em que a quantidade de municípios paranaenses está reduzida para dar maior enfoque ao objeto em questão.

A cidade de Foz do Iguaçu era até o início da década de 1970 muito similar a outras tantas pequenas cidades da região Oeste do Estado do Paraná, com uma população constituída majoritariamente de migrantes e tendo sua economia baseada na agricultura.

Originada de uma colônia militar criada para proteger os interesses do Estado na tríplice fronteira com o Paraguai e a Argentina após a guerra do Paraguai no final do século XIX, tomou parte também no processo de extração da erva-mate, produto que era a principal atividade econômica do Oeste do Estado.

A região onde hoje está situada a cidade de Foz do Iguaçu, no Oeste do Paraná, era uma grande produtora de erva-mate durante o final do século XIX e o início do século XX. O

[24] Construções feitas sobre os originais disponíveis em: http://www.nacaoturismo.com.br/UF/PR/Imagens/Aprovado/mapa_brasil_parana.gif e http://www.femipa.org.br/blog/wp-content/uploads/mapa-parana.gif. Acesso em 15 de maio de 2013.

Estado brasileiro dava concessões para que empresas pudessem explorar a região e também vendiam grandes extensões de terras para estas empresas[25]. Sendo uma área de fronteira longe dos seus poderes, essa foi a alternativa encontrada pelo Estado para que estas terras pudessem ser ocupadas. Assim, um grande contingente de pessoas se deslocou para a região para trabalhar nessas ervateiras, sendo estes paraguaios, argentinos, uruguaios e ingleses, os últimos no papel de donos e os primeiros geralmente como trabalhadores.

No ano de 1889 uma expedição militar partindo de Curitiba fundou na localidade da foz do Rio Iguaçu, uma colônia militar, visando proteger essa área de fronteira e que possuía um trânsito intenso de pessoas de diferentes cidadanias. De acordo com o IBGE, ao final do ano de 1889, "já se encontrava no local 188 paraguaios, 93 brasileiros, 33 argentinos, 5 franceses, 2 uruguaios, 2 espanhóis e 1 inglês, no total de 324 pessoas".[26]

A colônia militar alcançou o título de Vila Iguassu em 1912, pertencente ao município de Guarapuava, até então a maior cidade do terceiro planalto paranaense, maior espaço geográfico do estado, estendendo-se por cerca de metade do Paraná, indo desde a Serra Geral até o rio Paraná. Em 1914 Vila Iguaçu torna-se um município e quatro anos depois muda seu nome para Foz do Iguaçu.

Mesmo após a criação da colônia militar e de ter se tornado um município, a região fronteiriça continuou a ter um trânsito constante de pessoas de um lado para o outro da fronteira. Os fluxos de deslocamentos populacionais seja para trabalho, comércio ou simplesmente para visitas a amigos e familiares não alteraram significativamente com a presença do poder do Estado na região, pois a própria população local consistia de uma quantidade significativa de estrangeiros, principalmente de paraguaios.

De acordo com o último censo feito antes do início das obras de Itaipu, no ano de 1970, a cidade já possuía uma população pluralizada, tendo 72% de brasileiros, 15% de paraguaios, 5% de argentinos, 3% de libaneses, 2% de italianos, 1% de espanhóis e outros 2% apontados como diversos em uma população de 34.377 habitantes[27]. Estes números são apenas para os residentes na cidade, tendo o tráfego constante entre as três cidades fronteiriças, Foz do Iguaçu (BRA), Puerto Iguazu (ARG) e Puerto Presidente Stroessner (PAR).

---

[25] GREGORY, Valdir. Porto Britânia a Pato Bragado: memórias e histórias. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2004

[26] IBGE:: Cidades@ :: Foz do Iguaçu – PR - Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=410830# acesso em 28 de dezembro de 2011

[27] MONTEIRO, Gustavo Gama. *Plano de desenvolvimento integrado. Diagnóstico Municipal. Prefeito José Carlos de Toledo.*[Disponível na Biblioteca Pública Elfrida Engel Nunes Rios de Foz do Iguaçu somente com estas informações, não contendo data ou qualquer outra informação catalográfica]

Segundo o censo de 1950, na microrregião denominada como Extremo-Oeste do Paraná, o único município era Foz do Iguaçu, que englobava localidades como Cascavel, Guaíra, e Toledo, que futuramente viriam a tornarem-se cidades com importância econômica regional e, no caso de Cascavel, estadual. Um processo de colonização destas áreas no decorrer das décadas de 1940 e, principalmente, 1950 ocasionou o surgimento de diversos municípios em torno dessas novas cidades. Da mesma forma, ocorreu o estabelecimento de núcleos urbanos e propriedades rurais entre Foz do Iguaçu e Cascavel durante a década de 1960, auxiliada pela construção da BR-277 que serviu como uma forma mais efetiva de ligar o Estado.

Ainda antes da criação do município de Foz do Iguaçu, Silveira Netto ficou maravilhado com aquelas quedas d'água perdidas no interior, no sertão da Brasil. "As duas cachoeiras da nossa fronteira oeste batem o recorde mundial da maravilha, no gênero, as Sete Quedas, pelo colossal da massa de águas; os Saltos do Iguaçu, a par da enorme extensão, pela grande beleza de aspectos e de estrutura"[28] são as palavras do escritor paranaense quanto às grandes quedas encontradas no Estado, citando que os brasileiros desconhecem essas maravilhas, sendo apontada como a mais conhecida a cachoeira de Paulo Afonso na Bahia. Curiosamente, esse conjunto de quedas foi parcialmente desviado para a criação da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso I, que utiliza a força das quedas para a movimentação das turbinas.

Publicada em 1914, a obra de Silveira Netto, que dá visibilidade para esse sertão paranaense, suas possibilidades e objetos de atenção, encontrará, dois anos após, ecos em uma das figuras mais conhecidas pelos brasileiros, Alberto Santos Dumont. Dumont era um engenheiro formado em Paris, inventor, um homem que havia experienciado uma modernidade na Europa, participava de diversos congressos científicos e trabalhava na construção de máquinas voadoras como dirigíveis e aeroplanos. E ao avistar as Cataratas do Iguaçu em 1916, intervém junto ao Presidente do Estado do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, para a criação de um parque com controle do Estado, que foi efetuado através do decreto de transformação da área da fazenda em frente às quedas, pertencente a Jesús Val, uruguaio residente no Paraguai, como área de "utilidade pública", tendo início o Parque Estadual do Iguaçu com 1008 hectares de área.

Iniciava assim um polo turístico em Foz do Iguaçu através do Parque do Iguaçu, que passaria ter uma estrutura e um apelo turístico, reforçado no primeiro governo de Getúlio

[28] SILVEIRA NETTO, Manuel de Azevedo. Idem. P. 103

Vargas, quando em 1939 é criado o Parque Nacional do Iguaçu, agora com uma área de 156.235.77 hectares, tendo sido construído no mesmo ano o Hotel das Cataratas, a única modalidade de hospedagem dentro da área do parque.

Assim, com o passar das décadas, a cidade localizada na foz do Rio Iguaçu foi aumentando gradativamente sua população, mas ainda mantendo números modestos, sendo que em 1970, dos quase 35 mil habitantes que se encontravam na área do município, bastante reduzida devido às emancipações ocorridas nas duas décadas anteriores, cerca de um terço era residente na área rural, mesmo com o processo de turistificação da cidade promovido com a criação do Parque do Iguaçu.

O ano de 1973 vai trazer uma notícia que afetará a vida de todos os moradores de Foz do Iguaçu, embora muitos só fossem sentir seus efeitos no ano seguinte. No dia 26 de abril de 1973 especificamente, foi assinado em Brasília por representantes do governo do Brasil e do Paraguai o Tratado de Itaipu. Tal acordo assegurava a construção do que viria a ser a maior usina hidrelétrica do mundo, que levaria para Foz do Iguaçu o canteiro de obras dessa hidrelétrica já que a barragem estaria localizada no município, assim como quase toda a estrutura de apoio, incluindo os conjuntos habitacionais e alojamentos para os funcionários e uma estrutura de suporte para eles.

A vida na pequena cidade do Oeste seria transformada para sempre para que a energia gerada no Rio Paraná fosse transmitida para as regiões Sudeste e o Sul, sendo que ambas as cidades que hospedariam a maior hidrelétrica do mundo não fariam uso de sua energia, com o fornecimento elétrico de Foz do Iguaçu provida pela Copel e a de Puerto Presidente Stroessner através da Usina Hidrelétrica de Acaray, localizada no município vizinho de Hernandarias com potência instalada de 108MW.

Por se tratar de uma cidade de fronteira com dois outros países e que viveu por anos com a extração de madeira e erva-mate por empresas estrangeiras, Foz do Iguaçu pode ser considerada uma cidade multiétnica formada por migrantes, seja movendo-se pela fronteira ou então deslocamentos internos. Apesar de nesse período Foz do Iguaçu já ter sessenta anos enquanto uma Vila, a população brasileira da cidade era formada por 31% paranaenses, 28% de sul rio-grandenses, 25% de catarinenses, 9% de paulistas, 3% de fluminenses e outros 4% classificados como diversos no mesmo censo de 1970. Era então uma cidade formada majoritariamente por migrantes, oriundos de diversas nacionalidades e estados brasileiros, com poucos iguaçuenses, mostrando assim que antes da chegada dos barrageiros[29] e das

[29] A palavra barrageiro é utilizada para designar os operários que se dedicam a construção de usinas hidrelétricas, sendo associados a parte das obras civis da estrutura da barragem, que pode apresentar mais de um significado,

pessoas que visavam uma oportunidade de investimento, principalmente no comércio, Foz do Iguaçu já era uma cidade multicultural, multiétnica e que aceitava bem esses fluxos.

Se existiam fluxos populacionais na cidade de Foz do Iguaçu, intensificados principalmente pela posição fronteiriça e pelo 1º Batalhão de Fronteira, a vinda de Itaipu vai aumentar esse fluxo humano para uma escala muito maior. Para se ter uma ideia, a cidade possuía, segundo o censo de 1970, 20.408 habitantes em sua área urbana. Segundo dados do Plano de Desenvolvimento Integrado do município de Foz do Iguaçu feito durante o governo do prefeito José Carlos de Toledo, já citado anteriormente, a estimativa de crescimento para 1980 era para alcançar 29.000 habitantes na área urbana. Esse plano de desenvolvimento não encontrava-se datado, mas foi feito entre os anos de 1970 e 1971, período em que Toledo foi prefeito da cidade.

Quando em 1974 chegaram a Foz do Iguaçu os primeiros trabalhadores que formariam o contingente de aproximadamente cem mil barrageiros no decorrer dos dez anos que se seguiram, a população tornou-se ainda mais pluralizada: as identificações desses sujeitos com relação à cidade era dependente do seu local de observação da nova realidade que se instaurava.

Quando chegou o ano de 1980, a população havia alcançado o número de 136.321 habitantes, um crescimento bastante expressivo em apenas 10 anos. Destes, uma grande parte eram trabalhadores das obras da usina de Itaipu e seus familiares. No entanto, uma parte igualmente grande desse contingente populacional era formada por candidatos a vagas nas empreiteiras da obra e que não conseguiam preencher os requisitos ou simplesmente não encontraram vagas e acabaram ficando na cidade esperando uma oportunidade, compondo uma mão de obra excedente que começou o processo de favelização de Foz do Iguaçu através do desemprego de milhares de trabalhadores e pela especulação imobiliária. A atração provocada pela construção da usina influenciou também no crescimento demográfico e problemas sociais em outras cidades da região Oeste do Paraná, como foi o caso de Cascavel, foco dos estudos de Maicon Mariano em sua dissertação de mestrado que, ao tratar sobre o crescimento populacional da cidade aponta que

> não se pode esquecer e, menos ainda, deixar de estabelecer a ligação com a construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu na cidade de Foz do Iguaçu,

---

já que dependendo da obra ela designa tanto os chamados peões quanto os técnicos e engenheiros ou então apenas os primeiros, ligados de forma direta ao levantamento da parte de concreto armado ou então, no caso das barragens de enrocamento, de terra e pedra. Neste trabalho esta sendo utilizada a primeira definição, sendo incluídos enquanto barrageiros todos os que estavam vinculados diretamente aos trabalhos de construção da usina.

> iniciada em 1975, quando parte dos trabalhadores, direta ou indiretamente, passou a ocupar a cidade de Cascavel.
> Com a abertura de milhares de vagas de trabalho em Itaipu, não era incomum encontrar trabalhadores aguardando em Cascavel, até mesmo no Hotel da Rodoviária. Esse conjunto de situações foi exposto pelo Jornal *O Paraná*, no dia 1º de agosto de 1976, reportagem que, por sua importância para discussão, foi dividida em três partes, com o título de: *Migrantes continuam chegando. Onde arranjar emprego?*[30]

Como se pode ver aqui, os fluxos de trabalhadores temporários era uma constante na cidade, seja tomando parte do comércio, da extração da madeira entre outros. Assim também como a existência de vilas residenciais de uma categoria itinerante já era percebido em Foz do Iguaçu em decorrência da presença do Batalhão do Exército, que possui vilas voltadas para cada patente de seus oficiais. Assim, a presença das novas vilas de Itaipu e de seus personagens itinerantes não seria de espantar ou criar animosidades com os habitantes da cidade. No entanto, muito mais do que apenas as vilas, serão implantadas em Foz do Iguaçu por Itaipu.

Após estes apontamentos quanto à região e a esses ideais de modernidade que estavam sendo difundidos no território nacional como um todo e de forma parecida no Paraguai com a ditadura de Alfredo Stroessner, é importante pensar em que termos foi pensada a construção desta Usina Binacional que é Itaipu e o contexto energético brasileiro.

1.3 ITAIPU

Uma nova forma de energia passou a ser utilizada em terras brasileiras no final do século XIX, sendo esta a corrente elétrica produzida a partir de dínamos tendo por finalidade a substituição das lamparinas a gás da iluminação pública. No ano de 1889[31] entrou em atividade a Usina Hidrelétrica de Marmelos Zero, podendo ser considerada para a primeira hidrelétrica de maior porte do país, alimentando toda a iluminação pública e as indústrias têxteis de Juiz de Fora. Atualmente está desativada devido ao seu baixo potencial energético (4 MW), sendo substituída por outras usinas no mesmo trecho do rio Paraibuna.

A partir da década de 1940, mas especialmente durante a década de 1950, é criada a maioria das companhias estaduais e federais de eletricidade, como a CEEE-RS, CHESF, CEMIG, COPEL, CELESC, CELG, CEMAT, ESCELSA, FURNAS, CEMAR, COELBA,

---

[30] MARIANO, Maicon. *"A Capital de Oeste": um estudo das transformações e (re)significações da ocupação urbana em Cascavel – PR (1976-2010).* Florianópolis/UDESC: Dissertação de Mestrado em História. (No prelo) P. 76

[31] Escelsa – energias do Brasil. Disponível em: http://www.escelsa.com.br/aescelsa/historia-ee-brasil.asp Acesso em 4 de novembro de 2011

CEAL, ENERGIPE, entre outras. O Brasil tem uma geografia muito apropriada ao aproveitamento dos recursos hídricos para a geração de energia, pois possui rios perenes, caudalosos e com desníveis, o que facilita para a formação do lago necessário para a operação e funcionamento das hidrelétricas, diminuindo a área de terras a serem submersas.

Em 1958 inicia-se a construção da Usina Hidrelétrica de Furnas, sendo a primeira das usinas da empresa homônima. Esta usina foi construída no Rio Grande, no Estado de Minas Gerais, tendo entrado em operação em 1963[32]. Com o término de sua construção no início da década de 1970, passou a gerar 1216 MW, sendo na época a mais importante usina do país e uma das maiores da América Latina, abastecendo os Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, mostrando que o Brasil era capaz de construir usinas de grande porte.

É importante ressaltar que antes mesmo da construção da UH de Furnas, o Brasil já vinha desenvolvendo mecanismos e tecnologias que possibilitassem a criação de grandes centrais elétricas, tanto é que no ano de 1957 o país já havia se tornado membro da Comissão Internacional de Grandes Barragens (CIGB), responsável pela troca de experiências e informações entre os países associados através de encontros periódicos e publicação de relatórios e documentos.

Com o passar dos anos o Brasil foi se consolidando como um dos principais países na geração de energia elétrica através do aproveitamento fluvial, muito em função das características geográficas já apontadas, similar a caso dos Estados Unidos, outros dos maiores utilizadores de energia hidrelétrica do mundo. O fato de terem territórios extensos colabora também para a existência de áreas para alagamentos para os lagos das barragens e para a maior probabilidade de serem encontrados rios nestas condições ideais.

Um dos grandes focos do país como local a ser feito uma hidrelétrica era no trecho do rio Paraná abaixo dos saltos de Sete Quedas. Esse desejo já existia desde o governo de Juscelino Kubitschek, um dos presidentes que mais buscou uma modernidade para o país, construindo uma capital federal no meio do cerrado, tentando ocupar o sertão do centro do país, assim como ocorreu em outros sertões do Brasil como o caso do Oeste do Paraná trabalhado nesta obra, e estimulou a vinda de empresas e capital estrangeiro.

Assim sendo, durante o mandato de JK, foram realizados estudos em 1956 sobre o potencial energético do local pela Light, companhia canadense de eletricidade instalada em São Paulo e no Rio de Janeiro, porém os resultados foram apenas coletados e guardados para serem pensados futuramente.

---

[32] Usina Hidrelétrica de Furnas. Disponível em: http://www.furnas.com.br/hotsites/sistemafurnas/usina_hidr_furnas.asp Acesso em 4 de novembro de 2011

O trecho do Rio Paraná que estava sendo estudado para a construção de uma hidrelétrica possuía papéis importantes para os países fronteiriços, pois as toras de madeira retiradas da região desciam pelo rio assim como ele servia para demarcar os limites entre Brasil e Paraguai e posteriormente entre Argentina e Paraguai. No entanto, desde o final da Guerra do Paraguai, em 1870, que a fronteira entre os dois primeiros estava em litígio, sendo as terras da margem brasileira do rio contestadas pelo Paraguai, alegando que as demarcações limítrofes estariam erradas. Quando foram concluídos os estudos, ficou claro que, dependendo do porte da hidrelétrica, o lago formado seria grande o suficiente para alagar as terras em disputa, resolvendo essa questão enquanto a usina estivesse em funcionamento.

Com o interesse de aproveitar a capacidade energética do rio e de fazer uma aproximação política e comercial com o Paraguai, o governo brasileiro buscou a participação conjunta para a usina, já que os estudos até essa fase haviam sido feitos apenas do lado do governo brasileiro, sem buscar o governo paraguaio.

Nesse período o Paraguai estava vivenciando uma ditadura militar que havia tomado o governo com um golpe em 1954. O general Alfredo Stroessner subiu ao posto de presidente do Paraguai através da deposição do então presidente Federico Chávez e se reelege por sete mandatos, provavelmente com fraudes, até ser derrubado do poder em 1989. É durante seu governo que todo o processo envolvendo a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, desde a aproximação entre os dois países até o final das obras da barragem, transcorrerá.

A primeira coisa a fazer era trazer o Paraguai para uma aproximação com o Brasil, pois o primeiro sofria uma influência muito forte da Argentina, sendo que esta já tinha planos de construir duas usinas no rio Paraná. Essa aproximação entre Paraguai e Argentina foi construída durante o período uni partidarista do Partido Colorado, o maior do Paraguai e o único permitido no país no período que se estende de 1947 a 1962. Isto decorre do fato de que após uma tentativa de golpe organizada por membros do Partido Febrerista foi instaurado o sistema uni partidarista. Nesse período Federico Chávez, presidente do Paraguai de 1949 a 1954, quando vai ser derrubado pelo golpe, vai se aproximar do governo de Perón na Argentina na busca por um apoio na América do Sul.

Assim, na década de 1960 o Brasil fez doações de armamentos para o futuro parceiro na construção de Itaipu, foi construída a Ponte da Amizade, iniciada ainda no Governo de JK em 1959 e finalizada já no governo de Castelo Branco em 1965. Essa ponte criava uma ligação terrestre entre os dois países, e, em 1969, seria inaugurada a BR 277, que corta o estado do Paraná, ligando Foz do Iguaçu a Paranaguá. Dessa forma o Paraguai poderia

exportar e importar produtos sem a necessidade de utilizar a bacia do Prata, com a vantagem de passar a dispor de um Porto Livre do Paraguai em Paranaguá, vigente até hoje. Além disso, "fez visitas de cortesia que há muito não ocorria e que se sucederam com maior frequência a partir do governo Médici, e principalmente com Ernesto Geisel, [e] assinou acordos de cooperação e assistência com aquele país"[33].

O projeto escolhido para ter sua construção efetuada era um dos muitos estudados na etapa de planejamento, que incluíam propostas de criação desde uma única usina, como foi feito, até a construção de duas usinas menores ou ainda a de várias pequenas hidrelétricas, projetos estes que não seriam tão danosos ao meio ambiente local e afetariam menos pessoas com relação a deslocamentos forçados já que as áreas de alagamento para a formação do lago seriam menores. Mas a proposta de uma única usina de porte nunca antes vista possuía mais utilidades do que apenas a geração de energia elétrica. Uma das principais questões a ser resolvida era o litígio de terras Rio Paraná acima da área em que foi instalada a barragem de Itaipu. Estas terras eram requisitadas pelo Paraguai como sendo deles e foi um dos assuntos das tratativas que precederam a Ata do Iguaçu. Segundo o Ministro das Relações Exteriores do Brasil que estava à frente do debate, Juracy Magalhães:

> As conversas não eram fáceis. Pastor insistia na tese da indefinição da nossa fronteira no trecho das Sete Quedas, e eu não podia abrir mão da plena vigência do tratado que definia os limites consagrados na demarcação. Houve um momento de quase ruptura quando o chanceler paraguaio chegou a insinuar em nome de um suposto direito histórico, que nosso tratado tinha de ser revisto. Nessa hora observei, com o máximo de calma, que um tratado entre dois países só poderia ser revisto por outro tratado. Ou por uma guerra. E como o Brasil não estava disposto a aceitar novo tratado, perguntei-lhe se o Paraguai se considerava em condições de promover uma guerra. Visivelmente surpreso e assustado, o chanceler paraguaio me perguntou se eu lhe estava fazendo uma ameaça, ao que lhe respondi dizendo que apenas pretendia trazer nossa discussão para uma base mais realista. Suspenso nosso encontro nesse clima tenso, quando voltamos a nos reunir já o chanceler mudara por completo sua atitude, graças a isso, pudemos chegar, no dia 22 de junho, em Foz do Iguaçu, a celebrar o acordo, que se chamou Ata das Cataratas [Ata do Iguaçu].[34].

Essa fala expõe um ponto importante, pois aponta a discussão em torno da demarcação territorial limítrofe entre os dois países, argumentado pelo Paraguai há tempos, e que a ata final da Ata do Iguaçu em seu item VII que, "em relação aos trabalhos da Comissão Mista de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai, convieram os dois Chanceleres em que

---

[33] CATTA, Luiz Eduardo. *O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade*. Florianópolis: UFSC, 1994. Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, 1994. P. 47.
[34] MAGALHÃES, Juracy e GUEIROS, José. *O último tenente*. São Paulo: Editora Record, 1996. P. 349

tais trabalhos prosseguirão na data que ambos os Governos estimarem conveniente"[35]. Acompanhando a fala do ministro das relações exteriores brasileiro, percebe-se que a postura do governo brasileiro era o de não negociar a entrega de terras que estavam sendo contestadas. Dessa forma, o que ficou para ser discutido posteriormente vai encontrar um solução prática: o projeto da represa de Itaipu alagaria a área e encerraria a disputa.

A Argentina tinha interesse em aproveitar o rio Paraná juntamente com o Paraguai para a construção de hidrelétricas também, e o anúncio do acordo entre Brasil e Paraguai passou a ser um problema debatido entre os três países envolvidos. Ainda em 1966 é assinada a Ata do Iguaçu, documento esse após reuniões feitas nas cidades de Foz do Iguaçu no lado brasileiro e Puerto Presidente Stroessner no Paraguai no qual os dois países se comprometeram, entre outras coisas, a continuar estudos para a construção de uma hidrelétrica localizada entre os saltos de Sete Quedas, em Guaíra até a Foz do rio Iguaçu, em Foz do Iguaçu, sendo dividida a produção em partes iguais com direito a compra do excedente preferencialmente um pelo outro. Ponto interessante é que, nesse mesmo documento, os dois países comprometem-se a participar de um encontro em Buenos Aires, para

> a fim de estudar os problemas comuns da área, com vistas a promover o pleno aproveitamento dos recursos naturais da região e o seu desenvolvimento econômico, em beneficio da prosperidade e bem-estar das populações; bem como a rever e resolver os problemas jurídicos relativos à navegação, balizamento, dragagem, pilotagem e praticagem dos rios pertencentes ao sistema hidrográfico do Prata, a exploração do potencial energético dos mesmos, e à canalização, represamento ou captação de suas águas, quer para fins de irrigação, quer para os de regularização das respectivas descargas, de proteção das margens ou facilitação do tráfego fluvial[36]

Como foi dito anteriormente, em 26 de abril de 1973 é assinado o Tratado de Itaipu[37], um documento de vinte e uma páginas que define todas as regras da construção da Itaipu, seus órgãos reguladores, a gestão da empresa e as melhorias a serem feitas nos dois países por parte da binacional após sua conclusão, tendo em vista que seu objetivo seria também auxiliar no desenvolvimento do seu entorno. Surgia ai um dos símbolos do "milagre econômico brasileiro", fase do regime militar na qual são realizadas grandes obras públicas e uma expansão na economia do país à custa de um alto endividamento do Estado.

Neste documento está exposto que, como o Rio Paraná é partilhado pelos dois países

---

[35] Ata do Iguaçu. Disponível em http://www.itaipu.gov.br/institucional/documentos-oficiais Acesso em 13 de fevereiro de 2010

[36] Ata do Iguaçu. Idem

[37] Tratado de Itaipu. Disponível em http://www.itaipu.gov.br/institucional/documentos-oficiais Acesso em 13 de fevereiro de 2010

em parcelas iguais, toda a energia gerada seria dividida igualmente. Para isso metade da produção, isto é, 10 turbinas gerariam energia voltada para o Brasil e a outra metade trabalharia voltada para o Paraguai. O tratado definia também que toda a energia gerada não utilizada por um dos parceiros deveria obrigatoriamente ser vendida, a um preço estipulado no contrato, ao sócio.

Nascia ainda com o Tratado a empresa Itaipu Binacional, regulamentada pelos dois órgãos reguladores de eletricidade dos países, a Eletrobras (Brasil) e pela ANDE (Paraguai), sendo comandada por sua diretoria mista. Os cargos de Diretor-geral, tanto brasileiro quanto paraguaio são indicados por seus respectivos governos federais, ficando toda a área da barragem e de suas vilas sujeitas somente ao controle de Itaipu. Um detalhe interessante é que através de um acordo não escrito válido desde a saída de Costa Cavalcanti do cargo de Diretor-geral brasileiro em 1984, este cargo deve sempre ser delegado a um paranaense.

Então de acordo com as definições do Tratado de Itaipu e da fala de Magalhães, o Paraguai aparece não como um parceiro, mas como um ente subjugado ao controle da empresa Binacional por um único país, no caso o Brasil, que comandou os termos dos Tratados. Da mesma forma o contrato de obrigação da venda de energia, da qual o Paraguai utiliza apenas 8%[38], a preços não reajustados, que foram revistos somente recentemente com o presidente Fernando Lugo em 2009 e revisto novamente no início de 2011, sendo que os valores pagos pela energia ficaram congelados por 25 anos. Como foi apresentado anteriormente o contrato não estipula que o Paraguai deva vender, mas sim o país que possuir energia excedente. Esta cláusula deixava implícita essa venda, já que o Brasil nunca esperou consumir menos do que sua metade da energia.

O Tratado de Itaipu previa algumas obras a serem realizadas em ambas as margens do rio Paraná para o desenvolvimento econômico local, tendo inclusive um projeto de construir uma ferrovia no Paraguai por parte da Binacional para o escoamento de grãos até a fronteira com o Brasil, mas que, assim como muitos destes projetos previstos no acordo inicial, não saíram do papel. Porém outros acordos criados com o tempo foram sendo firmados, como o acordo exposto no Relatório Anual de Itaipu Binacional gestão 1975 (sem página) que acordava a ida de brasileiros para o Paraguai e de paraguaios no caminho inverso para se criar uma maior interação entre os dois países. No entanto nunca chegou a existir uma migração de Paraguaios para ocuparem terras do lado brasileiro. Já o oposto não é verdadeiro. O Paraguai possui hoje a maior comunidade de brasileiros no exterior. Dados de 2002 mostram que esses

[38] Em média apresentada pelos Relatórios Anuais de Itaipu

números chegam a 545.886 o total de brasileiros do outro lado da fronteira. Para Albulquerque:

> As estratégias geopolíticas de aproximação entre o Brasil e o Paraguai (construção da ponte da Amizade, hidrelétrica de Itaipu) favoreceram a entrada de muitos brasileiros no território paraguaio. Não podemos concluir categoricamente que a presença de milhares de brasileiros na fronteira do Paraguai tenha sido somente obra das políticas governamentais do Brasil e do Paraguai. O que existiu foi uma junção de um processo espontâneo de deslocamento populacional, devido à concentração da propriedade nos estados do Sul do Brasil, com os interesses geopolíticos dos governos brasileiro e paraguaio em controlar e desenvolver a região leste daquele país.[39]

Isto significa que além do problema das fronteiras limítrofes do dois Estados a usina de Itaipu auxiliou na resolução das fronteiras étnicas expandidas através da mobilidade dos grupos populacionais, no caso de brasileiros que foram trabalhar como mão de obra no Paraguai ou então adquirir terras para o plantio.

Após anos de estudos e construção de acordos, surge na cidade de Foz do Iguaçu no final do ano de 1974 um grande canteiro de obras a apenas alguns quilômetros do centro, localizada onde até aquele momento havia sido área rural e a região dos prostíbulos. Essa "novidade do progresso" mudaria a trajetória desta pequena cidade de fronteira.

No ano de 1925 a associação francesa para o progresso da ciência iniciou as discussões para a criação de uma comissão técnica internacional com a finalidade de pensar, estudar e debater somente sobre grandes barragens, não necessariamente utilizáveis para a geração de energia, mas com sua estrutura represando um grande volume de água. A título de informação técnica, para ser considerada uma grande barragem, a estrutura deve possuir uma altura de pelo menos 15 metros independente do volume armazenado ou então ter entre 10 e 15 metros de altura, mas com uma capacidade de armazenamento de 3 milhões de metros cúbicos de água.

As discussões de 1925 levaram, no ano de 1928, à criação da Comissão Internacional de Grandes Barragens (CIGB), nesse momento ligada à Conferência Mundial de Energia. Seis países faziam parte desta Comissão, sendo eles França, Estados Unidos, Suíça, Itália, Romênia e Reino Unido, países que já vinham acumulando um conhecimento e experiências nesse tipo de construção há alguns anos. Nesta primeira fase era somente um grupo pensando nas questões de engenharia das barragens. Desta forma é criado um estatuto que tinha em seus

---

39 ALBULQUERQUE, José Lindomar. *A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos "brasiguaios" entre os limites nacionais*. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre. Ano 15. n. 31, p. 137-166. Jan./jun. 2009. Pág. 140

objetivos “intercâmbio de informações entre seus vários comitês nacionais;”, “pela realização de assembleias periódicas;”, “pela organização de estudos e experimentos;” e “pela publicação de atas, relatórios e documentos”[40].

No ano de 1967 foi decidido que a Comissão passaria a ser independente da Conferência Mundial de Energia devido ao crescimento da mesma durante as quase quatro décadas de sua criação, já contando com 56 países membros, entre eles o Brasil que havia ingressado dez anos antes. Durante este novo período, a Comissão preocupou-se em melhorar a segurança das barragens, seja na manutenção da estrutura ou durante as obras de construção das mesmas, chegando a resultados de estudos que melhoraram a durabilidade das estruturas e otimizaram os custos das obras.

No decorrer dos anos também outras características foram sendo conferidas à CIGB, entre elas a criação de 24 comitês para tratar de assuntos diversos, cada qual com uma das preocupações das barragens, indo desde o Comitê sobre Concreto para Barragens passando por comitês inimagináveis em 1928 que são o Comitê sobre Meio Ambiente e o Comitê sobre Conscientização e Educação do Público.

Dois aspectos passam a fazer parte da estrutura das barragens: as pessoas e o meio ambiente. Da mesma forma, os critérios básicos para a construção de barragens de grande porte, agora enquadradas dentro de um plano de “Gestão Integrada de Recursos Hídricos”[41], isto durante a gestão 2006-2009, que visavam alguns critérios básicos para a construção de grandes barragens, sendo estes a “Viabilidade Técnica, Econômica e Financeira;”, “Desenvolvimento Sustentável. Compatibilidade com o Ambiente;” e “Aceitação Social e Política.”[42] De novo estão presentes os itens pessoas e meio ambiente, agora como critérios fundamentais para a construção de barragens (digo barragens, pois das aproximadamente 50 mil grandes barragens existentes em 2008 apenas 18% possuíam como papel primário a geração de energia elétrica).

Um fato interessante sobre esta edição brasileira do relatório do CIGB é que foi publicada pela Assessoria de Comunicação Social de Itaipu com o apoio da Copel e da Sanepar, as Companhias de Eletricidade e de Saneamento do Estado do Paraná respectivamente, criadas durante o primeiro governo Lupion, parte do programa modernizador do Estado.

Após esta pequena explicação pode-se passar para o papel da Usina de Itaipu inserida

---

[40] Comissão Internacional de Grandes Barragens. *80 anos - Barragens para o desenvolvimento humano sustentável*. Itaipu, Assessoria de Comunicação Social. 2008. Pág. 7
[41] Comissão Internacional de Grandes Barragens. Idem. Pág. 6
[42] Idem Ibidem. Pág. 6

neste contexto da CIGB, já que o Brasil, enquanto um corpo técnico e político, é membro desde o ano de 1957, ajuda a construir as propostas da Comissão e é, ao mesmo tempo, influenciada por ela. Como foi apresentado no inicio do capítulo anterior com o trecho de Sobradinho de Sá e Guarabyra fazendo uma crítica às obras que buscavam realizar projetos de modernização "em prol do progresso", que acabava sobressaindo sobre os impactos ambientais e sociais que aconteceriam na região de construção dessas grandes obras.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman, em suas discussões acerca da modernidade traz uma constatação importante:

> O conceito de Natureza na sua acepção moderna, opõe-se ao conceito de humanidade pelo qual foi gerado. Representa o outro da humanidade. É o nome do que não tem *objetivo* ou *significado*. Despojada da integridade e significado inerentes, a Natureza parece um objeto maleável às liberdades do homem.[43]

Bauman escreve que "a ciência moderna surgiu da esmagadora vontade de dominar a Natureza e subordiná-la às vontades humanas." Itaipu passou a ter sua imagem veiculada pelo regime militar que governava o Brasil, pautado nesta ideia de modernidade caminhante rumo a um progresso que estava sendo difundido nacionalmente através de obras como a Binacional, representante de mais um desses projetos que apresentavam um ideal e propósito do desenvolvimento das tecnologias levando a um progresso que conseguia assim vencer as forças da natureza que haviam se mostrado perigosas e imbatíveis outrora. O então diretor-geral brasileiro Costa Cavalcanti, no momento de construção da barragem, afirmou que Itaipu estava conseguindo domar o Rio Paraná, que ainda que talvez seja um mito, representa o ideal de até onde o desenvolvimento tecnológico pode levar. Maria de Fátima Ribeiro afirma que "Itaipu constituiu uma 'alavanca' indispensável para promover o desenvolvimento e o progresso, palavras mágicas utilizadas pelo governo da época"[44]. Esse discurso de progresso e desenvolvimento será visto facilmente durante os primeiros anos da Binacional.

No momento da criação do projeto da usina, a Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaia fez um relatório intitulado "Reconhecimento dos Efeitos Ecológicos do Projeto". Infelizmente, tal relatório não possui nenhuma cópia ou original nas dependências da barragem, muito devido à falta de uma biblioteca institucional, que foi criada somente na década de 1990, acrescido ao fato da retirada de materiais por alguns pesquisadores e pela própria falta de zelo por parte da Binacional como apontei na introdução. Assim, o relatório anual de Itaipu da gestão 1974, que traz no ponto "Ecologia" apenas uma pequena descrição

---

[43] BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar,1999. Pág. 48

[44] RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Memórias do concreto:* vozes na construção de Itaipu. Cascavel: Edunioeste, 2002. P. 25

de treze linhas, incluindo a citação do relatório feito pela comissão mista, não pode ser tomada como exemplo. Assim, ao olharmos o relatório anual do ano de 1975, vinte linhas são utilizadas para descrever o "Prosseguimento de medidas para a conservação do meio ambiente". O relatório possuía uma intencionalidade clara de mostrar o andamento das obras de construção da barragem e de suas obras adjacentes, como os conjuntos habitacionais e as vias de acesso ao canteiro. A cidade de Foz do Iguaçu, enquanto uma localidade com pessoas e construções prévias é totalmente ignorada nas páginas do relatório.

Quanto aos sujeitos acima da área onde será construída a barragem, estes são apenas estatísticas de quantas pessoas serão removidas e de uma prévia do custo das desapropriações. Em nenhum momento os relatórios da Binacional apresentam estas pessoas residentes na área do futuro lago que não fossem como números, dividindo-os entre os que já haviam vendido as terras e os que estavam se negando a isso. Porém, fora dos relatórios, utilizam uma estratégia de convencimento da população através de personagens característicos, utilizando a figura de Lima Duarte no ano de 1981, que fez sucesso no papel de Zeca Diabo na telenovela "O bem amado" da Rede Globo, baseada na obra de Dias Gomes, e que retornava ao papel na série homônima no ano de 1980. O ator aparecia no cartaz sorrindo pedindo para os proprietários venderem para Itaipu suas terras.

Independente dos sujeitos da margem do Rio Paraná venderem ou não suas propriedades, estas teriam que ser desapropriadas até o final de 1982, quando seriam fechadas as comportas. Sabendo disso protestos foram organizados assim como passeatas para Foz do Iguaçu, depredação de escritórios locais da Binacional nos municípios a serem afetados, o exército foi enviado às ruas proibindo o acesso ao canteiro de obras e as Vilas residenciais e muitos processos judiciais foram abertos para que o preço pago pelas terras fosse revisto.

Segundo reportagens publicadas no semanário Nosso Tempo, o auge das disputas entre os desapropriados na margem brasileira e a Itaipu e o governo brasileiro ocorreu no final do ano de 1980 e no início de 1981, período em que o jornal foi criado, tendo seu primeiro número publicado em dezembro de 1980. A um dos sócios do jornal e editor-chefe do mesmo, Juvêncio Mazzarollo, foi delegada no ano de 1978 a função pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) de escrever um livro denunciando a situação dos moradores rurais que seriam obrigados a sair de suas terras em função da construção da Usina de Itaipu. A CPT é originária da Igreja Católica, mas posteriormente passou a contar com a participação de outras vertentes religiosas cristãs, incluindo a Igreja Luterana, muito atuante na região Oeste do Paraná.

Essa primeira publicação tinha por objetivo a divulgação da luta no momento em que se iniciava, pois o ano de 1978 é marcado como o começo do processo de desapropriação das

propriedades rurais feita pelo governo. As áreas dos conjuntos habitacionais e do canteiro de obras foram desapropriadas e tiveram seus pagamentos efetuados entre 1974 e 1976 e as áreas localizadas no perímetro urbano das cidades acima de Foz do Iguaçu tiveram seu princípio em 1977[45]. Ao ler o Relatório Anual de Itaipu de 1979 encontramos muitos dados descritivos sobre a quantidade de terras indenizadas, a proporção destas terras em cada um dos municípios afetados, as leis aprovadas pelos governos das duas margens do rio que estão regendo esta etapa do trabalho, mas em nenhum momento aparece o número de famílias ou de pessoas desapropriadas. Somente o fator técnico, territorial, útil para a construção da barragem é que importava para aqueles que elaboraram o relatório.

A primeira grande questão levantada por estes moradores da margem do Rio Paraná era o critério utilizado para as indenizações. Quem tinha prioridade para receber eram os donos de terras com títulos de propriedade. Em seguida vinham os que ainda estavam pagando pela terra e que possuíam o título provisório da mesma. Por último, posseiros e os indígenas que se encontravam em uma área de reserva, que seria alargada no momento que as comportas da barragem fossem fechadas. Isto significa que, quanto mais baixo o poder destes agricultores e moradores da região, menos tempo teriam para questionar, já que as terras seriam alagas mais brevemente, tendo seus donos, legitimados em cartório ou não, tendo concordado com a venda ou não, o lago seria formado em 1982.

Foi feita uma citação de um texto de José Albuquerque anteriormente que reflete sobre os brasiguaios, termo genérico que possui vários significados, sendo comumente utilizado para designar os brasileiros que residem no país vizinho. Segundo Albuquerque, esse deslocamento de brasileiros para o Paraguai inicia na década de 1950 e vai se intensificar durante as décadas de 1960 e 1970, muito em função da aproximação entre os dois países devido aos acordos que estavam sendo construídos para viabilizar uma hidrelétrica conjunta, que viria a ser Itaipu.

Assim sendo, Itaipu amplia a visibilidade e facilita a ida para o Paraguai de brasileiros a procura de terras e de empregos, auxiliando na formação de uma grande colonização, na falta de uma palavra melhor. Mas segundo Mazzarollo, dentro da faixa de 800 quilômetros quadrados inundada para a formação do lago, vinte mil pessoas foram removidas. E como foi dito anteriormente, o governo paraguaio não abria possibilidades para a manifestação. Apesar de que as manifestações brasileiras foram silenciadas

O importante era ressaltar que a hidrelétrica teria instalada uma capacidade de

[45] Relatório Anual de Itaipu. Gestão 1979. Pág. 43

12.500MW (os 14.000MW são atingidos com a instalação de duas turbinas auxiliares concluídas em 2003), que a estrutura construída para atender aos funcionários de Itaipu e de suas empreiteiras era perfeita, sendo o surgimento de uma cidade urbanizada feita pela própria usina, contando com hospitais bem equipados, conjuntos residenciais com casas feitas da melhor forma possível, com espaços de lazer para estes funcionários com clubes, centros comunitários, quadras poliesportivas, áreas verdes e mais do que isso, mas uma estrutura que não havia na cidade de Foz do Iguaçu, pequena cidade do extremo oeste do Paraná, que tinha cerca de 40% da população vivendo na área rural da cidade e que possuía apenas uma avenida asfaltada, enquanto somente a Vila "A" possuía 12 avenidas de pista dupla, separadas por um canteiro, sendo que a maioria dos moradores eram oriundos de outras partes do país. A modernidade caminhou foi levada até a cidade de Foz do Iguaçu na figura de um grande canteiro de obras, onde se ergueria uma massa colossal de ferro e concreto. Como a cidade não comportaria a grande quantidade de trabalhadores que seriam envolvidos na execução do projeto, ela teve que construir sua própria cidade, com isso criando dois mundos distintos, separados pela BR 277 e por apenas 4 quilômetros, vivendo em momentos distintos desta modernidade que a Binacional trouxe para a região, cada qual recebendo sua influência e consequências de forma muito particulares.

Para Mazzarollo, a democratização permitiu tais manifestações na margem esquerda do Rio Paraná, o lado brasileiro. No entanto, do lado paraguaio, apesar de não ter tido manifestações contrárias à desapropriação e remoção dos moradores, ao contrário da situação no Brasil, os critérios para o pagamento das terras nunca foi liberado. Mais do que isso, esses desalojados do lado paraguaio em sua maioria não eram realmente cidadãos nascidos no Paraguai, mas sim os chamados brasiguaios, que não contaram com assistência do governo de nenhum dos dois lados.

Essa fase das desapropriações foi tomada como uma das bandeiras do Jornal Nosso Tempo, muito devido ao fato deste tema ser um meio de atacar o projeto de Itaipu e também pela relação existente entre Juvêncio Mazzarollo, sócio e editor-chefe do semanário com o Bispo de Foz do Iguaçu e muito atuante na Pastoral da Terra Dom Olívio Fazza. Por várias semanas, principalmente em suas primeiras edições, o caso dos desapropriados por Itaipu e sua luta para receber melhores indenizações ou então para conseguirem manter sua terra e serem contra a construção da hidrelétrica foi bastante divulgado, com no excerto abaixo:

> Todos estão vendo, aqui dentro de Foz do Iguaçu, o limite a que tiveram que chegar os agricultores expropriados por Itaipu. Agora, o protesto, a árdua luta por justiça se fazem sentir não mais como um eco ressonando desde

> Santa Helena, lugar incorporado à história de Itaipu como a grande caixa de ressonância da espoliação a que a maior hidrelétrica do mundo submete a população forçada a dar lugar as águas.[46]

1.4 A CIDADE DIVIDIDA[47]

> A reação inicial dos iguaçuenses diante dos forasteiros era de receio e desconfiança que diversas vezes ultrapassava a fronteira da animosidade. A construção das vilas residenciais em uma área próxima à usina e, portanto, longe do centro da cidade, serviu como arma para os setores mais resistentes à nova realidade, que traçavam a rodovia BR-277 como fronteira entre a 'cidade de cá', dos habitantes nativos, e a 'cidade de lá', dos forasteiros...[48]

O trecho citado acima foi retirado do livro institucional de Itaipu e apresenta um relato da existência de uma divisão, formando assim aparentemente dois universos dentro da cidade, sendo estes o centro de Foz do Iguaçu com suas edificações levantadas em torno do batalhão do exército e nas proximidades do Rio Boicy, a cerca de três quilômetros à sudeste do primeiro e as construções posteriormente feitas pela hidrelétrica, tanto as vilas habitacionais quanto o próprio canteiro de obras

A princípio o processo em estudo pode ser aproximado ao caso tratado por Elias e Scotson em *Os estabelecidos e os outsiders*[49], fazendo uma alusão aos sujeitos que habitavam a cidade anteriormente em oposição às pessoas vindas de outras localidades posteriormente, usando essa proposta no caso dos trabalhadores que se deslocaram até Foz do Iguaçu no intuito de se juntarem ao efetivo das obras de Itaipu. No entanto esse efetivo divide-se em dois grupos: os que formariam uma comparação entre estabelecidos e *outsiders* nos termos propostos pelos sociólogos e outros que inverteriam essa ordem.

Para deixar mais clara essa discussão comparativa com a obra dos dois sociólogos citados anteriormente, é prudente fazer uma definição e distinção entre os três grupos do caso de Foz do Iguaçu. Temos como primeiro grupo o que será tomado como a população de estabelecidos da cidade, isto é, os antigos residentes. Como segundo grupo pode ser apontada a grande quantidade de trabalhadores, muitos acompanhados de suas famílias, que migraram

---

[46] Nosso Tempo. Foz do Iguaçu, ano I, nº 15, 28 págs., 18 a 25 de março de 1981. P. 15

[47] Subtítulo retirado do livro Cidade Dividida de Marcia Fantin, que discute a relação dos núcleos populacionais mais afastados na Ilha de Santa Catarina e a relação com a cidade de Florianópolis.

[48] MONTEIRO, Nilson. *Itaipu, a luz*. Curitiba: Itaipu Binacional, Assessoria de Comunicação Social, 1999. P. 54

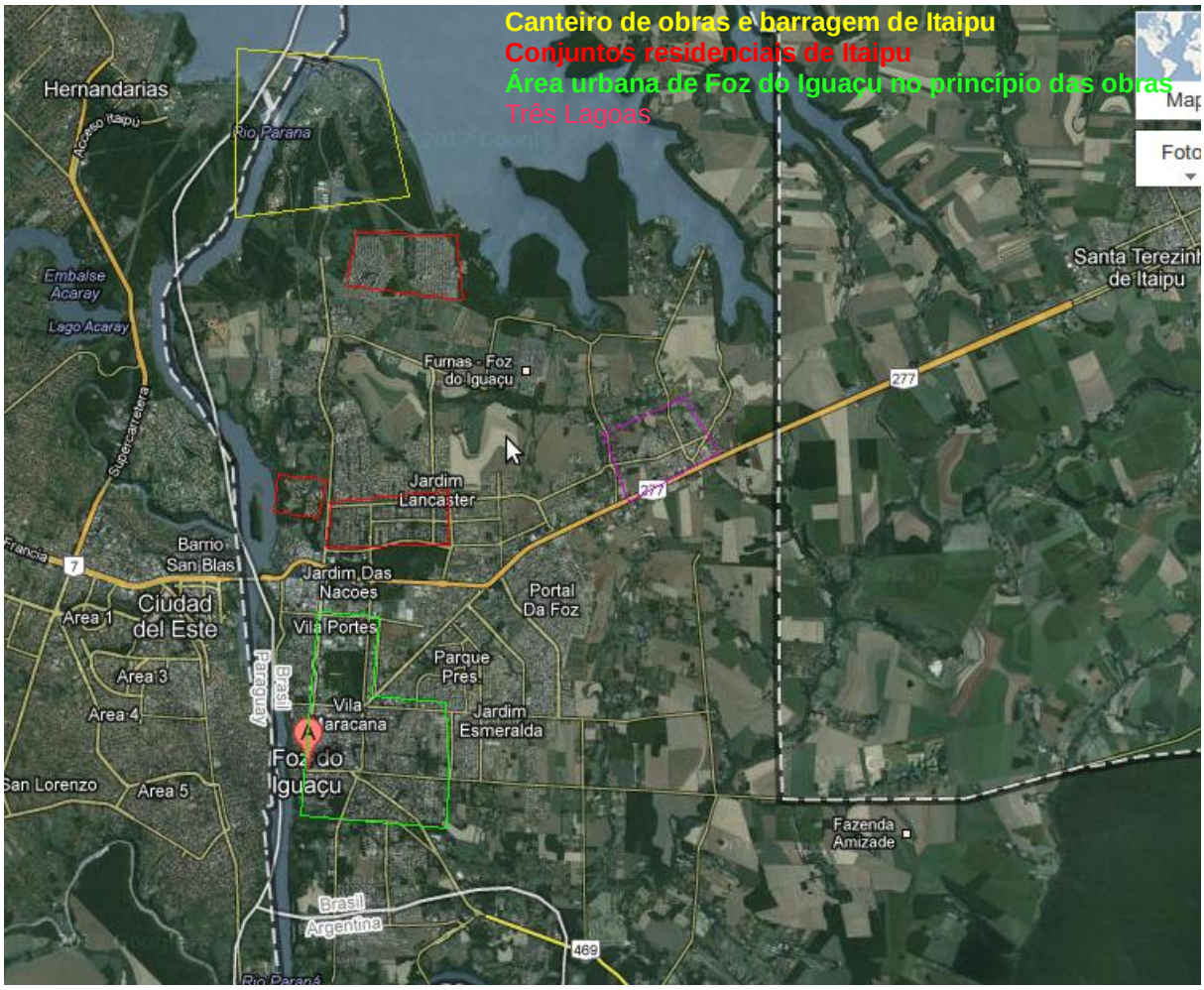
[49] ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L.: *Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.* Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

para a tríplice fronteira em busca de um emprego na construção da barragem, sendo muitos destes inexperientes em construção de hidrelétricas ou mesmo na construção civil, em sua maioria ex-agricultores. Esse chamado, momentaneamente, de segundo grupo, se enquadra perfeitamente na ordem proposta por Elias e Scotson, sendo estes os *outsiders* da cidade, relegados a um segundo plano, não fazendo parte nem ascendendo na ordem social local, com os piores empregos (quando tinham), mas para o caso dos que foram contratados tanto pelas empreiteiras quanto pela própria Itaipu a relação se inverteria, já que tanto o nível salarial quanto a infraestrutura da sua "porção da cidade" eram superiores às encontradas no centro. Assim, busca-se pensar mais como uma cidade de fluxos, sem tomar esse binarismo excludente, pois sua utilização talvez fosse contraditória à trajetória de Foz do Iguaçu, formada por uma população majoritariamente migrante, que convivia e ainda convive diariamente com os deslocamentos da fronteira.

Ao apresentar a diferenciação entre os funcionários vinculados às empreiteiras e à empresa Itaipu, discute-se em um direito a um pertencimento. Era a diferença entre possuir um crachá verde ou um crachá vermelho. Os vinculados à Unicon e Itamon, consórcios de construção das obras da barragem e da instalação dos equipamentos de geração de energia que respectivamente, tinham funcionários trabalhando com contratos temporários até o final da etapa da obra que estava sendo cumprida, utilizavam crachás na cor verde. Os funcionários que estavam vinculados à Itaipu, uma empresa pública e que, portanto só sairiam em caso de demissão por justa causa, utilizavam crachás na cor vermelha. Detalhe que, no período da construção, além dos concursos havia também cargos por indicação. A diretoria e parte dos funcionários com curso superior, técnicos, fiscais de obra, motoristas, serventes e cozinheiros faziam parte deste grupo.

Quanto à sua formação urbana, Foz do Iguaçu possuía suas edificações do lado esquerdo da BR-277, sendo a pista de concreto (a rodovia foi pavimentada do trevo de entrada da cidade até a Ponte da Amizade com o concreto que sobrou das obras desta) o limite dessa área urbana, pois ao cruzar a pista estava a zona rural e a região dos prostíbulos da cidade. Tradicionalmente em cidades pequenas os prostíbulos são encontrados nessa região limite, na fronteira que divide o urbano do rural, que delimita o que está dentro e fora da cidade. Estas casas de prostituição ficavam localizadas onde seriam futuramente construídos o Floresta Clube e a região do Xororó na Vila "A"(esse nome se deve à pizzaria Xororó que existia no centro comercial da Vila. Como referência, a área próxima recebia a denominação do restaurante, e mesmo após o fechamento do mesmo, a localidade continua a ser conhecida assim). Assim sendo, tanto as vilas residenciais de Itaipu quanto seu canteiro de obras

ficariam além do antigo limite urbano de Foz do Iguaçu e os prostíbulos foram realocados para a região do Três Lagoas, acima das obras da barragem, muito mais próximo de Itaipu do que do centro[50], ampliando assim também a própria concepção de limite da zona urbana.



Fonte: https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR

Para os funcionários fichados nas empreiteiras ou pela própria Itaipu, moradia não faltava, tendo em vista que os solteiros recebiam hospedagem nos alojamentos e os casados eram distribuídos entre os três conjuntos habitacionais dependendo do seu nível empregatício (Vila "C" para os funcionários das empreiteiras com cargos mais baixos, Vila "A" para os funcionários efetivos de Itaipu e para os trabalhadores com nível de chefia, superior ou técnico das empreiteiras e a Vila "B", voltada para os chefes com curso superior) ou casas eram alugadas para eles no centro da cidade. Estas casas e apartamentos alugados no centro eram comuns no início da obra, quando os conjuntos habitacionais ainda estavam em fase de

[50] RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. Idem

construção. Muitas pessoas chegaram a residir em hotéis antes de terminadas as suas futuras residências. A criação dessas vilas residenciais, muito comum no processo brasileiro de construção de hidrelétricas, teve início "em virtude do isolamento em que estavam as usinas, como fator de atração e fixação de empregados naqueles locais"[51], recebendo assim milhares de trabalhadores nesses locais.

A utilização do termo "solteiros" define apenas os homens, pois eles compunham a imensa maioria dos trabalhadores e eram os únicos a ocuparem os alojamentos. Mas existiam mulheres também, estas ocupando cargos nos hospitais de Itaipu, de secretárias no interior da obra, trabalhando em cargos com nível superior, porém não no espaço do canteiro de obras, mas atuando como biólogas, administradoras, e outras funções de escritório tendo os mesmos direitos que os homens com a diferença de que, independente do cargo ocupado, fariam suas refeições na Sala "B"(desde que não tivessem direito a Sala "A"), o segundo nível dentro os quatro de refeitórios da obra, sendo voltada para funcionários de nível médio e técnico administrativo, assim como os homens menores de idade, visando a segurança. Maria de Fátima Ribeiro[52] traz em sua dissertação de mestrado uma história curiosa do Jornal de Itaipu, publicação distribuída aos funcionários que representa o porquê destes cuidados e segregação de gênero no canteiro de obras. Neste "causo" contado no Jornal por uma das mulheres que trabalhava no setor de contratação de pessoal da Binacional. Ela conta que, curiosa para ver o andamento da construção, juntamente com mais sete mulheres que trabalhavam no mesmo setor, tomou um dos ônibus da Unicon e dirigiu-se a área de construção da barragem. Ao começarem a desembarcar do ônibus, centenas de homens cercaram o carro, alvoroçados por verem mulheres naquele ambiente.

No caso de Foz do Iguaçu, o canteiro de obras da usina estava localizado relativamente próximo da cidade, diferentemente de muitas outras, como por exemplo, a hidrelétrica de Estreito, localizada no Rio Grande, no Norte do Estado de São Paulo, distante quarenta quilômetros da cidade de Pedregulho, ou então a usina de Ilha Solteira, localizada no Rio Paraná, também em São Paulo e distante quarenta quilômetros de Pereira Barreto, tendo seus conjuntos habitacionais se transformado no município de Ilha Solteira durante o processo de desmonte das vilas. Assim, milhares de pessoas que foram para Foz do Iguaçu se candidatar para os trabalhos na usina e não conseguiram, encontravam uma situação em que o aluguel de residências era muito difícil, já que a presença de Itaipu aumentava o preço dos

---

[51] VIANNA, Mônica Peixoto. *O desmonte e a conversão dos núcleos residenciais operários construídos pela CESP.* Risco (São Carlos), *v. 4, p. 21-35,* 2006. P. 22

[52] RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. Op. Cit. P. 77

aluguéis na cidade a patamares incompatíveis com as possibilidades desta mão de obra ociosa, forçando esses trabalhadores a criarem suas habitações em outros locais, foi o caso do Rincão do São Francisco, bairro construído a partir da ocupação feita por essas pessoas que não conseguiram emprego nas obras e por ex-funcionários das obras dispensados e que resolveram ficar em Foz do Iguaçu, sendo o maior bairro da cidade durante a década de 1980 e início de 1990. Outra prática comum na cidade foi a ocupação dos trechos na barranca do rio Paraná por estas pessoas que não tinham condições de adquirir um imóvel ou pagar um aluguel na cidade.

O Jornal Nosso Tempo apresenta uma reportagem intitulada *Foz - Desemprego: fome e miséria atingem 20 porcento da população economicamente ativa*[53]. A reportagem mostra que no Rincão do São Francisco, quarenta por cento dos moradores estavam desempregados e que nos bairros nos arredores da Vila "C" esse número chega a sessenta por cento. Grande parte desses números é creditada a Itaipu, seja por ex-funcionários dispensados ou então por pessoas movidas pela perspectiva de uma vida melhor.

Rogério Proença Leite diz que "Transformações urbanas raramente resultam de um desenvolvimento imanente da cidade."[54] Partindo dessa constatação, a cidade de Foz do Iguaçu, tem suas transformações urbanas efetuadas e movidas por sujeitos que nela se estabelecem ou interferem de alguma forma, com suas mudanças girando em torno das obras de Itaipu, seja na criação ou alteração de espaços.

Assim sendo, os novos sujeitos trazem novos significados para os espaços, transformando-os, como foi o caso da expansão dos limites urbanos pelas vilas e pelo canteiro de obras de Itaipu e um processo de favelamento da cidade com a grande quantidade de mão de obra de reserva. A antiga rodoviária da cidade também vai receber uma nova forma de urbanidade, transformando-se em um retrato desse grande contingente de trabalhadores que se encontravam disponíveis para serem utilizados como mão de obra que não conseguiam uma vaga na empresa.

Localizada bem no centro de Foz do Iguaçu, entre as avenidas Almirante Barroso e Brasil, tinha sua entrada na primeira. Era mantido um escritório da Unicon em frente à rodoviária, de forma que as pessoas que chegassem à cidade não teriam dificuldades para se aplicarem as vagas. No entanto, o número de pessoas que chegavam à cidade diariamente dispostas a trabalhar nas obras da barragem era muito maior do que as vagas em aberto.

---

[53] *Jornal Nosso Tempo. Foz do Iguaçu, ano II, nº 77, 20 págs., 14 a 21 de julho de 1982*

[54] LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos e espaços públicos:* notas sobre a construção social dos lugares na *Manguetown*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 17, nº 49, p. 115-134. P. 120

Assim, a região passou a ser um espaço ocupado em grande parte pelo movimento constante de desempregados tentando conseguir algum vínculo com Itaipu, tornando-se algo próximo de uma segunda casa.

Esses diferentes lugares da cidade que são construídos acabam por (re)inventar suas identidades, assim como a relação entre o local em que se encontram as pessoas desenham seu modo de se enxergar e o de ver o outro. Como dizem Flores e Campos, "identidade não é o resultado fechado de heranças culturais, mas a produção contínua e dolorida de criações diárias, inseridas no jogo social"[55]. Partindo dessa ideia, vemos que a visão da cidade e a alteridade para com o outro dessa urbe fragmentada deve-se muito ao local da fala.

O que irá surgir a partir dessas alterações no espaço é uma relação de divisão urbana que vai muito além dos limites da BR-277, mas está instaurada na relação do centro com as localidades advindas do início das obras da barragem, que incluem não só as vilas residenciais, mas também o processo de favelamento que ocorreu em regiões muito mais próximas a essa antiga área urbana.

Em conversas informais com iguaçuenses ou migrantes que lá chegaram antes de Itaipu, estes sujeitos descrevem a binacional como algo ruim para a cidade, citando principalmente o processo de favelamento pelo qual passou a cidade. O senhor Roberto R., iguaçuense que tinha 16 anos em 1974 chegou a dizer que "Itapu foi a pior coisa que aconteceu para Foz do Iguaçu". Nei Chassot em entrevista concedida a Luiz Eduardo Catta[56] comenta como era a vida na cidade de Foz do Iguaçu no tempo em que migrou do Rio Grande do Sul visando uma oportunidade de crescimento profissional como jovem médico na cidade, no momento em que estava começando a construção da usina de Itaipu. Segundo Chassot,

> Mas era um tempo bom. Invariavelmente fazíamos um churrasco com as pessoas mais chegadas, que não eram muitas. Fazíamos com aquelas pessoas que nos aproximávamos e continuavam na cidade. Pois, como todo mundo vinha de fora, muitos ganhavam algum dinheiro rápido e iam embora. Outros não aguentavam o ritmo da cidade ou não se adaptavam ao modo de vida daqui e adeus. Assim, como aqueles que ficaram, travamos longas amizades. E eram tempos muito mais calmos.[57]
>
> Só com a chegada do grande número de trabalhadores de Itaipu, e todos os problemas advindos do desemprego em massa e da falta de ocupação para esses trabalhadores que se fixaram na cidade, é que começou a violência, a

[55] FLORES, Maria Bernadete Ramos; CAMPOS, Emerson César. *Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas)*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 53, p. 267-296, 2007. P. 271
[56] CATTA, Luiz Eduardo. Idem. P. 34
[57] Idem Ibidem

> criminalidade, o favelamento e todos os problemas que vemos hoje.[58]

Pela fala de Chassot, percebe-se que as relações sociais dos que se deslocavam para a cidade, ainda que residindo na área central, era basicamente entre os migrantes recentes, que sentiam a necessidade de estabelecer novos vínculos para possibilitar a vivência na cidade. Vemos também que mesmo pessoas que foram para a cidade em busca de oportunidades enquanto profissionais liberais e comerciantes percebem esse processo de grande migração fomentada por Itaipu como algo que trouxe malefícios para a cidade, que acabou com a calma e tranquilidade do local.

Os conjuntos residenciais de barragens eram construídos, pois as barragens eram feitas em cidades que não dispunham de uma infraestrutura para suportar a presença maciça de novos moradores. E um dos maiores problemas da cidade de Foz do Iguaçu durante as décadas de 1970 e 1980 era a falta de moradias. Não somente a falta, mas a especulação imobiliária se tornou muito grande, tornando impossível para um trabalhador desempregado esperando na fila da contratação das empreiteiras que atuavam na construção da hidrelétrica, efetuar o pagamento. Mike Davis apresenta o fato de que desde a década de 1970 as áreas de favelas passaram a crescer mais que a "urbanização propriamente dita"[59] no hemisfério sul.

Com a falta de empregos e de moradias na cidade, a solução foi a de criação de favelas como a do Rincão do São Francisco, criada por ex-barrageiros dispensados das empreiteiras de Itaipu e por pessoas que aguardavam uma vaga nos quadros da obra. Outro local bastante utilizado era a rodoviária da cidade, pois Itaipu mantinha um escritório de contratação defronte a ela. Com o passar do tempo, a população local passou a reclamar da presença de muitas pessoas estranhas na vizinhança da rodoviária, que ficava no centro da cidade, entre as Avenidas Brasil e Almirante Barroso.

O senhor Carlos Alberto Amaral Santos, funcionário de Itaipu, ao relatar como era a cidade de Foz do Iguaçu quando o mesmo ingressou na Binacional, em 1983, apontou que ela era

> Pequena. Ainda bastante, assim, sem infraestrutura. E foi evoluindo aos poucos pela própria Itaipu e pelo fato dos funcionários que trabalharam em Itaipu não terem ido embora como era o esperado. Que quando se faz uma obra normalmente o pessoal que constrói termina indo embora para outras obras. E no caso de Itaipu o pessoal acabou ficando por aqui. Isso ai criou até um monte de problemas para a cidade e que foi difícil para contornar.[60]

---

[58] CATTA, Luiz Eduardo. Idem. Ibidem
[59] DAVIS, Mike. *Planeta favela.* São Paulo: Boitempo, 2006. 2ª reimpressão 2008. P. 27
[60] Entrevista realizada com Carlos Alberto Amaral Santos, realizada em 23 de junho de 2011 em Foz do

Essa fala apresenta um sentido crítico e contraditório dos filiados a Itaipu com relação aos impactos na cidade. O senhor Amaral entende que a usina foi fundamental para criar a "infraestrutura" atual de Foz do Iguaçu, mas ao mesmo tempo apresenta que a falta da mesma durante o início da década de 1980, auge da dispensa das obras pelo fim da construção da barragem em 1982, criou um grande problema populacional dada à falta de empregos e de moradias principalmente.

Ao mesmo tempo encontramos casos como o do senhor "Bina" Sampaio, como é conhecido, também nascido na cidade da fronteira, que trabalhou como barrageiro em 1978 pela Unicon e passou a residir na Vila "C". Ao término das obras não foi incorporado ao quadro efetivo de Itaipu, mas entrou para Furnas, responsável pela transmissão da energia da binacional, passando a residir na Vila "A". Sua visão de Itaipu é representada como oportunidade da ascensão social que não conseguiria como assalariado em outro emprego na cidade.

Outro fator que a chegada dessa obra monumental vai trazer para a cidade é a intensificação do comércio entre Brasil e Paraguai. Antes da chegada da binacional, Puerto Presidente Stroessner era uma cidade de porte similar à cidade do lado brasileiro da Ponte da Amizade. Atualmente é a segunda maior cidade do Paraguai, tendo 100% da população de 256.750 habitantes vivendo na área urbana[61]. Após a chegada das obras de Itaipu, ocorreu uma explosão no comércio da cidade, criando uma relação maior de dependência entre as duas cidades fronteiriças.

Foz do Iguaçu delimita-se assim como uma cidade de fluxos cada vez maiores, com a passagem, chegada e saída de pessoas, ligadas ao comércio com o Paraguai e com as obras de Itaipu principalmente. Nesse processo, a estrutura da cidade alterou-se, e surgiram novas ligações, com grupos distintos dividindo o espaço da cidade, tendo aqueles que veem nela melhorias, que percebem os dois lados e os que apenas olham para seus pontos positivos, de acordo com o lugar ocupado nessa trama citadina.

Como foi dito anteriormente, o ano de 1974 foi um marco para a cidade, um momento em que serão criadas novas categorias de identificação para as pessoas que lá se encontravam. Primeiramente, temos a inserção de novos grupos na cidade, sendo estes os barrageiros (incluo cargos de nível superior e técnicos nessa denominação), os que se mudaram para a cidade em busca de emprego e não conseguiram, formando um grande grupo de

---

Iguaçu/PR. P. 1

[61] Portal Hernandarias es mi Ciudad. Dísponivel em: acesso em 9 de fevereiro de 2012http://www.hernandarias.com/not_cronicas.php?id_cronica=39

desempregados com o direito à cidade negado, sendo obrigados a morarem em favelas nos arredores de Foz do Iguaçu. Em seguida, temos as pessoas que se deslocaram para aproveitar as novas oportunidades de investimento no comércio. Temos ainda uma terceira categoria de identificação formada pelos membros da elite da cidade, que viram suas ambições e anseios políticos deslocados para um segundo plano, estando Itaipu como principal beneficiária e mandante da cidade, fazendo com que o peso político das elites locais perdesse sua força, temporariamente, para a binacional.

Essa elite política de Foz do Iguaçu será alterada com o passar das décadas, ficando a cargo do primeiro grupo de migrantes para a cidade, sendo composto pelos militares do Batalhão de Fronteira, principalmente na figura da Família Schimmelpfeng, que exercerá um controle político durante as décadas de 1920 a 1930. Durante a década de 1950, a cena política começa a se alterar, trocando os representantes dos antigos grupos por representantes dos migrantes que chegaram à cidade nas décadas posteriores à emancipação municipal. O primeiro prefeito eleito da cidade, ainda no ano de sua emancipação política em 1914 foi o Coronel Jorge Schmmelpfeng. Até a década de 1950 a Câmara de Vereadores era composta majoritariamente por pessoas que se alinhavam politicamente com os representantes dos militares.

Um bom exemplo disso é que o cargo máximo do executivo da cidade foi ocupado por militares em mais da metade das ocasiões desde 1914 a 1950. E muitas das outras vezes eram civis pertencentes ao mesmo grupo político: famílias como a Schmmelpfeng, a Engel e a Sanways. Após o ano de 1950 esse domínio termina com a aquisição de influência política das famílias de migrantes das décadas de 1930 e 1940, como os Basso, Cury, a figura de Sady Vidal. Assim se inicia uma nova trajetória política na cidade, com uma perda cada vez maior da influência dos políticos do período de Vila Militar e do aumento dos grupos que se estabeleceram posteriormente principalmente no comércio na cidade. No entanto vai existir outra quebra no poder destas novas elites da cidade. No ano de 1968, portanto durante o período da ditadura militar, Foz do Iguaçu passa a ser considerada área de Segurança Nacional, "e seus prefeitos passam a ser nomeados pelo Governo do Estado com anuência do Presidente da República"[62]. Assim Ozires Santos é o último prefeito eleito da cidade, que volta a ter uma administração executiva composta por militares, ainda que no cenário da Câmara de Vereadores continuasse havendo um espaço para os embates políticos entre os diferentes grupos.

---

[62] Prefeitura de Foz do Iguaçu. Disponível em: http://www.pmfi.pr.gov.br/portal2/home/cronologia2.asp acesso em 3 de janeiro de 2013.

Essa perda de autonomia política que significou a transformação da cidade em área de Segurança Nacional para as elites da cidade vai ser intensificada com a chegada das obras para a construção da UH de Itaipu. Com ela, em 1974, chega também o Coronel Clóvis Cunha Viana, que preferia ser chamado de Engenheiro a Coronel. Com ele, um processo de transformação da cidade irá acontecer, muito em favor das verbas públicas que a cidade receberá, sendo incluída no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), recebendo verbas do governo federal e estadual em programas como o Programa de desenvolvimento do oeste do Paraná (PRODOPAR), Programa de Desenvolvimento de Polos Econômicos – B.N.H. (PRODEPO), do Financiamento de Drenagem do B.N.H. (FIDREN) e outros recursos, que somam juntos Cr$ 402.651.000,00 (quatrocentos e dois milhões, seiscentos e cinquenta e um mil cruzeiros) entre os anos de 1974 e 1979. No mesmo período a arrecadação do Município foi de Cr$ 233.868.287 (duzentos e trinta e três milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, duzentos e oitenta e sete cruzeiros). Portanto as verbas destinadas ao município através de investimentos federais e estaduais somam quase o dobro da arrecadação municipal neste período de cinco anos, ainda que no ano de 1974 nenhuma verba de programas tenha sido destinada a Foz do Iguaçu, iniciando-se em 1975 apenas[63].

Em decorrência da necessidade de adequação da estrutura da cidade para receber as obras da usina, a visibilidade dessa indicação ficará ainda mais evidente, com a cidade sendo alterada para atender a todos as necessidades que Itaipu tivesse. Monteiro cita que "a construção da hidrelétrica obrigou o governo federal a investir em Foz do Iguaçu recursos que dotassem o município de uma melhor rede de telecomunicações, ampliando o aeroporto (atualmente internacional), abrindo novas ruas e avenidas e fazendo outras benfeitorias".[64]

O Jornal Nosso Tempo, semanário da cidade de Foz do Iguaçu que começou as suas atividades no ano de 1980, possuía um olhar sobre Itaipu que mostra essa insatisfação local quanto à perda de mando político. O semanário era de propriedade de políticos locais filiados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático Social (PDS) e Partido Democrático Trabalhista (PDT), partidos de correntes ideológicas muito distintas, sendo o PDS o partido de apoio ao governo, tendo sido criado neste momento de volta ao multipartidarismo promovido no mandato do presidente militar João Figueiredo em 1979. O PDS possuía uma linha de atuação política bastante conservadora e de "direita", notoriamente diferente do PDT, partido de outros sócios do semanário.

---

[63] Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu; Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento. Relatório Estatístico de Desenvolvimento de Foz do Iguaçu. Período de 1974 – 1979. Págs. 82, 89 e 90

[64] MONTEIRO, Nilson. Idem. P. 60

O Nosso Tempo contava ainda com jornalistas conhecidos por serem opositores da ditadura militar como Aluísio Palmar e Juvêncio Mazzarollo, sendo o último também sócio do jornal e editor chefe. Na edição de número 4 é apresentada na primeira página uma entrevista com o prefeito Cunha Viana. Nessa entrevista, basicamente uma continuação de uma discussão da edição anterior feita em mesa redonda composta pelos sócios do jornal que ocupavam o cargo de vereadores na câmara de Foz do Iguaçu sobre a necessidade de eleições para prefeito na cidade, se faz presente uma pergunta bastante importante nesse contexto: se Viana concordava com o fato de ser nomeado prefeito e não eleito e se iria haver eleição para tal cargo em Foz no ano de 1982. A resposta de Viana é categórica quando diz que "pelo que sei, Foz do Iguaçu não terá eleições diretas para prefeito muito cedo. Já pensou um prefeito brigando com Itaipu?"[65]

O fato de o prefeito ser nomeado devia-se a situação de área de segurança nacional na qual se encontrava Foz do Iguaçu, devido à sua posição estratégica de fronteira, mas com a chegada de Itaipu, os projetos de urbanização da cidade serão realizados visando o canteiro de obras da usina e a ligação com seus conjuntos habitacionais, como a construção da Avenida Paraná, do asfaltamento da Avenida JK, um novo planejamento no transporte público da cidade e demais melhorias necessárias para a ligação entre a "antiga" cidade e a "nova" que estava sendo construída do outro lado da BR 277. Assim, mesmo com a ditadura militar teoricamente mais branda, Foz do Iguaçu não poderia ter uma eleição direta com o risco de ver os interesses de Itaipu dependentes de acordos políticos com uma administração eleita diretamente de acordo com a visão do Coronel Cunha Vianna, que governou a cidade de 1974 a 1984, período em que foi feito 90% das obras da usina, incluindo toda a parte civil.

O controle que o governo federal possuía sobre a prefeitura municipal de Foz do Iguaçu, na qual, através de Itaipu efetuou melhorias e construções que beneficiariam o canteiro de obras da usina e suas necessidades, deixou de lado o problema da falta de moradias da cidade. Essa falta de residências afetou em grande parte os candidatos a barrageiros, como já foi citado, que se viram obrigados a viver em situações precárias sem nenhuma estrutura ao mesmo tempo em que outra grande parcela da população local da cidade foi beneficiada, passando a existir uma segregação hierárquica econômica na cidade, tendo nos barrageiros e pessoas ligadas à construção de Itaipu os maiores salários e condições de vida entre os assalariados de Foz do Iguaçu.

Na mesma edição do Nosso Tempo, citada anteriormente, na página 9, uma anterior à

[65] Nosso Tempo. Foz do Iguaçu, ano I, nº 4, 26 págs., 24 a 31 de dezembro de 1980. P 10-11

entrevista com o prefeito, encontra-se uma notícia sobre a construção do novo terminal turístico do canteiro de obras da barragem de Itaipu. Nela aparece uma foto do canteiro com os dizeres “Para visitar isso ai, você terá que pagar 500 cruzeiros”. O mais interessante é que na reportagem em que critica Itaipu e prefeitura de Foz do Iguaçu, logo abaixo, na mesma página, são apresentados os votos de feliz natal do bispo da cidade Dom Olívio Fazza, militante do movimento dos atingidos por barragem que estavam ainda sem receber o valor de suas terras desapropriadas pela binacional. A adição de tal mensagem na mesma página de uma notícia que critica Itaipu transmite uma intencionalidade, lembrando as disputas que estava ocorrendo entre os desapropriados e a binacional.

A reportagem acima citada faz um jogo com essas representações de Itaipu[66], fazendo com que o leitor associe a imagem da Binacional a uma figura de exploradora da cidade, assim como os forasteiros, sendo lembrado na figura do prefeito nomeado, que tira a autonomia da cidade em nomes de pessoas que não são de lá, lembrando que o Fazza controlava a Pastoral da Terra, que publicou os dois livros de Mazzarollo criticando o processo remoção da população da área que seria atingida pelas águas do lago.

Quanto aos problemas da cidade, ao se fazer uma análise do editorial do jornal ao longo dos seus primeiros anos, e o excerto acima serve de exemplo, é perceptível que a construção da usina nesse período era o fator que mais pesava para que não tivessem eleições na cidade, retirando a possibilidade destes políticos de alcançarem tal cargo. No entanto, após o final da ditadura militar e o fim da área de Segurança Nacional os diferentes grupos da elite de Foz do Iguaçu voltam a disputar o poder executivo, agora acrescidos de novos elementos, sendo estes os grupos que se deslocaram para a cidade envolvidos principalmente com o comércio na cidade na década de 1970.

A utilização do Jornal Nosso Tempo como umas das fontes utilizadas no presente trabalho me faz pensar na necessidade, antes de dar prosseguimento à discussão, de apresentar a metodologia como utilizo o jornal enquanto uma fonte. Primeiramente, a consciência de que o jornal é tomado aqui enquanto parte da estrutura social e inserido no meio em que os acontecimentos tomam forma, no caso aqui apresentado uma pequena cidade em expansão na região Oeste do Estado do Paraná, no Brasil, em um período de ditadura militar que já apresentava sinais de desgaste e declínio. Mauro Wolf traz uma citação de Schlesinger que apresenta uma boa ideia do como é formado um jornal:

> Na realidade, fontes, jornalistas e público coexistem num sistema que se assemelha mais a um jogo de puxar corda do que um organismo funcional

[66] Nosso Tempo. Idem. P. 9

> inter-relacionado. De todo modo, as competições para ver quem consegue puxar a corda para o seu lado são resolvidas com a força: e as notícias são, entre outras coisas, "o exercício do poder sobre a interpretação da realidade"[67]

Ainda pensando como é feita essa operação de representação da realidade, Nilson Lage apresenta sua visão sobre o jornalismo:

> A realidade é múltipla, simultânea. A língua, linear e sequencial. A realidade é infinita em seus aspectos perceptíveis e, ainda quando esgotados os recursos de um observador a olho nu, mecanismos, como a câmara lenta, os efeitos de iluminação, o estudo de radiações, as lentes e os gravadores sensíveis permitem ampliar ilimitadamente número de dados, para além da capacidade humana de estruturá-los.
> Para a construção de um texto, portanto, é necessário selecionar os dados e ainda ordená-los, o que envolve a consideração de importância e interesse.[68]

Baseando-se então nestes dois autores e suas definições de como é feito o trabalho jornalístico, realizado através da participação de variados grupos distintos dentro dessa cadeia, da qual fazem parte o *staff* da publicação, acrescido aos interesses dos donos, dos anunciantes e do foco em um público-alvo que se queira atingir, isso é, pensando nos interesses destes possíveis leitores. Todos estes fatores interferem na edição de um jornal. A ideia de realidade múltipla na qual se enfocará o que for considerado importante e de interesse, utilizando as palavras de Lage, faz toda a diferença contra o discurso de imparcialidade divulgado corriqueiramente por alguns noticiários, principalmente televisivos.

No caso, as forças que conduzem o Nosso Tempo são representados por onze políticos locais de diferentes vertentes, mas que estavam interessados em ocupar principalmente a prefeitura e os cargos adjacentes ao poder do prefeito. No momento de criação do jornal, encontrava-se o Coronel Cunha Vianna no cargo mais alto do executivo de Foz do Iguaçu. Cunha Vianna assumiu a prefeitura em 1974 e deixou o cargo em 1984, período em que está compreendida a construção da barragem e o início da geração de energia por parte da hidrelétrica. Assim sendo, grande parte da crítica do Nosso Tempo recai sobre o fato de que as vias de acesso às Vilas de Itaipu e ao canteiro de obras, anteriormente ruas simples que ligavam o centro da cidade à zona de meretrício e à área rural da cidade, passaria a ser durante sua gestão transformada em vias de três pistas em cada sentido, mantendo a política local em acordo com a diretoria da Binacional e com o governo federal.

Dessa forma foi apontada como era a cidade de Foz do Iguaçu, um panorama das relações políticas locais e da empresa Itaipu. Após essa explanação inicial é criado um plano

---

[67] WOLF, Mauro. *Teoria das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. P. 234
[68] LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Florianópolis: Insular, 2003. 3ª edição. P. 92

de fundo para a discussão principal desta dissertação, que é uma vivência e memória dos moradores e das Vilas de Itaipu.

CAPÍTULO 2

A CRIAÇÃO E A VIVÊNCIA NAS VILAS DE ITAIPU

Walter Benjamin define a história como uma arte narrativa e, assim, baseada em experiências, como as do narrador. Tomando como referência, mas, adotando a postura de distanciamento entre o tempo do autor e o da *Infância em Berlin por volta de 1900*, a presente dissertação perpassa mediações do passado enquanto uma criança e adolescente em Foz do Iguaçu e suas expectativas com relação ao futuro, e do presente enquanto adulto, com as confirmações e frustrações sobre esse olhar infantil. Este capítulo é bastante pessoal, ainda que escrito em terceira pessoa, e não possuí a pretensão de esconder o autor e suas experiências.

Os termos vilas residenciais e suas variações como conjuntos habitacionais, foram e serão bastante utilizados nesta dissertação. Assim, é necessário iniciar desenhando o que seriam explicar a existência deste modelo de urbanidade e residências.

Neste capítulo o objetivo do autor é abordar o primeiro momento de Itaipu e consequentemente de sua estrutura, principalmente das vilas residenciais e da imensa quantidade de trabalhadores que se instalaram nestes locais. Assim serão abordadas as configurações e vivências de homens, mulheres e crianças que viveram esse primeiro período, iniciado em 1974 e que se encerra com o fim das obras da barragem para dar início à desmobilização e ao desmonte, temas estes do capítulo seguinte.

Com o objetivo de dar mais fluidez à narrativa, foi escolhida a opção de poupar o leitor de posicionamentos teóricos no decorrer do texto. Ao invés disso, o autor faz uso das memórias dos depoentes dentro dos preceitos de uma história do Tempo Presente, já debatida na introdução da dissertação, dos quais o passado terá um valor nostálgico e é ao mesmo tempo preenchido pelo presente que, onde estas memórias são ressignificadas ou reconstruídas. Para Piaget, citado por Jaques Le Goff, o passado torna-se possível de ser conhecido "através de recordações que são reconstruídas num contexto, presente é o do presente e em função desse mesmo presente"[69].

Para iniciar a discussão acerca das Vilas, é importante pensar na forma como o projeto de construção de conjuntos habitacionais foi estabelecido. A própria ideia de núcleos residenciais em fábricas remonta a uma experiência industrial europeia, que se popularizou no Brasil nas duas últimas décadas do século XIX. Nesse período "esses espaços se afirmam

[69] LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Unicamp, 2003. P. 225

como uma importante expressão da era industrial não apenas por suas origens, usos, funções e conflitos sociais, como também por suas características formais, que usualmente remetem a valores, materiais e símbolos do mundo fabril"[70].

Partindo dessa citação de Correia, percebe-se que a reunião de trabalhadores dentro de um ambiente residencial, mas que ao mesmo tempo, fazia parte do trabalho, criava um universo com características próprias em relação à de bairros residenciais convencionais. Essas vilas operárias possuíam escolas, armazéns e igrejas além das residências. Nesses casos o espaço fabril adentrava o espaço da vivência, do cotidiano dos empregados e ao mesmo tempo residentes no espaço da empresa.

No caso de vilas residenciais de hidrelétricas, algumas diferenças são encontradas para com as vilas operárias fabris. A arquiteta e urbanista Mônica Vianna, ao traçar a trajetória das vilas de usinas hidrelétricas da CESP, diz que logo que se começou a construir esta forma de geração de energia no Brasil

> "para a implantação de usinas hidrelétricas de maior porte, constatou-se que era necessária a construção de "vilas definitivas", nas quais se instalavam os engenheiros e técnicos da usina, e a existência de "vilas provisórias", destinadas aos trabalhadores absorvidos no período de obras."[71]

Estas eram feitas por motivos variados: um deles é devido à distância das usinas para os núcleos urbanos, reduzindo o tempo de deslocamento entre os trabalhadores e o canteiro de obras. Outro motivo é a falta de estrutura das cidades que recebiam estas hidrelétricas, principalmente de residências e hospitais já que geralmente eram cidades pequenas e, mesmo cidades de médio ou grande porte, teriam certa dificuldade em alojar cinco, dez mil trabalhadores. O último motivo, mas não o menos importante é devido a uma busca por um controle, um policiamento das atividades e da vida dos barrageiros fora do horário de serviço.

Assim no caso de Itaipu, quando começam as obras, a necessidade desta estrutura montada com hospitais, colégios, locais de recreação e as moradias ocasionou a construção de três conjuntos residenciais, como já foi apontado no primeiro capítulo, sendo o "A" e o "B" permanentes, visando abrigar o pessoal do quadro efetivo com concessões para cargos de chefia como diretores e encarregados das empreiteiras e a Vila "C" tinha sua vida útil ligada a da construção da hidrelétrica, já que tinha sido planejado como provisória. Tais conjuntos eram pensados de forma hierarquizada, assim como vilas militares, já que a disposição dos "soldados da barragem" dependia de sua posição nos quadros de funcionários, da cor do

---

[70] CORREIA, Telma de Barros; GHOUBAR, Khaled e MAUTNER, Yvonne. *Brasil, suas fábricas e vilas operárias.* Pós n. 20. São Paulo. Dezembro 2006.

[71] VIANNA, Mônica Peixoto. *O desmonte e a conversão dos núcleos residenciais operários construídos pela CESP.* Risco (São Carlos), v. 4, p. 21-35, 2006. P. 22

crachá e do tipo de diploma que possuía.

Mesmo com o fato das vilas residenciais de Itaipu terem sido planejadas para serem autossuficientes, ou ao menos o mais próximo possível disso, estas Vilas ainda são bairros, mesmo que não o sejam considerados como tal nesse momento devido as suas características peculiares. Ainda assim, não supriam todas as necessidades de seus moradores, tornando necessária uma ida a outros lugares para tornar possível a saciedade de tais anseios. Como referidos por Pierre Mayol[72], é preciso ir para o centro, ou para a "cidade", como é costume dos residentes das Vilas de Itaipu, assim como o é em cidades pequenas onde se sai de uma área mais próxima ao rural em direção ao urbano.

Jane Jacobs foi uma ativista americana-canadense cuja obra que talvez tenha ficado mais conhecida seja a *Morte e vida de grandes cidades*, no qual ela discutiu as reformas urbanas da década de 1950. A intenção do presente trabalho é fazer uma abordagem marginal do pensamento da autora exposto na referida obra, focando na questão dos bairros periféricos e seu modo de ser pensado em conjunto com a cidade, que não é o enfoque principal da autora.

Dois trechos da referida autora são significativos para pensar nesse sentido a questão do bairro: "uma das ideias inconvenientes por trás dos projetos é a própria noção de que eles são conjuntos, abstraídos da cidade comum e separados"[73] e " o objetivo deveria ser costurar novamente esse projeto, esse retalho da cidade, na trama urbana – e, ao mesmo tempo, fortalecer toda a trama ao redor"[74] Como nos excertos acima separados, um de seus principais questionamentos foi a forma como os bairros, ao serem projetados, eram pensados como descolados de um espaço da cidade. Isso significava pensar os sujeitos não possuidores de mobilidade nesta trama urbana.

O bairro não está descolado da cidade da forma como muitos dos tecnicistas tentam acreditar, mas antes é como Jacobs destaca, um lugar que está ou deveria estar entrelaçado com a cidade, pois suas partes se ligam a uma mesma "trama urbana". O bairro seria sim um espaço diferenciado desta cidade, sendo apresentado por Mayol como o "pedaço da cidade atravessado por um limite distinto do espaço privado e do espaço público: é o que resulta de uma *caminhada*, da sucessão de passos numa calçada, pouco a pouco significada pelo seu vínculo orgânico com a residência"[75].

---

[72] CERTEAU, Michel de, GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar* Petrópolis: Vozes, 1997. P. 157

[73] JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades.* São Paulo: Martins Fontes, 2000. P.41

[74] Idem Ibidem

[75] Idem Ibidem

Então se o espaço do bairro é o limiar entre o espaço da casa e o espaço da rua, entre o público e o privado, entre o conhecido e o desconhecido, o bairro, ao contrário do restante do espaço da cidade, possui uma lista de códigos apreendidos em sua maioria, ao contrário da "cidade". E é justamente isso que ocorre nos três conjuntos habitacionais de Itaipu. Existe uma separação grande entre estes bairros e a cidade, um descolamento. Isto é causado pela separação em dois níveis distintos: uma devido ao local de trabalho e outra pelo local de residência.

A BR 277 vai representar um marco, uma fronteira entre a cidade e a área de controle da Itaipu, como foi apresentada no subtítulo do capítulo anterior Cidade Dividida. De ambos os lados dessa fronteira, foram criadas imagens sobre o outro, os sujeitos que vivem do outro lado dela. Mas essa fronteira era habitualmente cruzada pelos residentes da área de Itaipu, enquanto o número de pessoas que cruzavam do lado esquerdo da rodovia em direção às Vilas era muito menor.

A BR 277 foi construída como forma de ligação entre o Porto de Paranaguá até Foz do Iguaçu, ao mesmo tempo em que ligava o chamado sertão do Paraná com sua capital, sendo concluída em 1969. Esta rodovia faz parte das negociações feitas com o Paraguai para a aproximação entre os dois países, sendo uma delas a concessão de um porto livre em Paranaguá. Dessa forma seria necessária uma rodovia para o transporte dos grãos. O Brasil construíra a BR 277 enquanto o Paraguai construíra a Ruta 7, ligando Coronel Oviedo até Puerto Presidente Stroessner. Assim, a rodovia representava também um dos precursores das obras da hidrelétrica, se tornando na década de 1970 uma barreira ao invés de um caminho de ligação para os residentes do centro de Foz do Iguaçu.

Fonte: Itaipu Binacional

A foto acima foi retirada de um CD contendo algumas centenas de fotos das áreas gerenciadas por Itaipu, desde fotos do Rio Paraná anteriores ao início da construção até de crianças brincando em um dos parquinhos da Vila “A”, um dos muitos espalhados pelos conjuntos habitacionais, dado a cada um dos funcionários da Binacional recentemente, sem conter dados como ano da foto ou fotógrafo, mas separados por local a que a imagem é referente. Está representada uma imagem aérea do Hospital de Itaipu, popularmente conhecido como Madeirinha, durante o período de construção da barragem, localizado na Vila “A”. Atualmente é o Hospital Ministro Costa Cavalcanti, em homenagem ao primeiro Diretor-geral brasileiro da hidrelétrica. Nela podemos ver a caixa d'água, construída no formato do símbolo da empresa, que poderia ser vista por quem estivesse fazendo o caminho do centro em direção aos conjuntos habitacionais. A “cidade” está ao fundo da imagem, enquanto entre elas é possível ver uma BR-277 bastante movimentada, com a presença de muitos caminhões na parte superior esquerda da fotografia. Dada à falta de datação na imagem, pode-se deduzir

aproximadamente pela altura das árvores que esta fotografia tenha sido tirada em meados dos anos 1980, já que o bairro foi todo terraplanado e todas as árvores foram plantadas por volta de 1976 a 1979, quando acabou a construção da Vila. O que se percebe também nessa imagem é a distância que havia separado o centro da Vila "A", a que ficava mais próxima da cidade. Mas já nesse período já estava ocorrendo uma expansão em direção a Itaipu.

2.1 ALÉM DAS VILAS "A", "B" E "C"

Durante os anos de construção da barragem, devido ao grande contingente de trabalhadores, não era possível alojar a todos nas Vilas do lado brasileiro. Assim era comum ocorrer o deslocamento de funcionários para outras localidades. Existiam desde os funcionários das empreiteiras que moravam em cidades próximas ou então em casas alugadas no centro de Foz do Iguaçu ou em conjuntos habitacionais do lado paraguaio.

Como já foi dito anteriormente, a cidade de Foz do Iguaçu era pequena, tendo apenas 20 mil habitantes. Isso significava um pequeno número de residências para aluguéis. A soma das três Vilas de Itaipu localizadas do lado brasileiro atingia a quantidade de 5.036 número, insuficiente para abrigar os 40 mil trabalhadores da obra. Assim para poupar as despesas da construção de mais casas provisórias, foram tomadas algumas medidas. A primeira dela era a possibilidade de quem morava na região continuar em suas casas, sendo que o transporte de Itaipu passaria para buscá-los e levar de volta diariamente. Segundo o senhor Nardi, os famosos papa-filas[76] deslocavam-se até o município vizinho de São Miguel do Iguaçu para buscar os trabalhadores. Dessa forma, como já possuíam residências, não havia a necessidade de alojá-los, poupando a empresa gastos, ainda que o fizesse com o transporte.

A segunda forma de resolver o problema da falta de casas era o aluguel no centro da cidade, sendo esta uma situação provisória até que vagasse alguma residência do nível que tal funcionário tinha direito segundo a tabela criada pela própria binacional. O senhor Ruiz foi um dos que vivenciaram tal experiência como pode ser visto em sua fala:

> Primeiro eu morei num apartamento alugado pela própria empresa na Vila Portes. Ai depois a empresa nos transferiu para uma vila residencial no Paraguai. Moramos sete meses no Paraguai. Aí eu não agüentei mais o Paraguai, falei com o meu chefe lá, o engenheiro Ribas na época: você me arruma uma casa na Vila "A" ou eu peço a conta da empresa e vou embora.

[76] Durante as obras da barragem o meio de transporte mais comum para levar os barrageiros eram os papa-filas, caminhões baú e carretas com uma porta lateral e suportes iguais aos de um ônibus do transporte público para que os passageiros se segurassem.

(risos) Ele me arrumou casa aqui na Vila "A".[77]

O senhor Ruiz além de ter residido fora dos conjuntos habitacionais de Itaipu vivenciou também, por um período, uma das cinco Vilas na margem paraguaia. Essa prática de alojar brasileiros em vilas paraguaias, chamadas de áreas ao invés de vilas. Aparece também na fala de Rosangela Farias, filha de barrageiro, quando informa que "em 82 eu fui morar no Paraguai. Na Area 4. Que os brasileiros podiam morar lá. Aí a gente morou lá um ano. E depois veio uma lei que tinha que retirar todos os brasileiros do lado paraguaio"[78]. Isso se devia ao mesmo fato exposto para que houvesse a necessidade de se alugar casas fora das áreas de Itaipu: a falta de residências de um determinado nível. E essa situação de brasileiros morando nos conjuntos habitacionais paraguaios pode ser tida como relativamente comum, dada a porcentagem de entrevistados. Dentre os nove depoentes desta dissertação, dois residiram em áreas da margem direita. De acordo com o relatório anual de Itaipu do ano de 1974, o planejamento era a construção de 4.000 unidades habitacionais em casa uma das margens. Como foi mostrado anteriormente, na margem esquerda esse número era maior, ultrapassando 5.000 residências. No entanto, o calculo do número de funcionários era bastante desigual. O Tratado de Itaipu previa a paridade de funcionários no quadro efetivo da binacional, mas não do quadro das empreiteiras. Desta forma, no relatório de 1982, ano em que Farias se mudou para a Area 4, existiam 2.081 pessoas efetivadas em Itaipu, 14.185 nas empreiteiras brasileiras e 2.945 nas empreiteiras paraguaias. Assim sendo, a soma dos paraguaios das empreiteiras com os da binacional ficaria perto dos 4.000. No entanto, somente os casados possuíam direito a casa, o restante iria para os alojamentos. Então existia uma necessidade de alojar os brasileiros e casas vagas do outro lado da fronteira. Quando em 1983 o número de trabalhadores que possuíam direito a moradia ficou abaixo do número de residências foi proibido então a alocação de brasileiros fora das Vilas brasileiras. Uma dado relevante é o número de residentes nos conjuntos residenciais, que chegava a soma de 36.948 pessoas no mesmo ano de 1982, indicando que mais da metade das pessoas ligadas a binacional eram representados por conjugues ou filhos dos trabalhadores.

Além da possibilidade de se habitar em outras áreas que não fossem os espaços de Itaipu na cidade de Foz do Iguaçu, existia uma relação de poder estabelecida entre cada um destes locais. A discussão sobre como isso se dava entre as três Vilas da margem esquerda do rio Paraná não se encontra concentrada em nenhuma parte especifica desta dissertação, mas

[77] Entrevista realizada com Emílio Ruiz Gomes, realizada em 21 de junho de 2011em Foz do Iguaçu/PR. P. 1
[78] Entrevista realizada com Rosangela Aparecida Giovanelli Farias, realizada em 14 de janeiro de 2013 em Foz do Iguaçu/PR. P. 1

diluída, assim como as tensões entre as Vilas e a área central de Foz do Iguaçu. Ainda assim, o autor crê que as relações de poder existentes nestas duas discussões é merecedora de alguns parágrafos.

Sendo o enfoque pensado a partir dos moradores e ex-moradores das antigas Vilas de Itaipu, a processo de construção do texto em grande parte negligencia a visão e percepção destas relações vistas pelo outro lado, isto é, do centro, da "cidade". Não é uma atitude que reduza a significância dele, mas apenas uma questão de escolha metodológica.

Tensões existiam e ainda existem partindo dos depoimentos coletados, entre eles o de Alcides Nardi, que fala que o pessoal do centro tinha "um pé atrás" com as pessoas vinculadas à obra por medo dos "calotes" e por desconhecimento, mas que algumas daquelas tentavam mostrar-se enquanto diferentes e até superiores, ao menos economicamente e simbolicamente falando. Ao comentar da relação entre os moradores das Vilas e dos moradores do centro, Nardi apresenta a seguinte fala: "então tinha alguns que chegavam nessas assim com um monte de dinheiro (risos) e não sei o que, não sei o que. Eu trabalho em Itaipu."[79]. Esse trecho da fala do senhor Alcides Nardi coincide com a fala de Lourival Roman, ao narrar que

> as pessoas saiam da usina, tinha crachá vermelho no peito e ia pra cidade. Chegava lá dizendo "eu sou da Itaipu". Existia isso. Outros pegavam o capacete branco, que era nosso da Itaipu e metia na cabeça e ia pro centro. Entendeu? O pessoal da Unicon, que era parte com nível de chefe era um capacete azul. Metia na cabeça e...[80]

Algumas pessoas iam fazer compras no centro utilizando o capacete utilizado no canteiro de obras para mostrar que ele estava ligado a construção, o que simbolicamente representava um salário mais alto que o de um cidadão médio da Foz do Iguaçu.

De acordo com as falas destes dois depoentes percebe-se uma prática recorrente de afirmação social ainda que em certa medida deva ser levado em consideração também que essas falas apresentam uma motivação para os atritos existentes entre os trabalhadores vinculados a Itaipu e aos que residiam no centro, como uma afirmação de culpa por parte dos barrageiros, uma justificativa para a rivalidade.

No entanto, no que diz respeito às práticas de afirmação social, ambas as citações levam a crer que eram demonstradas não somente para os próprios companheiros do canteiro de obras ou vizinhos nos conjuntos habitacionais, mas também existia essa exibição no ambiente da cidade. Essa busca por um reconhecimento da posse de um poder econômico e da posição ocupada no quadro hierárquico é apresentada pelos depoentes somente como uma

---

[79] Entrevista realizada com Alcides Nardi, realizada em 16 de fevereiro de 2009 em Foz do Iguaçu/PR. P. 10
[80] Entrevista realizada com Lourival Roman, realizada em 23 de junho de 2011 em Foz do Iguaçu/PR. P. 12

relação que envolvia os vinculados à construção de Itaipu para com os que não faziam parte deste grupo, principalmente os habitantes da "cidade" de Foz do Iguaçu. Mas, entre os próprios moradores dos conjuntos habitacionais e alojamentos, existia uma diferenciação e afirmação. Essa não ocorria através do uso de um capacete apenas, mas através de todo um sistema que produzia a hierarquização, a diferença e a segregação.

Essas diferenciações davam-se primeiramente pela Vila ocupada que, em primeiro lugar, refletia o nível de escolaridade dos funcionários, do modelo de residência que se ocupava dentro de uma Vila, representado pelo seu enquadramento funcional e pela filiação empresarial, definida pela cor do crachá. Alcides Nardi começou a trabalhar nas obras de Itaipu em 1975 vinculado à Construtora Dalloglio da cidade de Medianeira, responsável por construir um dos modelos de casas da Vila "A" e, em 1976, entrou para Itaipu. "Então eu peguei o vermelho, que o diretor tinha também. O que eu tinha pego era igual ao do diretor-geral. O vermelho né?"[81] Para ele é um motivo de orgulho ter sido fichado com o crachá vermelho diretamente, isto é, entrado diretamente para o quadro efetivo de Itaipu em um momento em que a grande maioria dos funcionários eram vinculados às empreiteiras Unicon e Itamon, que utilizavam crachás verdes. O Relatório Anual de Itaipu de 1976 apresenta o número de 1.401 empregados com crachás vermelhos e de 12.005 com o crachá verde.

A diferença entre os dois tipos de empregador não se encontrava nos salários, pois não eram casos raros de funcionários da Unicon receberem mais que em Itaipu, mas a vinculação à Itaipu significava mais do que um emprego temporário, mas um cargo público, sem a possibilidade de demissão a não ser por justa causa. Já no caso dos funcionários das empreiteiras, estes teriam emprego enquanto durasse a parte da obra para a qual estavam sendo contratados.

Os acessos aos locais ficavam restritos dependendo do seu nível empregatício. Moradores da Vila "C" não possuíam um clube para lazer, enquanto a Vila "A" possuía o Floresta e a Vila "B" o Ipê. Mas, mesmo não tendo um clube próprio aos moradores da Vila "C", não era permitido se associarem aos clubes dos outros bairros. O mesmo valia para os moradores da Vila "A", que não podiam associar-se ao Ipê, apenas ao Floresta, enquanto os funcionários da Vila "B" podiam fazer parte de ambos os clubes. A diferença está no fato de que aos empregados em nível mais alto na escala hierárquica da localidade não seria imposta a convivência com seus subordinados de nível mais baixo, mas não seria negada esta possibilidade. E como foi apresentado no 1º capítulo, a Vila "A" possuía uma população

[81] Alcides Nardi P. 17

bastante heterogênea, já que existiam serventes e engenheiros residindo no mesmo espaço, mas algumas áreas eram restritas a estes cargos mais baixos, sendo o clube uma delas, pois alguns funcionários não poderiam fazer parte, como no relato de Roman falando que "motorista não podia ser sócio do Floresta entendeu?" "só tinha uma camada que poderia ser sócia do Floresta"[82].

Essa diferenciação social baseada nos cargos pode ser vista ainda na comparação das falas de Carlos Amaral e de Emílio Ruiz. Ao serem indagados sobre situações e movimentos de greve no canteiro de obras, os modos das falas são diferentes. Enquanto o primeiro fala em um tom de aprovação em primeira pessoa, favorável ao movimento trabalhista, o segundo, apesar de não se posicionar explicitamente, fala sempre na terceira pessoa com relação aos grevistas. Ele não se colocava como parte daquele grupo. Existia uma diferença grande entre os funcionários de nível superior para com os outros, tanto que na formação do sindicatos os graduados não fazem parte do Sindicato dos Eletricitários de Foz do Iguaçu (Sinefi), mas sim dos sindicatos da área específica, como o caso dos engenheiros que são filiados ao Sindicato dos Engenheiros do Paraná (SENGE-PR).

Essa diferença para com o movimento possui uma forte relação com a posição política e social ocupada por eles. No caso aqui apresentado encontra-se a figura de Amaral, que é operador de Itaipu e possui formação técnica. Possui então um cargo médio na empresa, sem aspirações políticas de chegar a chefia. Já Ruiz é formado em Direito, apesar de nunca ter exercido a profissão na Binacional, onde era encarregado de transporte, tendo passado inicialmente pela Unicon no mesmo cargo e no planejamento técnico. Além dessa diferença de cargos, uma diferença política também pode ser vista, já que Ruiz foi prefeito de Florestópolis/PR entre 1973-77 pela ARENA antes de ir para Foz do Iguaçu no final de 1977 enquanto Amaral é militante do Partido dos Trabalhadores (PT) e envolvido com o sindicato desde sua criação nos anos 1980.

Essa vertente política vai ser uma forma de conseguir cargos de chefia no decorrer dos anos. Nos primeiros anos da empresa, somente pessoas como o senhor Ruiz, que apoiavam o regime militar atuam em cargos mais especializados, sendo substituídos gradualmente através de programas de demissões incentivadas, na qual se recebe uma soma alta em dinheiro, geralmente próxima a três anos de salários. A grande maioria dos funcionários que pegam o incentivo são aposentados, que veem uma forma lucrativa de sair da empresa. Estes aposentados incluem a maioria dos antigos cargos de chefia, delegados a apoiadores do

[82] Lourival Roman P. 8

regime militar. No entanto, cargos de chefia imediata, como supervisores de turno e fiscais acabaram sendo dados a pessoas que muitas das vezes eram mais favoráveis a outra vertente política, que acabaram assumindo os cargos mais altos com o tempo.

Dessa forma, o governo federal possui um apoio político nas camadas mais altas da Binacional que vai além da diretoria nestes dois momentos, sendo o primeiro na época da ditadura e o segundo durante o desmonte da estrutura fora da usina.

Walmir José Zanetti Zanone, ao ser questionado se existia contato entre os três conjuntos habitacionais:

> Essa pergunta é bem legal por que é o seguinte cara. No começo, no começo da obra existia sim, como hoje nosso país tá mudado, pra quem começou do começo existia uma certa diferença social. Por exemplo, o pessoal da Vila "B", antigamente era considerado os grandão. Era os engenheiros, os médicos que moravam ali nessa área. A Vila "A" era o pessoal mais nível médio, sabe, aquele pessoal nível médio. E Vila "C" era o pessoal, digamos assim, mais humilde. Pessoal que trabalhava nas coisas mais pesadas assim. Então eu posso te falar que existia bastante diferença. O pessoal tinha uma diferença bastante grande assim. O pessoal tinha umas certas restrições assim, entre classe social. Que eu vejo hoje, não só na Itaipu... Aqui em Itaipu não existe mais. Eu sai da obra faz quatro anos. Quando eu saí da obra já não existia mais essa diferença social dentro da empresa. O diretor já falava com o faxineiro, fala com, com qualquer pessoa e dentro também Itaipu preparou muitos funcionários assim pra não ter mais essas diferenças sociais, como já to vendo o Brasil que já está caminhando para esse lado também. Não existe mais classe social, pode ver. Hoje qualquer funcionário fala com o patrão, patrão fala com o funcionário.[83]

Este longo excerto apresenta novamente uma visão de que agora que acabou a ditadura militar a situação dos trabalhadores e a desigualdade social melhorou no Brasil, utilizando Itaipu como metáfora para tal. E não somente, pois para Zanone, as mudanças em Itaipu vieram antes que as mudanças no país, pelo fato de que os cargos de alto escalão foram substituídos de militares para civis, já facilitando o contato e o convívio entre os diferentes níveis de trabalhadores. Zanone é também um homem que apoiou o governo do Partido dos Trabalhadores. Assim sua visão de melhora política no cenário nacional, do qual Itaipu é o símbolo de sua expressão para os que lá conviveram.

Com relação ao proposto acima, utilizo uma citação de Eric Hobsbawm em *A era dos extremos*, ao relatar sua relação com o tempo acerca do qual estava escrevendo, o séc. XX, afirma que "tendo tido consciência dos assuntos públicos, ou seja, acumulei opiniões e preconceitos sobre a época, mais como contemporâneo que como estudioso"[84]. Da mesma

---

[83] Entrevista realizada com Walmir José Zanetti Zanone, realizada em 25 de junho de 2011 em Foz do Iguaçu/PR. P. 2

[84] HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos:* o breve século XX 1914-1921. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008. 2ª

forma o autor aqui adota a visão política de Zanone sem desconfiança devido ao fato de ter convivido com estas pessoas, acompanhado um debate político local, seja nos momentos de campanhas eleitorais ou nos panfletos do sindicato e comentários na sua residência, o que não torna natural sua fala, mas apresenta uma construção narrativa pautada em uma vertente política similar a da maioria das pessoas residentes nesse ambiente das Vilas.

No caso das residências foi apontado anteriormente que cada nível teria direito a determinados modelos de casas alocadas em um conjunto habitacional próprio. No entanto, por vezes faltavam moradias de determinadas posições e no princípio moradias de todas as categorias, levando em consideração que as Vilas ainda estavam em construção. Mas ao invés de fornecerem uma casa de outra especificação para os trabalhadores, eles eram alojados fora das três Vilas de Itaipu.

Um destes casos é o do senhor Walmir Zanone, que chegou a Foz do Iguaçu solteiro e por isso residiu nos alojamentos em um primeiro momento, após se casar, foi residir na Vila Iolanda, um dos bairros mais antigos de Foz do Iguaçu, localizado próximo ao Rio Boicy na área central da cidade. Segundo Zanone, foi pequeno o tempo que moraram no centro, mas que "Itaipu pagava aluguel pra gente":"e em seguida já ganhei casa na Vila 'A'"[85]. O senhor Emílio Ruiz também passou por situação semelhante, tendo residido inicialmente em um

> apartamento alugado pela própria empresa na Vila Portes. Aí depois a empresa nos transferiu para uma vila residencial no Paraguai. Moramos sete meses no Paraguai. Aí eu não aguentei mais o Paraguai, falei com o meu chefe lá, o engenheiro Ribas na época, você me arruma uma casa na Vila "A" ou eu peço a conta da empresa e vou embora. (risos) Ele me arrumou casa aqui na Vila "A"[86]

Mais de um ponto pode ser ressaltado nestas duas falas. O primeiro deles é justamente o fato de que funcionários da construção da usina de Itaipu chegaram a residir em diferentes locais da cidade e até em Vilas do Paraguai. Essa prática era aparentemente comum, tomando por base que dois dos seis depoentes viveram essa situação. Mas o ponto mais importante dessas duas falas talvez seja novamente o papel social e o poder representado na figura de Itaipu para os diferentes grupos.

Em sua fala Zanone aponta que ganhou a casa de Itaipu. Tal qual Amaral, também possui formação técnica, sendo oriundo de um ambiente mais rural, da cidade vizinha de São Miguel do Iguaçu. Para ele o fato da empresa dar uma casa para ele residir com a esposa era algo importante. Além do quê, o curto tempo apontado por ele ser de aproximadamente um

---

edição, 38ª reimpressão. P. 7

[85] Walmir Idem P. 1

[86] Emílio Idem. P. 1

ano. Já para Ruiz, a casa era um direito adquirido (e o era mesmo segundo contrato que especificava inclusive os modelos de residências a que o funcionário teria direito) e, como tal, queria que este fosse cumprido após sete meses residindo em uma casa de mesmo nível, mas na Margem Direita do Rio Paraná.

Para os trabalhadores que conseguiram "fazer a vida" através de Itaipu, esta, apesar de vista com uma visão crítica, é apontada sempre como vantajosa. Mas, para os que não foram integrados ao quadro efetivo após a desmobilização, a situação não foi tão favorável, já que perderem todos os direitos que tinham como funcionários das empreiteiras e se viram perdidos sem ter uma nova grande obra para onde migrar.

Uma das vantagens oferecidas aos trabalhadores de barragens normalmente incluía o direito a escola para os filhos, sendo este um colégio particular instalado nas áreas dos conjuntos habitacionais. No caso de Itaipu, existia o Colégio Anglo-Americano. Este era uma unidade de ensino do Rio de Janeiro que venceu a concorrência para ser a escola da binacional em Foz do Iguaçu. Foram então construídas duas unidades: uma na Vila "A" e outra na Vila "C".

A diferença entre as duas unidades estava, em primeiro lugar, no nível dos pais destes estudantes. Enquanto os filhos de funcionários das Vilas "A" e "B" estudavam toda sua trajetória na unidade da Vila "A", os filhos de funcionários da Vila "C" era voltado exclusivamente para os moradores de tal conjunto. No entanto, como esta era temporária, foi estruturada de forma que o ensino ginasial não fosse oferecido para todos. Assim era necessário deslocar-se para a outra unidade para concluir os estudos. Isso acabava gerando alguns conflitos, como na fala de Katia Chagas:

> Tinha o pessoal, é, da Vila "A", da Vila "B" e da Vila "C". E eram diferenciadas as salas. O pessoal da Vila "A", da Vila "B" e alguns da Vila "C" que vinham. Mas não eram todos. Mas tinha essa diferença. Antigamente não eram números as turmas. Era A, B, C. Aí já diferenciava o nível de cada um. Na verdade o nível dos pais. O pai que trabalhava na Itaipu, o pai que trabalhava na empreiteira. Era diferente. Tinha um certo preconceito aí.[87]

Os filhos dos barrageiros eram segregados de acordo com o nível de seus pais, mantendo assim uma divisão social que já se percebia com as Vilas dentro das salas de aula. A mesma divisão é percebida por Rosangela Farias:

> No colégio também a gente via que tinha o ônibus que trazia as crianças para

[87] Entrevista realizada com Katia Regina Apolinário Chagas, realizada em 14 de janeiro de 2013 em Foz do Iguaçu/PR. P. 2

> cá para estudar. Os que eram do... na época era ginásio. E na Vila "C" ainda não tinha para todos. Era mais primário na Vila "C". Então a gente via que as próprias crianças tinham um pouco essa separação de nível.[88]

Essa separação por parte das crianças era percebida na diferença do calçado, do material escolar, já que quem recebia um salário melhor tinha condições de comprar um material diferenciado. Da mesma forma as amizades e relações de coleguismo davam-se entre pessoas da mesma sala. Isso significava que, ao agrupá-las de acordo com outras crianças e adolescentes, cujos pais possuíam níveis semelhantes na obra, criava-se a reprodução dos sistemas de hierarquias. Chagas tinha apenas oito anos quando se mudou da Vila "C" para a Vila "A" enquanto Farias era uma adolescente de 17 anos e ambas percebem essa relação de separação existente.

2.2 AS VILAS E SUAS SOCIABILIDADES

A Vila "C" era o maior dos três conjuntos habitacionais de Itaipu e no qual barrageiros possuíam a maior carga horária de trabalho e ao mesmo tempo o bairro em que as unidades habitacionais eram mais simples. Isso significava que a convivência e a relação no conjunto habitacional era diferenciada dos outros dois conjuntos. A rotina de trabalho dos barrageiros que lá habitavam era de 8 horas por dia, com a possibilidade de mais 2 horas extras diárias. O trabalho, no auge da concretagem, era o mais estafante, quando o ritmo da obra não parava e tinha concreto sendo despejando 24 horas por dia. Assim era necessário que houvesse trabalhadores também durante todo o dia. O jornal Nosso Tempo, em uma de suas reportagens sobre as más condições de trabalho no canteiro de Itaipu apresenta a carga horária dos trabalhadores entre 11 a 12 horas por dia[89]. Trabalho estafante na obra que era feito em turnos. Isso significava que o barrageiro trabalhava uma semana durante o dia e outra durante a noite.

Com relação ao modelo do bairro, a primeira diferença básica era a relação com os vizinhos. Nas casas das Vilas "A" e "B" eram realmente casas, tendo um muro que separava umas das outras, dando mais privacidade, criando um ambiente particular para a vida doméstica. No caso da Vila "C" a situação era diferente. Eram unidades multifamiliares. Isso significava na prática uma casa com paredes de alvenaria com o telhado de zinco, com forro de isopor dividindo 4 residências com um quintal comunitário para elas. Na fala do senhor

---

[88] Rosangela Farias. Ibidem. P. 3
[89] Jornal Nosso Tempo. Foz do Iguaçu. Nº 32. 20págs., 30 de setembro a 6 de outubro de 1981. P. 11

Nardi, um dos responsáveis pela manutenção das casas, pode-se ter uma visualização de como elas eram na Vila "C": "Ela tinha 4 famílias num bloco só. Umas história que nossa, eu não morei lá, mas eu fiquei uns dois anos lá, fui ajudar atender lá. Tinha dois problemas só: um quando chovia outro quando dava sol. Quando chovia descia aquela água"[90]. Como era provisória a Vila "C" suas casas foram feitas da forma mais barata possível, sem luxo desnecessário, pela lógica da Itaipu. Da mesma forma que somente as avenidas eram asfaltadas enquanto as ruas eram de terra batida. Farias que morou 3 anos na Vila "C" tem opinião semelhante a de Nardi:

> Vila "C" no verão era uma sauna (risos), uma poeira sem fim. E no inverno era, era inverno com chuva também. Muito barro. Asfaltado era só as ruas principais. Hoje é tudo asfaltado. E no inverno a casa parecia quentinha. Porque o telhado era de zinco e o forro... tinha casa que o forro era de isopor. Tem casa que o forro é de madeira. Tinha essas diferenças. Mais aí foi um período de experiência para a gente saber conviver com as casas germinadas. O que a gente estava falando aqui os vizinhos do lado estavam escutando tudo. Não tinha privacidade.[91]

Farias ainda aponta, fazendo um paralelo com o tempo em que morou em um dos conjuntos habitacionais paraguaios, com a frase "lá a gente falava que morava em casa de verdade. Que na Vila "C" eram quatro casas germinadas. Chamava de barraco."[92]

Assim nesse cenário de trabalho pesado e estrutura residencial precária era que se desenrolavam as sociabilidades entre seus residentes. Assim, era preciso que fossem tomadas certas medidas para assegurar o convívio entre seus moradores. Farias relata que

> Olha, a gente não teve assim, dificuldade com a vizinhança. Que cada um respeitava o outro. Mas tinha muita briga. Muita confusão. Assim, de assistente social interferir, sabe, orientar casais. Éh, orientar como você lidar com sua família enquanto o vizinho... que trocava turno. De dia tinha que dormir e com criança pequena era... muitas vezes eu saia com a Juliana por que o vizinho tava dormindo. E criança brinca, grita. Tem as fases . Aí eu ia parar fora, ia passear. Para colaborar. Aí cinco horas voltava. Eu saía logo depois do almoço, limpava a cozinha e saía para dar uma voltinha na casa dos amigos. Para poder dar tranqüilidade para o outro. E a mesma coisa assim: o vizinho de parede e meia quando... ele era evangélico. Quando o pessoal da congregação dele vinha fazer oração na casa ele avisava "olha, vai ter um barulho". E a mesma coisa o Tião falava para ele quando tinha "ó, hoje vai ter jogo do Corinthians" (risos) Falava para ele. E a gente tinha, o Tião tinha um grupo de amigos da época de alojamento e eles formaram um grupo de batuque. De vez em quando tinha um samba. Isso aí a gente avisava para o vizinho: hoje vai ter batuque em casa. Então era assim nosso

[90] Alcides Nardi. Ibidem. P. 5
[91] Rosangela Farias. Ibidem. P. 2
[92] Idem. P. 1.

relacionamento. Um respeitando o outro.[93]

A citada depoente era filha de barrageiro, assim viveu grande parte de sua infância e o início de sua adolescência em Ilha Solteira, no Estado de São Paulo, antes de ir para Foz do Iguaçu, primeiro acompanhando o pai e depois casada com outro barrageiro que havia conhecido na hidrelétrica da CESP. Uma frase dela é marca bastante como era a vida e a convivência nestes ambientes que é "a gente que é barrageiro forma a família do coração"[94]. Diferente das Vilas "A" e da "B", a Vila "C" não possuía um clube para o lazer de seus moradores e familiares. Novamente no intuito de economizar verba com comodidades para os habitantes do conjunto habitacional temporário. Mas existia um centro de convivência. Esse centro organizava colônias de férias para as crianças, gincanas e outras atividades para mantê-los ocupados. Como Farias apresentou, era necessário tirar os filhos pequenos de casa para que não incomodassem seus pais e os vizinhos durante seu horário de descanso. Mas os maiores problemas encontrado era a de relações entre os casais. Rosangela Farias afirmou que ocorriam muitas visitas de assistentes sociais para resolver os problemas entre os casais. Pode ser verdadeiro este fato. Mas é mais provável que fosse a segurança física de Itaipu que fosse resolver estes problemas. Em uma conversa com seguranças antigos da Binacional foi relatado para o autor que a ocorrência mais comum era a briga de casal. Principalmente na Vila "C". Como o trabalho era estafante e as condições do conjunto habitacional não eram as melhores, aliado ao fato de que existiam muitos casais jovens, contribuía para a existência de conflitos. Em uma conversa informal com um ex-barrageiro foi confidenciado que algumas esposas iam buscar seus maridos na portaria do canteiro de obras para que eles não fizessem uma parada em um prostíbulo que existia próximo a Vila "C" antes de irem para casa. Os prostíbulos eram uma forma de aliviar as tensões do trabalho para os solteiros e ocasionalmente dos casados.

Para as crianças que estavam alheias a estas preocupações do trabalho, a Vila "C" representava um mundo de liberdade, já que era um ambiente vigiado por parte de todos os adultos, deixando elas mais livres para brincar nas ruas. Katia Chagas apresenta sua infância na Vila "C" como "brincava muito na rua. Era praticamente o dia inteiro brincando. Eu saí de lá com sete anos. E era muito bom. Porque lá tinha o centro comunitário"[95]. Nesse aspecto não era muito diferentes das outras Vilas. Havia muitas crianças lá. Para dar um exemplo, no

---

[93] Idem ibidem
[94] Idem ibidem
[95] Katia Chagas. Idem. P. 1

ano de 1981, o número chegava a 18.938 de crianças matriculadas no colégio[96]. E a regra apresentada como válida para o colégio na composição de relações de amizades e de coleguismos valia para os grupos nas brincadeiras na rua, já que funcionários de um mesmo nível moravam próximos uns aos outros.

No caso das Vilas "A" e "B" as sociabilidades possuíam características distintas das da Vila "C", pois sendo eles os conjuntos habitacionais permanentes da usina, eles eram ocupados por funcionários do quadro efetivo da Binacional, o que significava todos os trabalhadores que possuíam o crachá vermelho, além dos profissionais do quadro dos hospitais, professores dos colégios e cargos mais altos das empreiteiras. Em 1982 eles ganham a companhia dos funcionários de Furnas, responsáveis pela transmissão da energia gerada por Itaipu. Os empregados de Furnas passaram a fazer parte das duas Vilas devido a uma proposta feita por Itaipu, que já previa a liberação de casas, pois em 1982 já havia acabado a concretagem e começava um processo de desmobilização. Então ao invés da construção de um conjunto habitacional próprio foram cedidas casas para a empresa transmissora

Assim como na Vila "C", as Vilas "A" e "B" possuíam a segurança de Itaipu fazendo a ronda 24 horas por dia, com a diferença de que a Vila "B" possuía uma portaria na entrada e era murada, para evitar que pessoas tivessem acesso sem identificação ou autorização.

De acordo com Chagas, após ter vivido na Vila "C", a Vila "A" parecia como uma "brincadeira. O Floresta; tinha o clube que a gente podia participar que a Itaipu... a gente pagava mensalidade, tinha a carteirinha. Ia a hora que quisesse. Tinha piscina, recreação. Tinha de tudo. E a escola perto também, hospital. Tudo facilitou mais. Na época."[97] O Floresta clube era um dos locais que reunião as pessoas, fossem eles homens, mulheres ou crianças. A mesma coisa o Ipê clube da Vila "B". Ambos possuíam como principal atração as piscinas, os campos de futebol e o espaço de sociabilidade, de encontros de adolescentes.

Os campos de futebol, aliás, possuíam mais significado do que apenas um lazer para as pessoas que lá se encontravam; significava também um espaço de sociabilidades entre as três Vilas, ao menos dos homens. Tal fato pode ser percebido na fala do senhor Shuiti, na medida em que ele diz que tinha amigos da Vila "A" e da Vila "C" nesse ambiente esportivo. Mas para os que não entravam nesses círculos de amizade, sem a possibilidade de entrar como acompanhantes dos sócios dos clubes ficavam impossibilitados de circular por estes ambientes, como o apresentado na fala a seguir:

---

[96] Relatório Anual de Itaipu. Gestão 1981. P. 18
[97] Katia Chagas. Idem. P. 1

> Nas vilas da Itaipu Binacional a estratificação social era bem caracterizada, que neste caso era determinada principalmente pelas diversas hierarquias de caráter técnico-administrativo. Tanto que havia três vilas: uma para operários - Vila C, uma para técnicos - Vila A - e outra para o pessoal de nível superior - Vila B. Havia, é claro, profissionais de nível superior residindo na vila de técnicos (a maior de todas) e eventualmente técnicos na vila operária, porém não era a regra. Em consequência, esta estratificação era também sentida, em algum grau, nos clubes das vilas. No Floresta Clube, situado na vila A, todos os funcionários podiam ser sócios, independente da sua função na Empresa. No Ipê Clube, situado na Vila B, no entanto, somente podiam se associar funcionários de nível superior.[98]

A fala do senhor Narahara apresenta a divisão hierárquica dentro dos limites da área Itaipu, mas abranda as divisões e restrições quanto ao acesso aos clubes. Por funcionários, ele está se referindo aos efetivados de Itaipu, o que exclui os moradores da Vila "C". Da mesma forma no Floresta Clube no seu início à alguns não era permitido associar-se.

Na mesma regra que regia, no canteiro de obras, a contratação de ex-jogadores profissionais de acordo com sua capacidade futebolística, os melhores jogadores eram convidados a participar dos jogos amadores, independente do seu nível empregatício, bastante similar a popularização dos bons jogadores no ambiente escolar, alçados ao posto de alunos populares.

Separados em diversos níveis dentro de cada uma das Vilas, os moradores acabavam se ligando por alguns motivos. Como foi percebido anteriormente na fala de Farias, existia uma ligação com os companheiros e amigos que partilharam os espaços em outras oportunidades e barragens. Outra forma bastante comum era a aproximação com as pessoas do ambiente de trabalho, como é apresentado por Amaral: "o contato mais em função até da atividade que era trabalhar em turno. Ficava assim, mais entre os colegas do trabalho. Então a sua relação era mais com os próprios colegas de trabalho"[99]. Diferentemente de Shuiti, expõem que "você nem adentrava tipo a Vila 'C' ou a Vila 'B'"[100], mesmo que tal fato não fosse totalmente verdadeiro, já que possui relações com pessoas de outras empresas através da vizinhança.

> Ah, era difícil. Que era muita mistura de, como é que eu vou falar? Pessoas de tudo que é canto do Brasil. Aí tinha gente que não queria conversa, aí tinha outros que eram mais amigáveis, mas bem poucos. Cada um na sua. Era difícil. Com o passar do tempo fomos fazendo amizades. Por causa das crianças. Era muita criança. As crianças brincavam juntas e ai os pais

---

[98] Entrevista realizada com Newton Shuiti Narahara, realizada em Curitiba/PR em 7 de agosto de 2011.P. 1
[99] Carlos Amaral. Idem. P. 2
[100] Idem ibidem

começavam a fazer amizade.[101]

Assim pode-se ver também uma diferenciação entre barrageiros profissionais e de pessoas que tiveram sua primeira experiência nos canteiros de obras de Itaipu, tendo o seu contato restrito a outras relações como a de vizinhança e de trabalho para a formação de grupos de amizades, ao contrário dos que faziam parte da cadeia de influência. Essa relação vai perdurar por todo o período de tutela da Itaipu até o princípio do processo de desmonte. No entanto, um fator muito importante servia para o relaxamento dessa estratificação das Vilas e vizinhanças, que era a possibilidade de trocar de casa.

A mudança era um fator bastante presente na vida dos barrageiros, acostumados a mudar-se de um canteiro de obras para outro, passando de estado em estado, de cidade em cidade, sempre convivendo com pessoas diferentes. Não é à toa que Farias faz a relação de família do coração e família de sangue, pois as relações construídas durante os anos de trabalho e convivência além da partilha de um estilo de vida auxilia na formação de tais laços. A mudança de uma obra para outra era parte da vida destas pessoas, a troca de uma casa para outra também o era. Nenhum dos depoentes presentes neste trabalho residiu em apenas uma casa durante seu vínculo com Itaipu. Abaixo segue uma lista dos modelos de casas encontradas nos conjuntos habitacionais da margem esquerda.

Vila “A”

Tamanho	Tipo	Área construída	Quantidade
03'	A	160.00 m³	17
03'	MN	154.00m³	117
03'	MM	150.00m³	97
04	A2	100.00m³	25
04	A3	100.00m³	13
04	A	123.00m³	63
04	M1	118.86m³	208
04	MM	111.00m³	185
05	A1	88.00m³	33
05	A2	88.00m³	33
05	A	96.00m³	70
06	A1	80.00m³	199
06	B1	80.00m³	197

[101] Lúcia de Luca. Idem. P. 2

07	A1	68.00m³	189
07	B1	68.00m³	202
08	A1?	80.00m³	225
09	B1?	68.00m³	212
		Total	2.105

Vila “B”

Tamanho	Tipo	Área construída	Quantidade
01	D1	274.58m³	7
01	E1	271.32m³	3
01	R1	263.98m³	6
01	R2	298.60m³	6
02	A1	232.49m³	15
02	B1	230.29m³	15
02	R3	232.62m³	11
02	R4	222.67m³	11
03	A3	212.13m³	14
03	B1	213.35m³	13
03	B3	203.72m³	13
03	R5	194.25m³	13
03	R6	204.10m³	22
03'	R7	161.91m³	16
03'	R8	151.80m³	16
03'	R9	202.56m³	32
03'	R10	203.11m³	8
		Total	221

Vila “C”

Blocos	Tipo	Área	Quantidade
725	2 quartos	69.17m³	1450
	3 quartos	84.36m³	1450
		Total	2900

[102]

Como pode ser percebido, existiam casas de diferentes níveis, sendo as residências do

[102] Todas as tabelas foram tiradas de plantas localizadas no Arquivo Institucional da Itaipu Binacional de Foz do Iguaçu, datadas de 11 de novembro de 1982.

tamanho 01 (Vila “B”) as maiores e de melhor acabamento e material e as 09 (Vila “A”) as mais simples e menores. Nota-se também que não existe a necessidade de classificar as casas da Vila “C” na mesma lógica de ordem, já que eram apenas temporárias. Assim a convivência com a vizinhança era ampliada conforme se mudava de casa. Mas para ter direito a outra casa deveria primeiro aumentar seu nível nos quadros da empresa. Farias morou com seu pai na Vila “C” e posteriormente com seu marido. Depois se mudou para a Area 4 na margem direita. Em seguida mudou-se para uma casa tamanho 07 e depois para uma 05, onde vive até hoje. Essa trajetória é comum entre os residentes das Vilas, o que proporcionava um aumento das relações entre as pessoas conforme a mobilidade social ocorria.

Assim as Vilas de Itaipu foram construídas e fizeram parte da vida de muitas pessoas no decorrer dos 17 anos que se passaram entre a instalação do canteiro de obras até a finalização da 18ª unidade geradora, quando um novo momento se inicia.

A possibilidade de troca de casa era feito através de listas: quem desejasse ir para outra casa, seja de mesmo modelo ou de modelo diferente, tinha que colocar o nome em listas individuais para cada residência. A preferência era para as pessoas que haviam se mudado há mais tempo para outra casa, além de ser necessário possuir o nível mínimo exigido para ter direito ao modelo desejado. Isso significava dizer que ainda seria mantida uma ordem social, seja nas Vilas quanto nas partes destas, já que a possibilidade de mudança para casas de níveis mais elevados estava diretamente relacionada a uma melhora no enquadramento funcional,

Já as relações com a cidade também possuíam uma característica própria, sendo esta partilhada pelos três conjuntos habitacionais, independente do nível empregatício e do local de residência nestes conjuntos, incluindo nesta lista ainda os solteiros dos alojamentos. A escolha da palavra “cidade” para se referir ao centro de Foz do Iguaçu não está isenta de significados. Em cidades pequenas o fato de ir para o centro é chamado ir para a cidade. Isso se deve à diferença encontrada no centro, diferente do aspecto próximo ao rural das áreas mais afastadas. No caso das Vilas de Itaipu, isso era ocasionado pela separação existente entre Foz do Iguaçu e os conjuntos habitacionais da usina.

Como a estrutura das vilas foi montada com todo o aparato para educação, saúde e lazer, o principal motivo para se ir à cidade era fazer compras. Não era comum a ida para o centro por outros motivos, mas havia exceções, como nos casos em que se conheciam pessoas que residiam lá, como apresenta as falas de Katia Chagas e Rosangela Farias:

> Eu ia muito com minha mãe na época, quando eu era pequena. Ia direto. Sempre. Compras. Aqui na volta não tinha mercado grande. Tinha que ir

> geralmente no centro fazer compras. Tinha o antigo Maringá lá no centro. E a gente ia direto com ela. E meus pais tinham amigos do tempo do exército lá né? No centro. Então eu, minha mãe, meu irmão, a gente ia direto visitar né? Aí sempre estava em contato com o centro.[103]

> Tinha conhecido da gente sim. Tinha amigo que veio de Ilha Solteira que trabalhava como requisitado para Itaipu e aí não tinha casa. Não ganhava casa aqui, mas aí morava na cidade. Então a gente tinha contato com eles. Fazendo visita. E como minha profissão. Que eu vim para cá eu já era... eu fazia unha. Manicure. Aí acabei por intermédio de uma amiga minha que tava trabalhando; que veio em 75 para cá. Aí ela falou que eu tava vindo, que eu fazia unha. Acabei conhecendo outras pessoas, cunhadas do dono de uma panificadora aqui. Era o pai da esposa da família que fazia unha. Eu ia um dia por semana para... chamava Panificadora Progresso na época, em 77. Eu ia de manhã e só voltava de noite, que elas vinham me trazer. Que a noite não tinha tanta opção de circular e era mais perigoso, a mãe tinha medo. E eu atendia elas e assim comecei a fazer relacionamento com pessoas que não eram da usina. E ai a gente foi interagindo.[104]

Nestes dois trechos são apresentadas diferentes relações com a cidade. No caso de Chagas, seu pai era militar, tendo servido no batalhão de Foz do Iguaçu por 13 anos, residindo em uma das Vilas Militares da cidade. Já Farias chegou à cidade após outros conhecidos da usina de Ilha Solteira, e assim conseguiu emprego, trabalhando para pessoas da cidade. Este trecho ainda apresenta que existia uma relação com o centro maior do que o imaginado, já que sua amiga já havia conhecido pessoas do centro, ainda que estas fossem migrantes. Os donos da antiga panificadora Progresso deslocaram-se de Jaú, no interior paulista, para Foz do Iguaçu, justamente em decorrência da chegada de Itaipu. Da mesma forma que seus conhecidos de Ilha solteira que moravam no centro e, mesmo assim, trabalhavam em Itaipu, alguns funcionários eram apenas chamados para serviço temporário nas empreiteiras, não entrando para o quadro das mesmas. Estes trabalhadores eram uma espécie de prestadores de serviços.

Quando ao volume de compras feito pelas pessoas ligadas a Itaipu, este era muito grande, podendo ser visto, por exemplo, nos números das “Casas Pernambucanas”, cuja loja de Foz do Iguaçu chegou a ser a terceira mais lucrativa da rede. Mas, ainda sim, existiam problemas nestas relações. Como no relato de Lúcia de Luca

> Teve uma época que a gente ia no centro fazer compras nas lojas né? Eles não aceitavam cheque de funcionário de Itaipu. Porque parece que tinha aqueles funcionários das empreiteiras que davam muito calote. Compravam muita coisa e iam embora e não pagavam. E com nós aconteceu que com

---

[103] Katia Chagas. Idem. P. 2
[104] Rosangela Farias. Idem. P. 3

> cheque nem pensar. Não queriam. Nós deixamos as compras na loja porque eles não aceitaram. Fomos pegar no outro dia com dinheiro. Não sei por que isso. Eu acho que por causa do calote.[105]

Ainda segunda Lúcia de Luca, nem com cadastro na loja conseguiu comprar com cheque. Sua justificativa faz sentido, já que existia uma mão de obra rotativa nos quadros das empreiteiras, o que poderia ser alegado pelas lojas para evitar problemas como a falta de pagamento. No entanto, ao comparar com a fala de Nardi, alguns indícios de que talvez não fossem apenas problemas de calote:

> Eh, é mas, havia um pouquinho de descuido também né? Assim, do próprio pessoal daqui. Eu sempre me cuidei isso ai, por que você tinha um nível de vida, e temos ainda, e o que ta saindo, por exemplo, ta se aposentando, ta saindo com um nível bom, sai bem, tudo né? Então tinha alguns que chegavam nessas assim com um monte de dinheiro (risos) e não sei o que, não sei o que. Eu trabalho em Itaipu. Outro não sei o que não sei o que né? Então, é normal que o pessoal fica... só que eu via isso assim com diferença, inclusive nas lojas. Eh, por que tinha os caloteiros, eh, ficava até com telefone pra fazer cadastro seu, ficava atrás dum, dum tapu... dum negócio que montavam lá e fazia entrevista com você pra isso, pra aquilo, não sei o que, não sei o que, não sei o que né? E aí aconteceu comigo uma vez. Eu fiz o cadastro de quase uma hora mais ou menos, eu e a mulher. Acabou o cadastro então ta beleza, tudo bem. Lá eles faziam a consulta daí. O que você... se você era aquilo mesmo, não sei o que. Mas você tinha o holerite, mostrava o holerite né? Hoje se você vai numa loja de venda de carro eles tentam te prender lá dentro pra ter negócio. Por que primeiro eles ficavam desconfiados. (risos) Por que acho que nem eles sabiam que era assim, o próprio comerciante ficava surpreso. Os vendedores. O movimento, e acho que eles pensavam: esse pessoal de fora, esses veiacos.[106]

Apesar de utilizar também a crença no medo do não pagamento por parte dos barrageiros, ele complementa em seguida que existia um cadastramento com a apresentação do holerite. Isso significa que problemas e implicâncias para vender para os funcionários ligados a Itaipu estavam embasados por algo mais do que apenas a presença de mal pagadores na obra. O trecho inicial da fala dele mostra que, por vezes, os trabalhadores da barragem queriam mostrar que estavam ligados a Itaipu. Detentores de um salário maior e de certas regalias que nenhum funcionário de outras empresas da cidade possuía, como direito a escola particular para os filhos, atendimento médico e moradia, todos gratuitos, acabava criando problemas. Ainda a fala de Roman citada anteriormente no presente capítulo acerca de funcionários que iam para a cidade com o capacete da empresa.

---

[105] Entrevista realizada com Lúcia Castelli de Luca, realizada em 14 de janeiro de 2013 em Foz do Iguaçu/PR. P. 3

[106] Alcides Nardi. Idem. P. 10

Outro campo utilizado para as rivalidades era o futebol. O esporte mais praticado no país encontrava em Foz do Iguaçu vários times de futebol, dentre eles o mais famoso na época era o Flamengo Esporte Clube, sediado na Vila Yolanda, um dos mais antigos da cidade juntamente com as proximidades do batalhão do exército, fundado na década de 1950 por famílias tradicionais da cidade como Basso, Dotto e Portes[107]. Itaipu organizava também campeonatos internos, com as empreiteiras e grupos de amigos que lá trabalhavam organizando times, mas tendo no Itaipu Esporte Clube o mais importante, contando inclusive com a presença de ex-jogadores profissionais contratados pela Binacional para reforçar o time. Os jogos entre o Flamengo e o Itaipu ocorriam pela 2ª divisão do futebol paranaense e amistosos. Seu proprietário, Pedro Basso, é o mesmo citado no anteriormente como um dos representantes da elite econômica e política de Foz do Iguaçu antes da transformação da cidade em área de segurança nacional e da chegada de Itaipu. O confronto entre as duas equipes representava mais do que um simples jogo no qual se torce por uma equipe, mas um embate entre dois grupos distintos na cidade. Em conversa informal com um iguaçuense que era adolescente quando a Binacional se instalou e teve o início das obras, este relatou, após o autor apresentar a proposta do trabalho que estava desenvolvendo, que Itaipu era a pior coisa que havia acontecido para Foz do Iguaçu e se mostrou orgulhoso pelo fato do Flamengo nunca ter perdido para o time de Itaipu.

Estes embates e animosidades eram travados indiretamente, como se pode ver. Seja na demonstração de um poderio financeiro por parte dos trabalhadores e da Itaipu ou então através de burocracia e ataques a esse poderio monetário que era incapaz de vencer o time da cidade.

[107] Esporte Clube Flamengo Disponível em: http://www.flamengofoz.com.br/historia.htm Acesso em 2 de outubro de 2012

CAPÍTULO 3
O DESMONTE

A forma de uma cidade pode mudar mais depressa que o coração dos homens[108]

Enquanto o segundo capítulo focou no momento de construção e estruturação dos conjuntos habitacionais de Itaipu na margem brasileira do Rio Paraná, nesta última parte serão apresentadas as discussões relativas ao período chamado de desmonte. Tal processo é relativamente longo, se comparado com a história recente da Binacional, representando mais da metade de história da mesma.

O processo chamado de desmonte, no caso de estruturas de hidrelétricas, é a entrega do controle, manutenção e propriedade das partes integrantes dos conjuntos habitacionais. Pode ser entendido como a venda das casas que pertenceram à empresa para seus residentes, assim como a entrega do controle da área não ocupada por residências para o controle da prefeitura e, em alguns casos, para a formação de condomínios fechados, e a parceria ou entrega para o Sistema Único de Saúde (SUS) das instalações hospitalares ou então sua privatização.

Utilizando novamente Mônica Vianna como referência para a palavra desmonte, a intenção é discutir como ocorreu tal processo com as Vilas de Itaipu e quais as alterações percebidas por seus moradores, pensando desde o término das obras civis e de instalações de maquinário operacional até na transferência da estrutura para o poder público, tendo em vista que a Binacional corresponde a uma legislação própria como já foi dito anteriormente e não poderia ser considerada área pública nem haveria interferência da prefeitura.

Dessa forma, como foi apresentado até o momento, não poderia haver interferência externa nas áreas de Itaipu. Assim existia uma segurança da empresa, a manutenção das casas, que incluía também a troca de lâmpadas assim como o cuidado com as áreas comuns, era de responsabilidades de Itaipu, assim como hospitais e unidades de ensino nos conjuntos habitacionais, também mantidos pela Binacional para seus funcionários. Tudo isso significava uma estrutura bastante considerável, sendo impossível o repasse imediato de toda ela para o setor privado ou para o poder público municipal, sendo necessário um desligamento gradual. Isso se deve principalmente ao momento em que começam as dispensas em massa de funcionários em meados dos anos 1980 e seguindo, ao mesmo tempo, uma mudança no

[108] LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: USP, 2001. P. 148

pensamento tecnocrático, que tornava desnecessária a existência de tais privilégios para os trabalhadores.

Para fazer essa discussão sobre o desmonte das Vilas, serão utilizados os documentos "Relatórios Anuais de Itaipu", documentação retirada do Centro de Documentação da Binacional, assim como os relatos dos depoentes citados anteriormente.

De acordo com o Relatório Anual de Itaipu do ano de 1974,

> Além das instalações normais de qualquer grande canteiro de obras, com suas dezenas de galpões, para escritórios, cantinas, oficinas, postos de abastecimento, etc..., a obra de Itaipu exigirá a construção de vilas residenciais, para técnicos operários e demais empregados, com as respectivas famílias.
> Estão previstas 8.000 residencias: 4.000 na margem esquerda, junto à cidade de Foz do Iguaçu; e 4.000 na margem direita, distribuídas entre as cidades de Porto Presidente Stroessner, Hernandarias, Porto Presidente Franco e a Colônia Presidente Stroessner.
> Adotou-se o critério de incorporar essas modernas vilas residenciais, a serem construídas dentro de cuidadoso planejamento urbano, às cidades junto as quais se encontrem, aproveitando-se a infra-estrutura destas, que terá que ser reforçada, ampliada e melhorada.[109]

Segundo esse trecho inicial do tópico "Vilas residenciais e planejamento urbano" do primeiro relatório de Itaipu, existem as definições iniciais do projeto de conjuntos habitacionais a serem aplicados. Entre estes pontos, merece destaque principalmente a parte que apresenta a presença destas vilas integradas às cidades em que seriam estabelecidas. Essa prática de estabelecer estas vilas próximas das cidades é umas das mudanças percebidas no Brasil no caso de núcleos operários, fossem eles fabris ou estatais, acelerando-se "em meados da década de 1980, em um contexto de difusão de idéias e políticas neoliberais, juntamente com uma reestruturação empresarial e com mudanças nas relações entre capital e trabalho"[110]. Esta mudança se deve a:

> Entre as várias razões que nortearam tais decisões, percebe-se a falta de interesse em sua manutenção devido ao fato de ser considerado, muitas vezes, "uma fonte adicional de gastos e preocupações, que desvia a empresa de sua finalidade produtiva e prejudica sua competitividade, e como algo cuja provisão não é de sua competência, e sim, do próprio trabalhador ou, no máximo, do Estado" (CORREIA, 1997, p.9).[111]

Como existia um interesse inerente de desfazer desta estrutura dispendiosa em um futuro não muito distante ao final das obras, já em meados da década de 1970 então a maior

---

[109] Relatório Anual de Itaipu, gestão 1974. P. s.nº.
[110] Mõnica Vianna. Idem. P. 22.
[111] Idem ibidem

parte dos projetos de hidrelétricas no país visava construir suas vilas próximas a cidade para facilitar a integração e o repasse da mesma para a administração pública municipal. Em casos de períodos anteriores como da UH de Ilha Solteira de 1967, suas Vilas eram muito distantes da cidade de Pereira Barreto, a qual passou a pertencer, após o repasse da CESP para a prefeitura em 1989. Como a distância de 40 quilômetros que separava as duas localidades era um problema, apenas 2 anos após a venda das casas para os seus residentes e a transferência administrativa da companhia energética para a prefeitura de Pereira Barreto, Ilha Solteira tornou-se um município próprio. Assim como o caso da UH de Estreito (Luís Carlos Barreto de Carvalho), também a uma distância de 40 quilômetros do município mais próximo, no caso a cidade de Pedregulho. A diferença é o contingente de trabalhadores utilizados. Enquanto o exemplo utilizado da CESP possui uma potência instalada de 3.444MW, com a presença de aproximadamente 30 mil trabalhadores em sua construção, o exemplo apresentado de Furnas Centrais Elétricas é mais modesto, com apenas 1.050MW instalados. Isso significa um número bem menor de trabalhadores, tanto para a construção e principalmente para a operação. Assim ao invés de se tornar uma cidade própria, tornou-se um condomínio de alto padrão após a venda das casas.

A diferença que separa estas duas construções foram pensadas fora do panorama econômico que dirigiu as obras seguintes, já no começo da década de 1970 e como afirmou Vianna, principalmente na década de 1980. Ilha Solteira (1967) e Estreito (1963) foram projetadas nesse outro momento, em que se buscava a proximidade do canteiro de obras apenas, e não da cidade. No caso de Itaipu (1974), foi estabelecida outra lógica. Para se ter uma ideia, enquanto a Vila “C” está situada do lado da barreira de acesso a barragem, os outros dois conjuntos habitacionais estão localizados a 8 quilômetros da mesma. No entanto, apenas a 4 do centro. Isso significa dizer que somente a vila provisória se encontrava voltada para a usina, enquanto as outras duas foram estabelecidas de tal forma que ao término de sua serventia para a Binacional pudessem ter um processo facilitado de inclusão à cidade de Foz do Iguaçu.

Como relatado no capítulo anterior, a construção chegou a ter 40 mil trabalhadores. No entanto para operar a usina não era necessária tanta gente. Assim imediatamente após a conclusão da barragem, ainda no ano de 1982, Itaipu deu inicio à desmobilização de trabalhadores, passando a movimentar a imensa maioria dos trabalhadores e a colocar em prática um pré-desmonte no começo dos anos 1980.

3.1 O DESMONTE DAS VILAS "A", "B" e "C"

A Vila "C" foi a primeira experiência no caso de Itaipu de um desmonte, cumprindo o cronograma de acordo com a programação inicial da Binacional, pois, desde o começo da obra de construção da usina que esta vila estava estabelecida como temporária. Assim sendo, toda sua estrutura seria demolida, já que estava ocorrendo uma desmobilização dos barrageiros lá alojados, sendo que os efetivados por Itaipu seriam transferidos para a Vila "A".

Uma das atividades presentes no Relatório Anual de Itaipu do ano de 1991 era a "desmobilização do consórcio UNICON-CONEMPA, contratado pela Itaipu desde 1977 para execução das obras civis da hidrelétrica".[112] Dessa forma, quase todo o pessoal remanescente na Vila "C" e nos alojamentos seriam dispensados, tendo que desocupar suas moradias juntamente com seus familiares.

Segundo o Relatório Anual de 1985, havia 33.850 trabalhadores ligados a Itaipu e às empreiteiras. Uma diminuição de aproximadamente 10 mil pessoas em um espaço de 3 anos, mas que se manteve constante nos anos que se seguiram, pois enquanto alguns eram dispensados pelo término de obras como a casa de força, outros eram admitidos para a instalação das turbinas. O final foi concretizado no ano de 1991, ano da instalação da última unidade geradora[113] das 18 principais, terminando assim o trabalho de construção da hidrelétrica. Além da instalação das últimas unidades geradoras entre as obras da gestão 1991 do Relatório Anual de Itaipu é ressaltada também a "desmobilização do Consórcio UNICON-CONEMPA, contratado pela Itaipu desde 1977 para execução das obras civis da hidrelétrica".[114] Assim todos os funcionários ligados às empreiteiras tiveram seus contratos encerrados, restando apenas os trabalhadores do quadro da Binacional, que em 1991 contabilizava 1.968 no lado brasileiro e 2.190 na margem direita.

Ainda em 1985 o Jornal Nosso Tempo traz uma matéria sobre a prostituição em Foz do Iguaçu, que entrava em decadência, principalmente na região do Três Lagoas, apresentando o fato de que

> A partir da maciça dispensa de peões empregados em Itaipu e da proliferação de prostíbulos no centro da cidade, começou para a zona de Três Lagoas um

---

[112] Relatório Anual de Itaipu, gestão 1991. P. 5

[113] No ano de 2005 as duas últimas turbinas previstas no tratado de Itaipu começaram a ser instaladas, sendo concluídas em 2007. Desta forma haveria sempre 18 das 20 turbinas funcionando simultaneamente, já que existe a manutenção periódica das unidades geradoras constantemente, tendo duas sempre desativadas para tal.

[114] Relatório Anual de Itaipu. Idem. P. 4

> processo de decadência que parece irreversível. Até dois anos atrás funcionavam na zona umas trinta casas que abrigavam em trono de 300 prostitutas com uma clientela farta[115]

À medida que se encerrava o ciclo da Binacional na cidade, ao menos na área da prostituição, iniciava-se um aumento do turismo. Assim os antigos prostíbulos voltados para os barrageiros fechavam as portas à medida que novos abriam no centro voltados para as pessoas que se estabeleciam em hotéis na região. O fim das obras de Itaipu estava encerrando um ciclo de migração

Como foi tratado anteriormente, ao final das obras de Itaipu houve um período em que não teve grandes obras desse tipo, obrigando muitos barrageiros a procurarem outra forma de sustento. Grande parte destes se estabeleceram em Foz do Iguaçu, montando comércio ou então trabalhando como eletricistas, pedreiros e funções similares, relativas a sua antiga função. Com a prefeitura de Foz do Iguaçu e parte da mídia local apontando os graves problemas de moradias e estrutura da cidade, Itaipu decide por não demolir a Vila "C", mas sim por entregar aos cuidados da prefeitura municipal nos seguintes termos: "a unidade escolar, o ambulatório médico, a capela mortuária e o centro comunitário do Conjunto Habitacional "C" foram cedidos em comodato à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu".[116] Da mesma forma foi iniciada o "processo de alienação das residências aos atuais ocupantes, por meio de contratos de empréstimos e outros instrumentos, firmados com a Caixa Econômica Federal".[117]

Desta forma, a prefeitura assumiu o controle das estruturas fundamentais do bairro, assim como a manutenção e segurança do mesmo, ao mesmo tempo em que os trabalhadores dispensados da Unicon teriam direito a continuar em suas residências, que poderiam ser adquiridas através de financiamento, impedindo uma maior dispensa em massa de desempregados desalojados.

Um trecho da dissertação de mestrado de Rodrigo Paulo de Jesus sobre o abordando o processo de venda das casas da Vila "C" aqui apresenta a fala de uma de suas depoentes, mostrando visão de uma mulher contratada pela Unicon sobre como se deu essa venda das casas:

> Depois conforme foi terminando o serviço, eles não tinham como voltar para a cidade de origem porque já não sabia se ia ter o mesmo emprego de antes, começaram a ficar com as casas, e a Itaipu, ou a Unicom[sic] dava um tempo

---

[115] Jornal Nosso Tempo. Foz do Iguaçu. Nº 163. De 5 a 11 de abril de 1985. P. 5
[116] Relatório Anual de Itaipu. Idem. P. 7
[117] Idem ibidem

> de permanecerem de 30, 60 ou até 90 dias ou no máximo 120, até eles ajeitarem e voltarem para a cidade de origem. Quando "começo" a "complicá" e muitos deles já tinham gastado todo o dinheiro, e não tinha mais como voltar, "começo" então a idéia de "preservá" as casas.[118]

Nessa fala percebe-se a intenção de vender as casas como um meio de evitar maiores problemas sociais à cidade, pois estes funcionários de Itaipu que ficaram desempregados na cidade não teriam onde morar nem trabalho para onde migrar, se estabelecendo por definitivo em Foz do Iguaçu. Assim ocorreu o repasse para a prefeitura e em 1991 a alienação dos imóveis e sua venda para os moradores que a ocupavam transformava a Vila "C", outrora temporária, em um bairro da cidade de Foz do Iguaçu.

Esse processo possui dois problemas grandes no caso da Vila "C". Em primeiro lugar o bairro seria formado unicamente por moradores que estavam ou estariam desempregados em breve. Em segundo lugar, apesar de ser um local estruturado com hospital, colégio, centro comercial e outras necessidades para a possibilidade de habitabilidade do bairro, suas casas possuíam um grande problema, como exposto em uma resolução da diretoria de Itaipu, apontando que "o Conjunto Habitacional 'C', executado no período compreendido entre 1977 a 1979, foi construído com material simples, de vida útil reduzida (10 anos), uma vez que a intenção na época era, ao final da obra, efetuar a desmontagem do mencionado Conjunto Habitacional".[119] Isso significava dizer que seriam vendidas residências que quando novas já apresentavam problemas estruturais dado as falas de Nardi e Farias no capítulo anterior, agora teriam que pagar por elas para continuarem habitando-as, já que não viam possibilidade de retorno.

Um acordo foi firmado entre Itaipu e a Caixa Econômica Federal para que as casas fossem financiadas. A Cohafronteira foi a empresa responsável por repassar o valor pago pelos compradores à CEF. No entanto, em 2006 a CEF emitiu ordens de despejo por falta de pagamento. A empresa responsável por fazer o repasse acabou não fazendo o repasse do dinheiro e o proprietário fugiu com o dinheiro. No entanto através de um acordo Itaipu pagou o que restava das prestações com a CEF[120].

Atualmente, a Vila "C" possui uma visão negativada pelos meios de comunicação, em

---

[118] JESUS, Rodrigo Paulo de. *De "Vila Operária" a bairro dos trabalhadores:* processo de constituição do bairro Vila "C" - 1977 a 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon, 2009. P. 111

[119] Resolução da Diretoria Executiva – Itaipu Binacional – RDE – 190/90 – 407º Reunião Ordinária – 29/11/1990

[120] Porta da Justiça Federal. Disponível em: http://columbo2.cjf.jus.br/portal/objeto/texto/impressao.wsp?tmp.estilo=&tmp.area=83&tmp.texto=6347, acesso em 18 de janeiro de 2013

virtude de casos de violência no bairro, sendo comuns notícias de mortes violentas e relacionadas ao tráfico de drogas. Para Katia Chagas, no entanto, a visão da Vila "C" continua sendo a sua percepção de crianças, sendo lembrada como sendo "muito bom. Foi uma infância bem divertida. E era bom morar lá. Eu gostava. E gosto até hoje de lá. Muita gente tem preconceito depois que vendeu as casas e tudo. Porque acharam que iria virar uma bagunça. Eu gostei de morar lá".[121] Foi montada uma estigmatização do bairro, mas o saudosismo quanto ao passado ainda permanece na mente das pessoas que vivenciaram o bairro.

Pensadas dentro do mesmo processo de separação da tutela de Itaipu, este foi feito em momentos distintos, ao menos sua parte final: a venda das casas. Enquanto a Vila "C" passava pelo processo de desmonte e tinha suas casas vendidas para seus moradores, sua estrutura repassada para a prefeitura assim como as áreas verdes do bairro, os outros dois conjuntos habitacionais de Itaipu continuavam existindo da mesma forma que antes: com uma estrutura pertencente a Binacional e todos os serviços públicos efetuados pela mesma. O processo para as outras duas Vilas foi planejado e efetuado aos poucos, diferentemente da Vila "C" que sofreu uma alteração nos planos e foi mantida, sem que os moradores tivessem tempo de se acostumarem com a alteração dos serviços do bairro e a serem inseridos à cidade sem que houvesse uma aproximação entre eles.

Assim sendo, nos outros dois conjuntos residenciais, em especial na Vila "A", houve um tempo de preparação que durou mais de uma década antes que o desmonte chegasse a tomar proporções como o fim da tutela de Itaipu, sendo um processo lento e gradual. Primeiramente foi elaborado um projeto de aproximação entre as Vilas e o centro da cidade.

Como foi visto no capítulo anterior, o projeto dos conjuntos habitacionais permanentes inicialmente já previa a integração com a cidade na qual estaria estabelecida, no caso Foz do Iguaçu. Dessa forma no decorrer de sua trajetória a parceria entre a Itaipu e a prefeitura comandada pelo prefeito indicado Cunha Vianna criaram alguns projetos que visavam uma maior relação entre os dois bairros. O primeiro projeto nesse sentido foi a construção de uma nova rodoviária na cidade. Na planta da Vila "A" encontrada Centro de Documentação de Itaipu[122], existia uma demarcação com a demarcação de rodoviária no final da Avenida 12, que ligava a Avenida 9 a BR 277, onde atualmente se localiza o CTG Charrua. No entanto, esta construção nunca saiu do papel. O local escolhido para abrigar o novo terminal

---

[121] Katia Chagas. Idem. P. 1

[122] Planta da Vila "A" localizada no Centro de Documentação da Itaipu Binacional de Foz do Iguaçu, datadas de 11 de novembro de 1982

rodoviário de Foz do Iguaçu foi um local entre o centro e as vilas de Itaipu, ao lado da Avenida Costa e Silva.

Uma reportagem do Jornal Nosso Tempo, acerca da localização da nova rodoviária, mostra que o trabalho de aproximar a cidade dos conjuntos habitacionais de Itaipu demandaria tempo e energia. Segundo a publicação do semanário, dado os problemas da antiga estrutura,

> na elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano de Foz do Iguaçu (PDU) foi prevista a construção do Novo Terminal no setor leste da cidade, nas proximidades do trevo da BR-277 e da Avenida Costa e Silva" Segundo o prefeito, o local foi escolhido para atender ao critério de construir a rodoviária num "ponto intermediário entre o núcleo pioneiro e as vilas residenciais de Itaipu, uma vez que com a desativação da obra elas serão de fato parte integrante da cidade, com um potencial de ocupação para 3 mil famílias ou 15 mil pessoas, aproximadamente.[123]

A publicação prossegue com a matéria argumentando que

> Se construírem a rodoviária naquele lugar, custará mais cara a corrida de táxi até lá em casa do que uma passagem de ônibus de Curitiba a Foz do Iguaçu' é a queixa que se ouve." O desejo de instalar a rodoviária a meia distância entre a cidade e os conjuntos residenciais de Itaipu, ao invés de trazer comodidade, traz dificuldades para os habitantes das duas áreas urbanas, e, mais que isso, novamente se estará prejudicando a população de Foz do Iguaçu em função de Itaipu.[124]

Essa matéria do Nosso Tempo apresenta um elemento bem interessante: não somente a população das vilas se referia ao centro de Foz do Iguaçu como "cidade", mas os membros do jornal, e provavelmente os moradores da região central, se referiam a eles como "cidade", estando os conjuntos habitacionais de Itapu, portanto, excluídos dessa lógica. Na primeira parte do excerto, existe uma fala do prefeito Cunha Vianna referente as vilas, dizendo que ao final da obra estas passariam a integrar a cidade. Esta frase mostra que realmente era um trabalho bilateral o de preparar o processo de desmonte destas ao final das obras da hidrelétrica.

Próximo ao local onde seria construída a nova rodoviária de Foz do Iguaçu foi instalado o ginásio de esportes da cidade, inaugurado no final de 1982. Novamente o semanário ressalta a localidade em que este está localizado, além do seu nome: o homenageado escolhido era ninguém menos que o diretor-geral brasileiro de Itaipu, Costa Cavalcanti. Mas fora o problema quanto a escolha de um militar que estava a frente das obras da Binacional é ressaltado quanto a localização pela Nosso Tempo que "construíram o Ginásio de Esportes lá perto de Cascavel, o que vai exigir transporte para quem quiser ir lá

---

[123] Jornal Nosso Tempo. Foz do Iguaçu. Ano II, nº40. De 25 de novembro 01de dezembro de 1981. P. 13
[124] Idem Ibidem

quando houver uma competição ou espetáculo. Vai ser incômodo e dispendioso”[125].

O exagero presente na relação de distanciamento de ambos, tanto o ginásio quanto a nova rodoviária, comparando a distância entre Foz do Iguaçu e Cascavel, distantes 142 quilômetros e do preço de uma passagem entre duas cidades distantes 636 quilômetros para uma passagem de táxi para andar dois quilômetros a mais que seria a distância do antigo terminal. Esses dois exageros produzem um efeito que transforma os 4 quilômetros do centro às Vilas “A” e “B” em locais completamente separados e extremamente distantes.

A escolha do nome do membro mais importante brasileiro do executivo da Binacional para representar o Ginásio de Esportes do município não passa em branco também. É como um reconhecimento de que Itaipu passa a fazer parte de Foz do Iguaçu, na presença de um prédio público. Para Roy Wagner os nomes das coisas podem ser considerados em duas situações: como códigos ou pontos de referência ou então como parte de uma relação entre o símbolo e o que ele simboliza. Costa Cavalcanti simbolizava Itaipu, e agora o ginásio representaria uma simbiose entre Foz do Iguaçu e a Binacional.

Esse planejamento de aproximação dos conjuntos habitacionais com a cidade foi mais evidente no que diz respeito à Vila “A”. O motivo para esta escolha se deve a estrutura da Vila “B”, que participa do processo de aproximação, mas somente enquanto parte integrante de Itaipu que passará a fazer parte da cidade, pois surgiu enquanto um condomínio fechado, com direito a portaria e muros altos, tendo em seu interior somente residências, o Ipê Clube, uma igreja e um pequeno mercado, instalado lá nos anos de duração da obra, sendo a única coisa desativada após 1991.

O fato mais importante que difere a Vila “A” da “B”, nesse ínterim, no entanto, é a quantidade de casas: enquanto a Vila “A” possuía 2.105 residências a Vila “B” tinha somente 221. O quadro de funcionários estava formado com apenas 1.968 funcionários em 1991 na margem esquerda. Isso significava uma sobra de 358 residências desocupadas, justamente em função da desmobilização. Estas dezenas de casas excedentes que ficariam sem utilidade para Itaipu gerando apenas gastos e problemas quanto a manutenção serão então cedidas para órgãos públicos, dentre os quais: a polícia federal, o corpo de bombeiros e para funcionários de nível mais baixo do hospital de Itaipu.

Conjuntamente com a saída dos barrageiros de suas casas e também da assistência e tutela de Itaipu, seus filhos necessariamente deixariam de estudar no Anglo-Americano, o que tornava desnecessário uma estrutura tão grande para o colégio, acarretando somente mais

[125] Jornal Nosso Tempo. Foz do Iguaçu. Ano II, nº50. De 20 de agosto de 1982. P. 6

gastos. Somado a isso existe a procura por uma escola pública por parte destes novos moradores que não eram vinculados à Itaipu, ao qual foram cedidos moradias, mas não os outros benefícios, necessitando da possibilidade de educação pública.

Assim como parte da maior aproximação entre o conjunto habitacional "A" de Itaipu e a cidade de Foz do Iguaçu, aliando à necessidade de Itaipu de se desfazer de parte da estrutura do Colégio Anglo-Americano, pois a unidade desta vila que havia tido 14.010 alunos matriculados em 1982, possuía apenas 4.936 em 1991[126]. Já no ano letivo de 1991 a parte de suas instalações onde se localizava as salas da pré-escola foi doada a prefeitura de Foz do Iguaçu para a criação da Escola Municipal Professor Josinete Holler. Desta forma pela primeira vez era incluída uma autoridade política municipal no interior da vila. Ao mesmo tempo é aberta para pessoas de fora das vilas residenciais de Itaipu a possibilidade de matricular-se no Anglo-Americano, que via suas salas de aula se esvaziarem.

Seguindo este mesmo projeto de desvinculação da Vila "A" da administração de Itaipu, em 1991, o hospital de Itaipu, antigo Madeirinha, é renomeado como homenagem póstuma ao ex-Diretor-geral Ministro Costa Cavalcanti e passa a atender pacientes particulares, sendo que até então era totalmente voltado para atendimento dos funcionários da usina de Itaipu ou ligados a obra, como os funcionários de Furnas Centrais Elétricas, que coabitavam as Vila "A" e "B". Em 1996 vem a maior mudança do HMCC, que passa a atender também pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A figura da caixa-d'água do hospital, bastante evidente na foto apresentada no capítulo 2, que representa o a logomarca da Itaipu em uma escala tão grande que podia ser vista do centro de Foz do Iguaçu ainda no início da década de 1990 quando as árvores da Vila "A" ainda não eram tão altas, o fato de ter sofrido uma abertura para consultas particulares e posteriormente para o SUS acabou transformando tal símbolo não mais em algo opressor para com os moradores da região central, mas agora uma possibilidade de tratamento devido a figura da Binacional. O HMCC foi sendo equipado e aumentado através dos anos até tornar-se referência na região, inclusive em tratamentos contra câncer, antes realizados somente em Cascavel, distante 140 quilômetros. É importante ressaltar que o HMCC continua sendo financiado por Itaipu, mesmo após o processo de desmonte, arcando com os custos de manutenção e da área técnica, tendo seu gestor indicado dentro dos quadros da Binacional.

Outra dos métodos empregados foi a criação do circuito de Rua da Vila "A". Tal empreendimento foi palco de corridas da Fórmula Ford nos anos de 1987 a 1989, abertos para

[126] Gráfico demonstrativo de alunos por ano cedido pela diretoria do Colégio Anglo-Americano

todas as pessoas que quisessem assistir. Tal prova fez parte do calendário dos campeonatos destes anos, compostos por dez provas apenas. Na visão do autor esta prova faz parte das medidas que previam uma aproximação entre a cidade e as Vilas, já que ao invés de ser construído um autódromo na cidade foi adotada a utilização das ruas de uma das Vilas de Itaipu para tal evento esportivo. No ano de 1986, a largada foi dada por uma figura ilustre, como mostra a edição número 264 do Jornal Nosso Tempo: *"As onze horas em ponto, o governador Álvaro Dias deu sinal para a largada e as máquinas começaram a roncar".*[127] O governador do Paraná estava presente na largada da etapa iguaçuense, que era também a única etapa estadual do campeonato.

O que causa estranheza também é a existência dos autódromos de Cascavel (1970) e de Curitiba (1967), ambos, palcos de competições automobilísticas atualmente, com os dois tendo recebido etapas da Stock Car e o da cidade do Oeste recebendo inclusive no ano de 1987 a primeira corrida da I Copa Brasil de Caminhões, que viria a ser a Fórmula Truck posteriormente. Assim a utilização dessa propaganda como o autódromo de Foz do Iguaçu sediado na área de controle da Itaipu apresentava um sentido maior. Mostrava à cidade que a Vila "A" fazia parte dela, que era capaz de representá-la. Mesmo quem não fosse assistir a corrida no conjunto habitacional tinha a possibilidade de assistir pela transmissão da Rede Manchete, em transmissão para todo o Brasil. Um detalhe interessante era de que ao contrário de autódromos regulares que cobram ingressos para eventos desse molde, nessa pista de rua não existiam arquibancadas, com os presentes ficando na beira da pista ou então na frente de suas casas para os que habitavam as Avenidas 3, 4, 5 e 15, mas que servia como incentivo para a presença maciça de iguaçuenses no evento. Existe um trecho da corrida disponível no Youtube da edição de 1989[128] da corrida onde se podem ver as pessoas aglomeradas em alguns pontos ao redor do circuito, mostrando o interesse pelo automobilismo. O esporte a motor no país era bastante valorizado, principalmente pela participação de dois grandes pilotos brasileiros na Fórmula 1, sendo eles Ayrton Senna e Nelson Piquet, o que aumentava a presença de fãs e entusiastas na categorias de acesso.

Em 1992 decide-se através de uma comissão formada por funcionários da Itaipu, juntamente com a prefeitura de Foz do Iguaçu, retirar as designações numéricas das vias da Vila "A" e nomeá-las de outra forma para que ficasse similar a do restante da área do município. Esse projeto foi assim efetuado pela prefeitura, através da Lei municipal nº 1.697 de

---

[127] Jornal Nosso Tempo. Foz do Iguaçu. Ano VII, nº 264, 16 págs., 12 de junho de 1987. P. 2

[128] Formula Ford em Foz, Vila A – 1989. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=y3wxPmqczDs Acesso em 19 de fevereiro de 2013

21 de setembro de 1992, decretando a mudança dos nomes no mesmo ano. Ficou definido que os nomes das ruas separariam a vila em três setores diferentes: aves, peixes e mamíferos, dividindo a área do conjunto habitacional em três retângulos. Esses animais foram escolhidos de acordo com uma proposta do Ecomuseu de Itaipu representando animais com o intuito de simbolizar a busca pela preservação e reparação do ecossistema por parte da binacional, imagem que foi sendo construída pela empresa no decorrer dos anos[129]. Já o nome das avenidas foi dado em referência a pessoas ligadas a Itaipu e que morreram em acidentes ou nomes que lembram o canteiro, tanto da Vila "A" quanto da barragem.

No entanto, somente em 1997 é que estas mudanças foram realmente aplicadas, no momento em que Itaipu retirou as antigas placas das ruas e adicionou a nova nomenclatura, assim como os novos números das casas. Como a população reagiu com relação a esta troca em seu imaginário? Como após vinte anos as pessoas que moravam na Rua 145 passariam a morar na Rua Jaguarundi? E os residentes da até então Avenida 3 que passariam a morar na realidade na Avenida Sílvio Américo Sasdelli? Como foram usados critérios diferentes para ruas e avenidas os impactos causados se deram também de forma diferenciada.

Com relação às avenidas, a população que residia na Vila "A" antes da alteração ter sido efetuada ainda hoje referem-se a elas pelos seus respectivos números. Isto se deve a dois fatores: em parte devido a uma busca por afirmação de diferenciação com relação a "cidade" de Foz do Iguaçu, mas o principal motivo é a relação criada entre estes moradores e os nomes, criou-se um pertencimento ao bairro, representado pelo modo como ele era antigamente, também devido ao fato de que poucos dos funcionários que efetivamente envolveram-se nas obras de construção da barragem residem ou residiam naquele período na Vila "A", o que transformava aqueles símbolos dos nomes apenas em lembranças e memórias de outras pessoas, de um tempo e momento que os residentes não haviam tido a experiência. Na opinião de Emílio Ruiz, "acho que o pessoal estava tão habituado com as avenidas numeradas que eu acho que ainda hoje todo mundo usa o termo. Avenida 3. Não fala Silvio Sasdelli".[130]

Já com relação às ruas, pouco tempo após a alteração a grande maioria das pessoas já parou de se referir aos antigos números, adotando a atual nomenclatura. Fato interessante é que não é raro encontrar pessoas afirmando que o sistema numérico era melhor. Se alguém

---

[129] Inciada com a operação Mimba-Kuera, que visava salvar os bichos ilhados durante a formação do lago da barragem em 1982, Itaipu chegou a criar o maior projeto de reflorestamento do Brasil, com o plantio de 22 milhões de mudas ao redor do lago, criando uma área de Faixa legal de Proteção, vinculado a um programa da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1985. Em vigor desde 2003, o projeto Cultivando Água Boa é formado por 20 projetos, cada qual com uma finalidade específica, mas que trabalha basicamente com educação ambiental, proteção da biodiversidade e das bacias hidrográficas assim como com pequenos agricultores na área em do lago, chamados de Municípios Lindeiros.

[130] Emílio Ruiz. Idem. P. 5

perguntar a um morador antigo da Vila “A” sobre a localização de determinada rua, muito provavelmente ele não saberá responder, mas comentará que o antigo sistema era melhor, pois podia-se saber onde era cada rua, ou pelo aproximadamente pois era em ordem numérica, partindo de oeste a lesta. No discurso expresso pelas pessoas, geralmente elas tomam os antigos números, assim como no caso das avenidas, como uma reminiscência do passado, quando o bairro era diferente. No entanto, mesmo estas pessoas não se referem às suas ruas através dos números, mas sim adotam o nome do animal que representa a via de sua residência.

Essa adoção do novo sistema de nomenclatura deve-se muito ao modo como ficou a divisão da Vila “A” através dessa separação em três partes distintas. Essas classes (aves, peixes e mamíferos), utilizando aqui o termo usado na biologia, também pode ser visto como a divisão por classe dentro do próprio enquadramento funcional e, consequentemente, do nível da moradia.

A área da Vila “A” que recebeu a denominação de aves é a parte Oeste do bairro, onde estão localizadas as menores residências, feitas com materiais mais simples e com acabamento inferior, sendo a localidade que possui a única avenida do bairro sem canteiro central, formado por ruas mais estreitas, na qual residiam funcionários que ocupavam cargos sem a necessidade de 2º grau completo, tais como serventes, cozinheiros e motoristas.

A parte leste do bairro foi nomeada utilizando mamíferos como representação das ruas Nessa parte do bairro, com casas maiores, sendo residências já de três dormitórios enquanto na parte oeste as casas só possuem dois, tendo inclusive um banheiro e um “quarto de empregada”, com um acabamento melhor, incluindo lajotas no chão dos banheiros, nas quais habitam os funcionários de nível médio, geralmente técnicos, funcionários de linhas e seguranças de Itaipu, mas também funcionários do hospital, como médicos, dentistas e administradores.

A parte central da Vila “A” foi nomeada utilizando nomes de peixes. Um fato que vale a pena ser ressaltado é a designação dada pelos próprios habitantes dessa parte da Vila “A” para si: aquário, devido ao nome dos peixes, mas sendo utilizada como um designador de superioridade. Essa parte do bairro é composta pelas residências de nível mais alto, sendo seus moradores engenheiros sem nível suficiente para conseguir casas na Vila “B”, administradores, técnicos e operadores em sua maior parte. No entanto existe uma pequena parcela dessa porção central da Vila “A” na qual se encontra residências muito próximas às encontradas na parte Oeste, isto é, a parte das casas mais simples e dos funcionários em níveis mais baixos.

Então como se relacionam estes moradores que estão inclusos dentro de uma parcela desse bairro, segundo a divisão atual, que é de outro nível, tanto em sua estrutura residência quanto na diferença salarial e no enquadramento funcional?

Pelo que foi levantado, pareceu adequada à população passar a utilizar os novos nomes ao invés dos antigos números para as ruas devido ao fato de criar uma separação entre eles. Já existia uma divisão antes, sendo esta visível pelo modelo da casa, mas não era tão explícito como a divisão por zonas. A partir de 1997 pode-se saber quem é de nível superior ou inferior apenas pelo nome da sua rua. No caso da parcela da área central de nível mais baixo, ainda que não tenham residências de um padrão como o leste da Vila "A" e muito menos como a da porção sul desse mesmo bairro, eles ainda assim moram no aquário, foram incluídos na parte mais alta do bairro, apesar de que os moradores dessa porção sul da parte nomeada por peixes identifiquem apenas a si próprios como aquário.

Da mesma forma a parte Leste pode se afirmar como sendo também de um nível diferenciado da parte oeste, que possui ruas irregulares, em sua maioria de calçamento, com pouco espaço, terrenos pequenos. Essa diferenciação afirma uma maior aproximação pelos níveis empregatícios, pois apenas por saber o nome da rua você já é capaz de identificar a proximidade ou o distanciamento com outra pessoa que não seja da um mesmo enquadramento. Castoriadis[131] vai dizer que a rede de significações e imaginárias de uma sociedade, ou no caso aqui abordado de um determinado grupo, tenta estabelecer seu próprio mundo, onde define o que é real e o que não é. O que tem sentido e o que não tem. Vão assim estabelecer então significados próprios às coisas.

Essa busca por dar um significado e sentido próprio para o mundo usando a imaginação está presente aqui nesse objeto, pois as pessoas passaram a reconstruir seus significados de espaço através da oportunidade dada através da imposição de nomes nas vias da Vila "A". Porém foram apreendidas e significadas de formas diferentes, pois as ruas possibilitaram uma criação de um simbolismo e diferenciação por nível dentro de um imaginário social. Imaginário social aqui está sendo entendido como as construções coletivas de interpretação e organização social através dos símbolos, que no caso seriam os nomes e os números das ruas e avenidas.

Criou-se então uma identidade mais forte com relação ao seu nível empregatício e funcional através desta mudança na alteração das ruas, coisa que não ocorreu com as avenidas, que apenas exaltavam um passado que não fazia parte da experiência dos que lá

---

[131] CASTORIADIS, Cornélius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. P. 414

habitavam e ao invés de criar uma maior percepção de sua identidade enquanto grupo social, ou classe como o próprio termo biológico das ruas sugere, eles acabavam por negar uma memória da vivência das pessoas naquele lugar, enquanto moradores daquele bairro.

As identidades destes grupos, enquanto uma divisão por nível social, representadas principalmente pelo tipo de moradia, pois esta carrega uma carga simbólica que identifica o enquadramento funcional e consequentemente, o salário de seus residentes, se enquadra na categoria de "representações mentais" de Pierre Bourdieu[132], pois agora, não somente as casas, mas também as ruas serviriam para delimitar uma identidade, um reconhecimento a um determinado grupo social.

Abre-se espaço para pensar também nos objetivos e resultados desses projetos de inserção da cidade de Foz do Iguaçu nas vilas, especificamente aqui a Vila "A", assim como o movimento contrário também seja verdadeiro, da Vila "A" adentrando a cidade, de forma que os objetivos de alcançar uma maior semelhança com outros bairros de Foz e maior distanciamento de Itaipu.

Analisando a questão da troca de nomes ainda, é perceptível que mais do que adequar a um molde único através dos parâmetros estipulados pelos bairros da "cidade", essa alteração tenta também, voltando para a formulação inicial feita por Michel de Certeau no princípio do texto, quebrar com a ideia de uma Vila "A" que se percebe enquanto um grupo, mas tenta dividi-lo para com isso reduzir a força dessa herança identitária trazida dos tempos de Itaipu. Agora com as divisões mais nítidas, esperava-se que esse agrupamento que realmente se formou em torno de grupos semelhantes em uma escala de poder aquisitivo e nível funcional enfraquecesse o ideal de um conjunto residencial de barragem, da qual compartilham ao menos algo em comum, que é o vínculo com a hidrelétrica.

Essa troca de nomes também é interessante, pois foi a única parcela do processo de abertura/desmonte dos conjuntos habitacionais que não possui uma característica de corte de gastos, mas unicamente no universo do simbólico. Michel de Certeau apresenta o conceito de habitabilidade, que possui por definição a ideia de que as nomenclaturas de localidades da cidade, seja uma praça, uma rua, uma avenida, um bairro, acabam criando uma identificação ou relação com a experiência, a memória e o passado, tornando estas designações o que ele define como "autoridades locais". Isto é, localidades que possuem nomes que simbolizam e que remetem a algo presente na experiência de vida, na memória das pessoas, identificável, reconhecível. Sendo assim, Certeau argumenta que o sistema, ao tentar buscar uma

[132] BOURDIEU, Pierre. *Identidade e representação:* elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. Lisboa: Ediel, 1989. P. 68

interpretação da cidade única para melhor satisfazer seus anseios, transforma nomes em números, mantendo assim a univocidade. Em outras palavras, o sistema tenta desconstruir esse espaço de habitabilidade construído a partir do imaginário das pessoas que vivenciam e experienciam a cidade.

Outra proposta feita por Itaipu nesse processo de desmonte é a abertura do Floresta Clube, localizado na Vila "A", para que todas as pessoas pudessem se associar. Emílio Ruiz, presidente do clube nesse momento relatou que:

> olha, nós fizemos uma abertura do clube em 2001. É, 2001, um pouco antes, em 2000, 2001. A Itaipu fez uma transição. O clube era só dos funcionários de Itaipu, Furnas e do hospital. Ela fez uma abertura para que a comunidade participasse, toda a comunidade. Mais para dar sustento também,dar sustentação ao clube. Como foi diminuindo o número de empregados, o clube passou a ter deficiência também na arrecadação de fundos para a manutenção. Então ela fez a transição. Quer dizer, praticamente ela queria privatizar o clube, entregar para a comunidade.[133]

Itaipu fez o Floresta Clube tornar-se uma empresa privada, não mais sob seu controle. Em 2005 a Binacional assumiu temporariamente a direção do clube, sanou suas dívidas e novamente o entregou a uma diretoria eleita pelos associados, mas em poucos meses entrou em processo de falência. A estrutura foi então cedida para o governo em 2009, sendo utilizada como sede do Instituto Federal do Paraná - IFPR de Foz do Iguaçu.

Outra entrada do poder público além da Binacional na Vila "A" foi a construção do Instituto Ambiental do Paraná – IAP no bairro no ano de 1992. Da mesma forma, no ano de 1996 a segurança de Itaipu saiu dos dois conjuntos habitacionais remanescentes, ficando a Polícia Militar responsável pelo patrulhamento das ruas, cuja delegacia da Vila "A" foi construída por Itaipu também.

No ano de 2005 iniciou-se o processo de venda das casas da Vila "A" e da Vila "B". Com relação à Vila "B" o processo se deu de forma diferenciada, já que o conjunto era um condomínio fechado e possui pouco mais de 200 casas, quase todas resididas por funcionários de Itaipu. Assim, foi transformado em um condomínio privado tendo agora uma segurança paga pelos moradores. No ano de 2011 somente cinco casas ainda eram de Itaipu segundo o Departamento de Moradias de Itaipu. Assim como o conjunto habitacional, o Ipê Clube se tornou comunitário do bairro, entrando sua manutenção na taxa de condomínio, não havendo mais sócios e não sócios.

Já no Caso da Vila "A", como grande parte das casas são cedidas a outras instituições, isto é, bombeiros, polícia e funcionários do hospital como foi falado anteriormente, apenas as

---

[133] Emílio Idem P. 6

casas ocupadas por funcionários de Itaipu foram vendidas. Enquanto isso as outras estão ainda em processo de negociação entre as categorias através dos sindicatos e de Itaipu, já que a mesma quer vender as casas por valor de mercado, que teve uma valorização de 200% desde que seus funcionários adquiriram. O Floresta Clube foi à falência, assim sua área foi doada para o Instituto Federal do Paraná (IFPR) no ano de 2007.

Outra parte do planejamento de aproximação foi a cessão de terrenos para igrejas na Vila "A". No ano de 2004 uma grande área conhecida como "ruas mortas", pois as casas que estavam planejadas para serem construídas nelas nunca foram feitas, foi doada para a Diocese de Foz do Iguaçu para a construção da nova catedral da cidade. A mesma ainda está em construção, com a antiga igreja da Vila "A" tendo sido transformada em catedral temporária. Dessa forma foi instituído no bairro o maior poder da Igreja Católica da cidade, na época ainda dirigida por Dom Olívio Fazza, ativo na Pastoral da Terra e simpatizante da teoria da libertação, contrário ao tratamento dado pela Binacional aos desapropriados do lago. Ao mesmo tempo a Igreja Luterana de Foz do Iguaçu também ganhou um terreno para sua construção. Vale lembrar que já havia no bairro uma Igreja Batista e uma Casa Espírita.

Um dos planos de Itaipu que nunca se cumpriu com relação a Vila "A" foi o loteamento para chácaras no espaço entre a Avenida 1 do bairro e a BR-277, onde existe uma grande área de mata nativa. Os planos iniciais era o de vender aquela érea, segundo as plantas de 1982 já citadas, mas tais planos não foram adiante por uma dívida da Binacional com a Fundação Itaipu Brasil (Fibra), a fundação para garantir a complementação da aposentadoria para as pessoas que trabalharam em Itaipu. Como existia tal dívida, foi dada à Fibra essa área como pagamento no final da década de 1980, sendo devolvida posteriormente no momento que a dívida foi quitada. Mas no período da devolução não interessava mais a Binacional realizar seus planos de loteamento. Provavelmente por dois motivos: primeiramente seu planejamento de integração com a cidade de Foz de Iguaçu estava transcorrendo satisfatoriamente. No entanto, o que é mais provável é que graças a mudança de imagem ambiental da empresa, a manutenção dessa nova postura tenha pesado na hora de tomar uma decisão para desmatar uma área de mata atlântica.

3.2 CONSEQUÊNCIAS DO DESMONTE

As sociabilidades nas vilas residenciais de Itaipu davam-se de forma diferenciada de outros espaços da cidade de Foz do Iguaçu, já que nesses espaços existia um fim previamente anunciado do contato entre as pessoas, já que todos que lá estavam momentaneamente, isto é,

não havia o interesse nem a possibilidade, em primeiro momento, de ficarem vivendo na cidade.

Foi dito anteriormente que existia a separação da Vila temporária e das Vilas permanentes, assim como das diferenças entre os funcionários temporários e os concursados. Mas, a longo prazo, mesmo estes últimos possuindo uma estabilidade empregatícia, eventualmente iriam se aposentar. E o fato de morarem em casas da empresa fazia com que os planos fossem feitos para um retorno a sua terra natal ou então a outro local após a saída da Binacional, seja em busca de uma nova oportunidade de trabalho ou então para aproveitar a aposentadoria. O mesmo vale para os funcionários de Furnas e é ainda mais verdadeiro no caso das empreiteiras.

Um caso interessante que representa essa ideia pode ser visto em um acordo feito entre o senhor Aranha e o "Trovão", ambos ligados a Furnas Centrais Elétricas. Tal acordo previa a sociedade em uma máquina de cortar grama, com a condição de que o último a se mudar de Foz do Iguaçu ficaria com a mesma. Tal fato ocorreu no final dos anos 1980, sendo que "Trovão" transferiu-se para outra unidade da empresa em 1991. O senhor Aranha atualmente ainda trabalha na subestação de Foz do Iguaçu.

O fato de acordos como este existirem apresenta um pensamento de transitoriedade destes sujeitos residentes nos conjuntos habitacionais de Itaipu nos anos 1970 e 1980. Com o final das obras civis em 1982 e posteriormente da conclusão da instalação das turbinas e desmobilização dos trabalhadores da Unicon e da Itamon em 1991 ocorreu uma grande emigração da cidade, com muitos destes barrageiros seguindo para suas cidades de origem, mas mesmo os que ficaram mantiveram em aberto a possibilidade de ser apenas temporária sua residência na cidade, somente enquanto durasse sua vinculação a Binacional.

A fala de Carlos Amaral apresenta a Vila "A" no momento em que se mudou para lá, em 1984:

> Na época já a parte de construção já tinha acabado. Praticamente tava acabado. Não tinha acabado mas tava acabando. Então o maior fluxo de pessoas envolvidos na obra já não eram funcionários de Itaipu. Já não prestavam mais serviços a Itaipu. Então a cid... a Vila, no caso ainda tinha um dinamismo um pouco maior. Você tinha um pouco mais de, assim, de fluxo dentro da vila, de pessoas com o mesmo, é, com atividade em comum que era Itaipu. Que foi mudando aos poucos e muitas pessoas que não tinham relação com a empresa passaram a morar aqui dentro da Vila.[134]

Amaral chegou justamente no período de transição, em que estavam acabando as obras da barragem. Assim ele vai fazer essa diferenciação da falta de fluxo, que era muito maior

[134] Carlos Amaral. Idem. P. 2

devido à presença das empreiteiras ainda em 1983 quando ele viu pela primeira vez as Vilas. Já em 1984 estava ocorrendo uma desmobilização inicial, ele percebeu uma redução da presença de barrageiros e um acréscimo da presença de pessoas de fora de Itaipu. Essa sua percepção é a visão dele olhando para o passado, mas naquele momento ainda não havia a seção de casas a outras empresas, logo não tinha como ele perceber a presença de pessoas que não possuíam ligação com a Binacional, mesmo que como prestadores de serviço terceirizados. Mas nessa sua análise ele percebe essa troca de pessoas, de ligados a Itaipu para vinculados a outras empresas, mas como um processo, gradual, caso contrário não seria apresentado tão tranquilamente.

Assim, a nova configuração das Vilas, agora formadas por pessoas estabelecidas, sem mais a possibilidade de troca de casas e de cidade tão frequentes devido às transferências, passaram a conviver com outra forma de mudança, que são a das pessoas alheias ao universo de Itaipu e de barragens, que se fazem presentes tanto quanto os antigos moradores.

O último passo dado pela Binacional para efetivar o desmonte das Vilas "A" e "B" foi a venda das casas. No ano de 2005, então, os funcionários de Itaipu que estavam morando nos conjuntos habitacionais tiveram a possibilidade de comprar as casas que residiam, como podemos ver na fala de Lúcia de Luca: "É assim. Quando saiu as vendas o morador tinha direito a comprar. Aí a gente aproveitou e comprou. Preço determinado pela avaliação da Caixa Econômica Federal".[135] Esse preço estipulado variava entre 20 e 40 mil reais, dependendo do modelo de residência. Dessa forma, muitas pessoas que compraram reformaram sua estrutura completamente, construíram casas novas no lugar das antigas, construíram conjuntos de apartamentos, revenderam ou construíram prédios comerciais.

As duas últimas opções são as mais interessantes para serem aqui analisadas. Quanto às pessoas que venderam suas casas para terceiros, a maioria destas pessoas veios de outros bairros de Foz do Iguaçu em busca de um bairro residencial. Tal fato fez com que a integração iniciada desde a construção dos conjuntos habitacionais se realizassem. Pessoas pertencentes a dois contextos diferentes estão incluídas nesses ambientes das Vilas, como pode-se ver na fala de Kátia Chagas:

> O vizinho daqui até lá o último lá na rua se conhecia. Todo mundo. E eu conheço gente daquela época até hoje. Não tinha muita... E agora a diferença é às vezes vem, gente que muda, vem morar aqui, mas a gente não tem muito contato. Às vezes mora um tempão e você nem conhece a pessoa que mora do lado da sua casa. Então isso mudou também. O pessoal ta mais, como é que vou dizer? Ta mais retraído.[136]

---

[135] Lúcia de Luca. Idem. P. 3
[136] Kátia Chagas. Idem. P. 2

Segunda a definição que ela apresenta sobre a relação com os vizinhos é de que mudou, pois durante as décadas de 1980 e 1990 existia uma maior interação entre as pessoas, todos se conheciam. Isso se deve ao fato de existir uma ligação em comum entre as pessoas que habitavam o espaço nas duas décadas anteriores. De um mesmo local de trabalho, local de estudo, local de compras. Os espaços de sociabilidades eram aqueles da convivência diária seja no posto telefônico da vila ou no colégio. Atualmente o que se vê são pessoas de diferentes locais, sem que se possa saber a trajetória destas pessoas todas devido a falta de convivência, pois somente se compartilha o espaço do bairro, mas não a partilha de um mesmo ambiente.

Quanto às áreas comerciais, de acordo com o plano diretor, feito em parceria com a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (PMFI), Itaipu e da Associação dos Moradores da Vila "A" (AMVA), para que somente nas avenidas laterais pudessem ser instalados comércios, para manter o aspecto residencial da Vila "A". Dessa forma somente nas Avenidas 1, 9, 3 e 2 poder-se-ia construir estabelecimentos comerciais. Estes foram construídos principalmente nas Avenidas 3 e 9, pois já existia uma área comercial nessas áreas fora do bairro, cruzando as avenidas. Essa comercialização de terrenos nestes locais terminou por aumentar a especulação e a elevar o preço dos imóveis da Vila "A". Isto gerou um problema para os moradores de empresas que residem em casas cedidas por Itaipu, que ainda não passaram pela venda. O principal motivo é o desacordo com as condições que Itaipu pretende empregar, que seria o valor atual do imóvel avaliado pela CEF, assim como foi feito no caso de seus funcionários em 2005.

Dessa forma o impasse continua, com Itaipu pagando as contas de IPTU destas residências, já que agora os serviços são prestados pela prefeitura enquanto os funcionários, através de seus sindicatos buscam resolver esse problema que se arrasta a oito anos.

Quanto às novas atribuições da prefeitura para com as Vilas "A" e "B", foi estabelecido que no caso da Vila "B" as áreas comuns seriam mantidas através da cobrança de uma taxa do condomínio, para o corte da grama e a manutenção do antigo Ipê Clube. Assim, como saiu a tutela de Itaipu e a PMFI assumiu os serviços básicos da Vila "A", alguns foram comprometidos, como o cuidado e a manutenção das áreas verdes, como pode-se ver na fala de Lourival Roman: "Não, entre os moradores não. Houve sim uma transformação no aspecto de, de limpeza né? Quando a Itaipu era responsável pela área, pela vila, ela tava passando ali

de 15 em 15 dias, toda semana mesmo".[137]

No momento da entrevista, Roman era o presidente da AMVA. Durante sua gestão a associação vai passar a tentar suprir a falta sentida com a saída da Binacional e a entrada da PMFI em seu lugar, através de mensalidades para a manutenção das áreas verdes, do campo de futebol, e do recolhimento da grama e dos galhos, serviço não efetuado pela prefeitura.

Mas foi no ano de 2009 que a AMVA teve a sua maior batalha. Uma das maiores redes de supermercados do Paraná tinha planos de construir uma filial no bairro. O problema é que eles utilizariam uma das áreas verdes para isso. A negociação estava sendo feita entre a PMFI e a rede de supermercados, mas as negociações foram barradas após pressão por parte da AMVA e dos moradores.

Quanto à questão da segurança, desde 1991 que Itaipu retirou a segurança física da empresa da Vilas "A", no entanto mantendo a da Vila "B". Assim o responsável pela segurança na primeira ém desde então, uma empresa de segurança particular, que funciona a partir do pagamento feito pelos moradores. No momento da venda das casas em 2005, a Vila "B" perde também o efetivo da Binacional, substituindo também por uma empresa de segurança privada.

Após esse processo de desligamento de Itaipu, politicamente foram poucas as lideranças que foram eleitas para cargos do legislativo municipal, contando apenas duas pessoas no decorrer dos quase quarenta anos de existência da Binacional em Foz do Iguaçu. Estes que foram eleitos contabilizam um funcionário da Itamon e outro atuante no Sinefi. Este ex-barrageiro da Itamon nenhum dos depoentes soube relatar o nome do vereador, tendo dado a única informação de que um vereador da Itamon venceu as eleições de 1990. Na fala de Roman aparece a seguinte ao ser questionado sobre a existência de uma organização política para atender aos interesses das Vilas:

> Lourival – Ah houve, houve. Um período até foi eleito o Sepp, que o sindicato... o presidente do sindicato, do Sinefi, ele foi o candidato. Ele foi candidato e foi eleito. Foi eleito vereador. Mas acho que ele pegou só um mandato, depois ele não foi eleito.
> Renato – Foi a única vez que vocês resolveram...?
> Lourival – Ah não. Teve uma outra também com o pessoal da Itamon. Me esqueci o nome dele. Um rapaz moreninho. Se candidatou também. A equipe da Itamon muito grande né? Elegeu ele também. Mas depois acabou em nada também. Acabou em nada. Mas você, claro, nós fazemos política todos os dias. Mas você tem que ser coerente com as coisas. Tem que ser coerente. Tem que enxergar um pouquinho além do seu nariz. Pra você querer fazer alguma coisa você tem que pensar sempre o seguinte: será que eu vou conseguir? Apareceu uma vez com o nariz quebrado. Ai perguntaram pra ele.

[137] Lourival Roman. Idem. P. 10

> Ele disse que tava embaixo de um pé de abacate, o abacate caiu e quebrou o nariz dele. (risos) Pitoresco né? Mas é engraçado isso.[138]

A fala de Lourival Roman apresenta o vereador da Itamon como sendo alguém incapaz de representar o grupo, pois ele tinha que "enxergar um pouquinho além do nariz". Assim ele pode ter sido eleito pelos funcionários da Itamon, naquele momento preocupados com a dispensa em massa com a aproximação do final das obras, mas segundo a fala de Roman ele não fez um bom trabalho para as pessoas as quais estava representando. Carlos Amaral apresenta a eleição de Sepp para vereador como:

> Nós, um grupo no caso que era já do sindicato, mas não utilizamos o sindicato nesse intuito, nos mobilizamos uma vez para eleger o Sepp vereador. Mas ai a gente acreditava na capacidade dele. Então foi um grupo de, em torno de 80, 100 pessoas que nos mobilizamos, fizemos um, uma campanha de arrecadação por um período para financiar a campanha e trabalhamos como cabo eleitoral para ele por que acreditávamos nele como pessoa.[139]

Em sua visão Sepp era alguém atuante pelo sindicato, assim seria um bom representante dos interesses sociais do grupo, formado por militantes petistas principalmente. Mas não chega a citar o vereador eleito pela Itamon. Uma das causas dessa omissão ou esquecimento pode ser a falta de participação no canteiro de obras. Pois ao contrario de Roman, Amaral entrou para a Itaipu como operador, não chegando conviver com a rotina diária dos barrageiros da Vila "C", já que residiu "no alojamento inicialmente, por um ano e oito meses. Depois já mudei pra Vila, na época como república, e depois como casa designada, após o casamento."[140] Então ele pegou um alojamento já esvaziado no ano de 1983, pois havia tido o fim das obras de concretagem e posteriormente foi para uma república com o fechamento dos alojamentos e a sobra de casas na Vila "A" também devido a um princípio de desmobilização.

Atualmente, todas as antigas Vilas de Itaipu são bairros residenciais comuns, mas permeados pela experiência de seus antigos moradores, que ainda habitam o local e fazem buscam uma vivência similar a dos tempos de Itaipu.

---

[138] Roman. Idem. P. 11
[139] Amaral. Idem. P. 6
[140] Amaral. Idem. P. 1

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta dissertação foram discutidos os processos de composição, transformação e organização pelas quais passaram as Vilas de Itaipu e seus respectivos moradores, que a título de organização textual e de ideia foram nominados em dois momentos, aqui chamados de construção ou estruturação, e o de desmonte. Para apreender tais momentos, foram utilizadas fontes jornalísticas, no caso o semanário Nosso Tempo de Foz do Iguaçu e, principalmente, relatos orais de moradores que habitaram e alguns que ainda habitam em algum dos três conjuntos habitacionais de Itaipu.

Dentre os entrevistados foi buscada a maior diversidade possível de relatos, sendo entrevistados homens e mulheres, em sua maioria adulta durante o processo de formação das Vilas. Encontra-se, no entanto um depoente que era criança e outro adolescente durante o período abordado. Dessa forma foi possível perceber as confluências e as disparidades da memória dos diferentes personagens da história desses conjuntos habitacionais. Da mesma forma, conscientemente foram ignorados os sujeitos que não tenham residido nas áreas citadas durante algum momento de suas vidas, pois a intenção do trabalho era o de proporcionar visibilidade para este grupo de pessoas residentes na área de Itaipu, pois ainda que fosse interessante para o desenvolvimento da discussão apresentar os moradores de outras áreas da de Foz do Iguaçu, entre elas a central, mas ultrapassaria a proposta limitada da dissertação, seja pela questão de tempo, do tamanho do trabalho ou então da própria dificuldade em conciliar a ideia inicial com a abertura a uma visão “da cidade” para com as Vilas e para as relações criadas entre elas, assim como o processo de aproximação dos dois.

Primeiramente o trabalho apresentou uma apresentação do conceito de modernidade aplicada na criação da Hidrelétrica de Itaipu, que é fruto de outro tempo. Da mesma forma são apresentados de forma sucinta alguns pontos que mostram que essa realidade de Itaipu mudou com o tempo, dentro da concepção de modernidade que ela utilizava, sendo expresso através das mudanças com relação ao meio ambiente principalmente. Da mesma forma é feita uma explanação da formação e constituição da cidade de Foz do Iguaçu no período anterior ao início das obras da barragem, de forma que trabalha com a composição da cidade enquanto núcleo multiétnico, que em seus primeiros anos enquanto município é dominada politicamente pelos militares da antiga colônia militar, que posteriormente são substituídos por migrantes que ascenderam economicamente através do comércio ou prestação de serviços. No entanto, o golpe de 1964 e a transformação de da cidade em Área de Segurança Nacional em 1968, o que significava indicação federal para o mais alto cargo do executivo local, que

voltaria a ser ocupado por militares, mas dessa vez não estabelecidos na cidade da fronteira, mas vindos da capital do Estado. Dessa forma, é percebido pelo autor como o princípio das rusgas políticas entre os membros dessa elite da cidade com o poder centralizador federal, que vai ser ampliado com a chegada de Itaipu, se transformando em um símbolo das limitações dessa elite.

Desta forma, segue-se uma apresentação da formação das Vilas de Itaipu, contemporâneas ao princípio das obras da barragem. Assim, barrageiros de várias partes do Brasil, oriundos principalmente de outras hidrelétricas já concluídas ou em fase de conclusão, se reagrupam em Foz do Iguaçu. Então, são produzidos dois movimentos na cidade: o primeiro é o de reorganização destes nos espaços da área Itaipu e o outro é a relação que beira a rivalidade com os moradores da cidade. Através desse trabalho pode-se perceber que apesar de sua aparente separação desde a sua criação, a intenção da Binacional foi conceber um projeto que facilitasse a integração entre suas Vilas e a cidade de Foz do Iguaçu. Isso se dá principalmente pela localização destes conjuntos habitacionais, já que a distância para a cidade era menor do que para a usina. Dessa forma já se percebe uma diferenciação entre os modos de vivência das três Vilas: enquanto a “A” e a “B” foram planejadas para a integração após com o término das obras, a Vila “C” foi planejada para reforçar a produtividade do barrageiros apenas, ficando ao lado do canteiro de obras e planejado para ser demolido com seu término.

As relações de sociabilidades entre as três Vilas eram baseadas em três pontos principais: o primeiro deles era o convívio prévio entre as pessoas nas barragens anteriores, que se dava entre os moradores das Vilas “A” e “C”, havendo um convívio com os dois ambientes. O segundo molde de sociabilidade era representado pelas relações de trabalho, já que a divisão hierárquica separava as pessoas por conjuntos habitacionais e por casas de acordo com sua designação no crachá ou no caso dos colégios, dividindo os filhos dos funcionários de acordo com o enquadramento funcional dos pais. A terceira forma de sociabilidades é a apresentada como práticas em comum, sendo o futebol o maior agregador, voltado exclusivamente para os homens, mas que unia pessoas das três Vilas através do esporte, mas que podia representar também rivalidades entre a cidade e os moradores da área Itaipu.

No terceiro capítulo foi pensado o processo de desmonte. O termo foi emprestado das áreas da arquitetura e da engenharia civil, sendo encontrado também nos relatórios anuais da Binacional. Dessa forma o autor pensou ser interessante se apropriar dele para realizar a discussão acerca da passagem do controle de parte da chamada área Itaipu para a prefeitura

municipal. Partindo da mesma lógica que o segundo capítulo, através da utilização dos depoimentos orais e do Jornal Nosso Tempo principalmente, a intenção do autor foi apreender o processo de desmobilização dos trabalhadores das obras da usina e as estratégias de aproximação entre as Vilas e a cidade praticada por Itaipu.

A desmobilização em massa dos barrageiros ocasiona dois processos distintos: o primeiro deles é a grande quantidade de desempregados na cidade de Foz do Iguaçu que não conseguem ser absorvidos nem como mão de obra local nem nas poucas hidrelétricas em construção no período que data de meados da década de 1980 ao início dos anos 1990. Este irá criar dentro do projeto de desmonte uma mudança primordial, que é a manutenção da Vila "C" e sua venda para os moradores, dada a falta de moradias na cidade. O segundo é a facilitação e ampliação da aproximação entre os dois polos, através de aberturas graduais na estrutura da Vila "A", sendo elas representadas com a seção de residências para órgãos públicos, a doação ou seção de terrenos para empreendimentos públicos ou de caráter religioso e a promoção de eventos, como a citada corrida de Fórmula Ford em um circuito de rua na Vila "A" no final da década de 1980. Assim são instalados também o Colégio Municipal Josinete Holler, o Instituto Ambiental do Paraná, o Instituto Tecnológico Federal do Paraná e uma delegacia da polícia civil.

Da mesma forma a maior parte das modificações será na Vila "A", já que a Vila "B" sentirá somente essa fase de desmonte final na venda das casas e transformação da mesma em um condomínio fechado. Assim a inclusão de novos moradores que não estavam ou estão ligados a Binacional alterou as relações de sociabilidades entre as pessoas, que como se pode ver nas falas dos depoentes, todos moradores dos tempos de Itaipu, que não são mais as relações de trabalho ou atividades em comum que une os moradores, mas sim as antigas relações criadas anteriormente através destas primeiras, já que o contato com essa nova classe de residentes é de distanciamento.

Assim, as relações entre as antigas Vilas de Itaipu e a cidade de Foz do Iguaçu aumentaram já que uma adentrou na outra. Estão interligadas atualmente. Mas existem movimentos de conservação destes antigos conjuntos habitacionais o mais próximo possível do que era anteriormente, como a ação da AMVA mostra. Assim como a reação dos moradores quanto a alterações bruscas no bairro como o fim das áreas verdes. Voltando a frase de Lepetit que abre o terceiro capítulo, o coração das pessoas realmente demora mais a se acostumar as mudanças do entorno da cidade do que a da capacidade de alteração desta.

REFERÊNCIAS BIBIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. São Paulo: UFG, 2007. 3ª edição reimpressa

ALBULQUERQUE, José Lindomar. *A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos "brasiguaios" entre os limites nacionais*. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre. Ano 15. n. 31, p. 137-166. Jan./jun. 2009

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar,1999.

BENJAMIN, Walter. *A Infância em Berlim por volta de 1900* In: Obras Escolhidas *II Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo. Editora Brasiliense, 1994. pp. 73-142.*

BOURDIEU, Pierre. *Identidade e representação:* elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. Lisboa: Ediel, 1989.

CAMPOS, Emerson César. *Territórios deslizantes:* recortes, miscelâneas e exibições na cidade contemporânea – Criciúma (SC) (1980-2002). Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2003

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas.* São Paulo: Edusp, 2006. 4ª edição, 1ª reimpressão.

CATTA, Luiz Eduardo. *O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade*. Florianópolis: UFSC, 1994. Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, 1994

CASTORIADIS, Cornélius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

CHAVEAU, Agnès e TÉTARD, Philippe. *Questões para a história do presente. In: Questões para a história do presente. Bauru: Edusc, 1999.*

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. 16ª edição

CERTEAU, Michel de, GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar* Petrópolis: Vozes, 1997

Comissão Internacional de Grandes Barragens. *80 anos - Barragens para o desenvolvimento humano sustentável.* Itaipu, Assessoria de Comunicação Social. 2008

CORREIA, Telma de Barros; GHOUBAR, Khaled e MAUTNER, Yvonne. *Brasil, suas fábricas e vilas operárias.* Pós n. 20. São Paulo. Dezembro 2006.

DAVIS, Mike. *Planeta favela.* São Paulo: Boitempo, 2006. 2ª reimpressão 2008

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L.: *Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, Rio de Janeiro: Zahar, 2000

FANTIN, Márcia. *Cidade dividida: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis.* Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FLORES, Maria Bernadete Ramos; CAMPOS, Emerson César. *Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas).* Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 53, p. 267-296, 2007

FREIRE, Silene de Moraes. *Pensamento Autoritário e Modernidade no Brasil.* Revista em Pauta. Volume 6, número 23, julho de 2009.

GREGORY, Valdir. *Representações de Natureza na Fronteira*. Anais do V Colóquio Internacional Cultura e Memória Social. Unioeste campus Foz do Iguaçu, 2011

GREGORY, Valdir. Porto Britânia a Pato Bragado: memórias e histórias. *Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2004.*

HARTOG, François. *Tempo, história e a escrita da história:* a ordem do tempo. Revista de História 148 (1º – 2003) 09-34.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos:* o breve século XX 1914-1921. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008. 2ª edição, 38ª reimpressão.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades.* São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JARDIM, Eduardo apud ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira. São Paulo: Brasiliense,1988, 2a. ed.

JESUS, Rodrigo Paulo de. *De "Vila Operária" a bairro dos trabalhadores:* processo de constituição do bairro Vila "C" - 1977 a 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon, 2009.

KARPINSKI, Cezar. *Navegação, Cataratas e Hidrelétricas:* Discursos e representações sobre o rio Iguaçu (Paraná, 1953-1969). Florianópolis/UFSC: Tese de Doutorado em História, 2011.

LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Florianópolis: Insular, 2003. 3ª edição

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos e espaços públicos:* notas sobre a construção social dos lugares na *Manguetown*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 17, nº 49, p. 115-134.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Unicamp, 2003.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana.* São Paulo: USP, 2001.

MARIANO, Maicon. *"A Capital de Oeste"*: um estudo das transformações e (re)significações da ocupação urbana em Cascavel – PR (1976-2010). Florianópolis/UDESC: Dissertação de Mestrado em História. (No prelo)

MAGALHÃES, Juracy e GUEIROS, José. *O último tenente*. São Paulo: Editora Record,

1996.

MAZZAROLLO, Juvêncio. *A Taipa da Injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu*. São Paulo: Loyola, 2003. 2ª edição revista e ampliada

MONTEIRO, Gustavo Gama. *Plano de desenvolvimento integrado. Diagnóstico Municipal. Prefeito José Carlos de Toledo*.[Dísponível na Biblioteca Pública Elfrida Engel Nunes Rios de Foz do Iguaçu somente com estas informações, não contendo data ou qualquer outra informação catalográfica]

MONTEIRO, *Nilson. Itaipu, a luz.* Curitiba: Itaipu Binacional, Assessoria de Comunicação Social, 1999.

NORA, Pierre. *Entre memória e história:* a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28

PADRÓS, Henrique Serra. *O Paraguai de Stroessner no Cone Sul da Segurança Nacional*. IX Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História Seção Rio Grande do Sul – Anpuh-RS. 2008.

PASSERINI, Luisa. *A "lacuna" do presente* In: Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 1998. 2ª edição.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho: a*lgumas reflexões sobre ética na história oral. In Proj. História, São Paulo, (15), abril. 1997.

Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu; Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento. Relatório Estatístico de Desenvolvimento de Foz do Iguaçu. Período de 1974 – 1979.

RAMPINELLI, Waldir José. *A política internacional de JK e suas relações perigosas com o colonialismo português.* Volume 17/18 - 1 º semestre 2007. Págs 83-98.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. Memórias do concreto: vozes na co*nstrução de Itaipu. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.*

RIDENTI, Marcelo apud MATTIELLO, Catiane e QUELUZ, Gilson Leandro. *Representações de tecnologia em narrativas sobre a implantação da usina hidrelétrica de Itaipu.* Dimensões, volume 26, 2011, págs 305-324

SCHROEDER, Carla Andrea e LIMA, Maria das Graças de. *II Encontro Estadual de Geografia e Ensino e a XX Semana de Geografia*. UEM: Maringá, 2011

SILVEIRA NETTO, Manuel de Azevedo. *Dos Guaíra aos Saltos do Iguaçu.* Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

SIRINELLI, Jean-François. *Ideologia, Tempo e História* In: Questões para a história do presente. Bauru: Edusc, 1999.

VIANNA, Mônica Peixoto. *O desmonte e a conversão dos núcleos residenciais operários construídos pela CESP. Risco* (São Carlos), v. 4, p. 21-35, *2006.*

VOLDMAN, Denièle. *Definições e usos.* In: Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 8ª edição.

WAGNER, Roy. Symbols that stand for themselves. Chicago: The University of Chicago Press, 1986

WOLF, Mauro. *Teoria das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003

FONTES ONLINE

Alessandro Portelli: dicembre 2010. Disponível em: http://alessandroportelli.blogspot.com.br/2010_12_01_archive.html acesso em 29 de junho de 2012

Ata do Iguaçu. Disponível em http://www.itaipu.gov.br/institucional/documentos-oficiais Acesso em 13 de fevereiro de 2010

BARROS, Cesar Mangolin de. *A ditadura militar do Brasil: processo, sentido e desdobramentos. Disponível em:* http://www.cesarmangolin.files.wordpress.com *acesso em* 10 de julho de 2012

Energia nuclear – riscos e vantagens das usinas atomicas. Disponível em: http://veja.abril.com.br/blog/acervo-digital/ambiente/energia-nuclear-riscos-e-vantagens-das-usinas-atomicas/ Acesso em 22 de maio de 2012

Escelsa – energias do Brasil. *Disponível em:* http://www.escelsa.com.br/aescelsa/historia-ee-brasil.asp Acesso em 4 de novembro de 2011

Esporte Clube Flamengo Disponível em: http://www.flamengofoz.com.br/historia.htm Acesso em 2 de outubro de 2012

Formula Ford em Foz, Vila A – 1989. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=y3wxPmqczDs Acesso em 19 de fevereiro de 2013.

Há luz no fundo de Itaipu. Piauí 46. Disponível em: http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-46/questoes-subterraneas/ha-luz-no-fundo-de-itaipu acesso em 27 de junho de 2012

IBGE:: Cidades@ :: Foz do Iguaçu – PR - Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=410830# acesso em 28 de dezembro de 2011

Livro: Constituição de 1946 – Do presidente e do vice-presidente da República. Disponível em: http://www.soleis.com.br/ebooks/Constituicoes4-13.htm acesso em 14 de julho de 2012

Logos engenharia s.a. ARCADIS. Disponível em: http://www.logoseng.com.br/logos/pt-br/servicos/ProjectPage.asp?s=0000%0233%CURM_BOX&p=/logos/pt-br/servicos/ProjectPage.asp&i=98&tsc=14&ith= Acesso em 22 de maio de 2012

Portal Hernandarias es mi Ciudad. Dísponivel em: http://www.hernandarias.com/not_cronicas.php?id_cronica=39 acesso em 9 de fevereiro de

2012
Porta da Justiça Federal. Disponível em: http://columbo2.cjf.jus.br/portal/objeto/texto/impressao.wsp?tmp.estilo=&tmp.area=83&tmp.texto=6347, acesso em 18 de janeiro de 2013

Prefeitura de Foz do Iguaçu. Disponível em: http://www.pmfi.pr.gov.br/portal2/home/cronologia2.asp *acesso em 3 de janeiro de 2013.*

Reposição florestal. Itaipu Binacional. Disponível em: http://www.itaipu.gov.br/meioambiente/reposicao-florestal acesso em 20 de maio de 2012

Tratado de Itaipu. Disponível em http://www.itaipu.gov.br/institucional/documentos-oficiais Acesso em 13 de fevereiro de 2010

Usina Hidrelétrica de Furnas. *Disponível em:* http://www.furnas.com.br/hotsites/sistemafurnas/usina_hidr_furnas.asp Acesso em 4 de novembro de 2011

Valorização do Patrimônio Institucional e Regional Itaipu Binacional. Disponível em: http://www.itaipu.gov.br/meioambiente/valorizacao-do-patrimonio-institucional-e-regional acesso em 17 de janeiro de 2012

Documentos orais

Entrevista realizada com Alcides Nardi, realizada em 16 de fevereiro de 2009 em Foz do Iguaçu/PR.

Entrevista realizada com Carlos Alberto Amaral Santos, realizada em 23 de junho de 2011 em Foz do Iguaçu/PR.

Entrevista realizada com Emílio Ruiz Gomes, realizada em 21 de junho de 2011em Foz do Iguaçu/PR

Entrevista realizada com Katia Regina Apolinário Chagas, realizada em 14 de janeiro de 2013 em Foz do Iguaçu/PR.

Entrevista realizada com Lourival Roman, realizada em 23 de junho de 2011 em Foz do Iguaçu/PR

Entrevista realizada com Lúcia Castelli de Luca, realizada em 14 de janeiro de 2013 em Foz do Iguaçu/PR.

Entrevista realizada com Newton Shuiti Narahara, realizada em Curitiba/PR em 7 de agosto de 2011

Entrevista realizada com Rosangela Aparecida Giovanelli Farias, realizada em 14 de janeiro de 2013 em Foz do Iguaçu/PR

Entrevista realizada com Walmir José Zanetti Zanone, realizada em 25 de junho de 2011 em Foz do Iguaçu/PR.

Outros documentos

Jornal Nosso Tempo. Foz do Iguaçu. Ano 1, nº 3, *20 págs., 17 a 24 de dezembro de 1980.*

Jornal Nosso Tempo. Foz do Iguaçu, ano I, nº 4, 26 págs., 24 a 31 de dezembro de 1980.

Jornal Nosso Tempo. Foz do Iguaçu, ano I, nº 15, 28 págs., 18 a 25 de março de 1981

Jornal Nosso Tempo. Foz do Iguaçu. Nº 32. *20págs., 30 de setembro a 6 de outubro de 1981.*

Jornal Nosso Tempo. Foz do Iguaçu, ano II, nº 77, 20 págs., 14 a 21 de julho de 1982

Jornal Nosso Tempo. Foz do Iguaçu. Nº 163. 16 págs., 5 a 11 de abril de 1985

Planta Vila "A" localizada no Centro de Documentação da Itaipu Binacional de Foz do Iguaçu, datadas de 11 de novembro de 1982.

Relatório Anual de Itaipu, gestão 1974.

Relatório Anual de Itaipu, gestão 1991.

Resolução da Diretoria Executiva – Itaipu Binacional – RDE – 190/90 – 407º Reunião Ordinária – 29/11/1990